



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado**

**Silvio Marcos Torrecilha**



**A VILA OLÍMPICA DE MARINGÁ NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO**

**MARINGÁ**  
**2013**

**SILVIO MARCOS TORRECILHA**

**A VILA OLÍMPICA DE MARINGÁ NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Análise Regional. Linha de pesquisa: Produção do Espaço Urbano e Políticas Públicas.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. CESAR MIRANDA MENDES**

**MARINGÁ  
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

T689v      Torrecilha, Silvio Marcos  
            A Vila Olímpica de Maringá na produção do espaço urbano / Silvio Marcos Torrecilha. -- Maringá, 2013. 183 f. : il. col., figs., tabs., mapas

            Orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes.  
            Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2013.

            1. Vila olímpica - Maringá (PR). 2. Espaço urbano. 3. Organização socioespacial. 4. Transformações têmporo-espaciais. 5. Fotografias. I. Mendes, Cesar Miranda, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Geografia. III. Título.

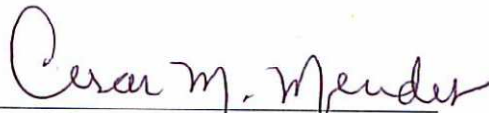
CDD 22.ed. 910

## A VILA OLÍMPICA DE MARINGÁ NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **28 de março de 2013.**

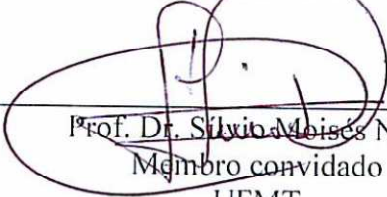
### BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes  
Orientador - UEM  
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Renato Leão Rego  
Membro convidado  
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Silvio Moisés Negri  
Membro convidado  
UFMT



*Se eu vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes.  
(Isaac Newton).*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter feito de mim este ser pensante e pelas intuições recebidas para a realização deste trabalho.

À minha família. A minha mãe, que mesmo com pouco estudo, soube valorizar os primeiros passos na educação dos filhos.

Aos meus irmãos, pelo apoio, presença e incentivos para continuar a jornada acadêmica.

Ao pai João Torrecilha (*in memoriam*), que mesmo ausente fisicamente, serviu de inspiração nos momentos mais difíceis e que também fez parte da história do Norte do Paraná, como lavrador e desbravador destas terras virgens.

Agradeço ao Professor e amigo Cesar Miranda Mendes, pelos materiais e livros disponibilizados pela orientação, contribuições, cobranças e diálogos que inspiraram na produção deste trabalho.

Aos colegas do Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pela troca de ideias e ajuda quando necessário, especialmente à funcionária da Secretaria de Pós-Graduação, Mirian de Carlos.

Ao Professor João Batista da Silva, funcionário do Museu da Bacia do Paraná pelas fotografias cedidas que foram os pilares na confecção deste trabalho.

À Secretaria de Esportes e Lazer do Município de Maringá, principalmente à Edith Dias e ao diretor de esportes Márcio Stábile, pelas informações e fotografias da Vila Olímpica.

Aos amigos do Grupo de Estudos Urbanos (GEUR) pelas trocas de ideias e discussões sobre o pensamento geográfico.

Ao grande amigo que me inspirou a cursar Geografia, Alex Sandro Teodoro Cesar (*in memoriam*).

Ao amigo Carlos Henrique da Graça, grande colaborador na confecção dos mapas e formatação, que mesmo com pouco tempo, sempre esteve disponível, sua ajuda foi de grande importância para a conclusão deste trabalho.

Ao Rodrigo Batista de Oliveira, nos caminhos de Mandaguari e nos desvios do pedágio, sempre me incentivou a fazer o mestrado. Fizemos a graduação e uma especialização, e agora o mestrado, bons tempos.

Aos amigos do Centro Espírita Caminheiros: Vanor, Lúcia, Sissi, Toni, Eliseu, Orlando, Benício e tantos outros que assim como eu valorizam que o conhecimento é o verdadeiro caminho para a evolução do indivíduo.

À Celina e Gustavo Marega, grandes amigos e o Gustavo foi de grande ajuda, principalmente quanto aos abstracts dos artigos publicados.

Palavras são insuficientes para agradecer a Mônica, pois desde a graduação ela já falava pra eu continuar com os estudos e não parar. Soube compreender o quão importante este trabalho foi para nós. Desse modo eu só tenho a agradecer: Anjo adorado, amo-te !

A CAPES, que viabilizou a bolsa de estudos;

À Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de ter feito a graduação e duas pós-graduações, uma especialização e um mestrado, por enquanto. Com a convicção de que a busca constante do conhecimento é ininterrupta.

*Enquanto outros animais não podem alterar a si mesmos, exceto pela mudança de suas espécies, o homem pode transformar a si próprio transformando o mundo e pode estruturar a si mesmo construindo estruturas; e essas estruturas são ele próprio, porque elas não são inteiramente determinadas quer de dentro quer de fora (Harvey, 2005).*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar como ocorreu a produção do espaço urbano no complexo esportivo da Vila Olímpica de Maringá. A partir deste estudo, poderemos compreender como ocorreu a dinâmica espacial deste espaço público em uma escala têmporo-espacial, sendo que tais mudanças estão inseridas em épocas distintas e que a evolução espacial observada nesta área corresponde a um recorte espacial que ao longo dos anos foi modificando-se e ganhando novos instrumentos que foram dando forma a uma nova organização espacial. Faz parte da ciência geográfica traçar essa linha evolutiva para explicar a dinamicidade do espaço urbano e dizer que a produção do espaço nunca está completamente concluída e que possíveis transformações futuras fazem parte do processo. Este espaço em questão que antes pertencia à CMNP e posteriormente foi doado à Prefeitura de Maringá apresenta diversos equipamentos que formam o Complexo Esportivo Jaime Canet Júnior. Este complexo até 1992 era formado apenas pelo Estádio Willie Davids, o Ginásio Chico Netto e o prédio do Restaurante Popular. Com a implantação de novos equipamentos como o Ginásio Waldir Pinheiro, o velódromo, as piscinas, as quadras de areia e a pista de caminhada, ficou denominada Vila Olímpica de Maringá. A partir do estudo desses equipamentos e do seu uso poderemos compreender quais foram os agentes que produziram este espaço e observar a dinâmica espacial que engloba essa área localizada na região central de Maringá que foi sendo transformada na medida em que foram ocorrendo as sucessões do poder executivo municipal. Desta forma, este arranjo espacial foi se transformando de acordo com a conjuntura política, social e cultural da sociedade maringaense. Portanto cabe à Geografia estudar essas formas que este espaço apresenta por isso se fez necessário estudar as transformações e as conjunturas do passado para entender o resultado do presente e enfatizar a produção do espaço urbano aqui representado pela Vila Olímpica. Claro que, os usos e apropriações deste espaço em questão estão manifestados na produção do espaço através do cotidiano, das relações socioespaciais e do uso e apropriação do solo urbano, formando assim, uma organização socioespacial que culmina na produção do espaço urbano. Através de levantamentos bibliográficos e empíricos conseguimos destacar que a produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá iniciou-se com a iniciativa privada, através da empresa colonizadora que era proprietária do terreno, do Estado através dos recursos e da gestão administrativa, da organização socioespacial que utiliza desta área e por último, o espaço urbano que fornece as diretrizes que norteiam a produção e a apropriação do espaço em questão.

**Palavras-chave:** Vila Olímpica; Espaço urbano; Transformações; Arranjo espacial; Organização socioespacial.

## ABSTRACT

The objective of this work is to demonstrate how to place production of urban space in the Olympic Village sports complex of Maringá. From this study, we came to understand how the spatial dynamics of this public space on a scale temporal-spatial, and such changes are inserted at different times and that the spatial evolution observed in this area corresponds to a spatial area which over the years has been modifying and gaining new tools that were forming a new spatial organization. Part of geographical science to trace this line to explain the evolutionary dynamics of urban space and say that the production of space is never fully completed and possible future transformations are part of the process. This space issue that previously belonged to CMNP and was later donated to the Municipality of Maringá has several devices that form the Junior Sports Complex Jaime Canet. This complex was formed only by 1992 at Stadium Willie Davids, the Gym and the building of the Chico Netto Popular Restaurant. With the implementation of new equipment as Waldir Pinheiro Gymnasium, the velodrome, the pools, the sand courts and walking track, was named Olympic Village Maringá. From the study of the equipment and its use can understand what were the agents that produced this space and observe the spatial dynamics that encompasses the area located in the central region of Maringá that was being turned in that were occurring succession of executive power municipal. Thus, this spatial arrangement was transformed according to the political, social and cultural society maringaense. So it is up to the Geography study these forms that this space has therefore become necessary to study the changes and situations from the past to understand the outcome of this and emphasize the production of urban space here represented by the Olympic Village. Of course, the uses and appropriations of the space in question are manifested in the production of space through everyday socio-spatial relations and the use and ownership of urban land, thus forming an organization sociospatial that culminates in the production of urban space. Through empirical literature surveys and can highlight the production of urban space in the Olympic Village of Maringá began with the private sector, through the colonizing company that owned the land, the state through resource and administrative management, organization sociospatial that uses this area and finally the urban space that provides guidelines that govern the production and appropriation of space in question.

**Keywords:** Olympic Village; Urban space; Transformations; spatial arrangement; sociospatial organization.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGPHM	Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CODEM	Conselho de Desenvolvimento de Maringá
CODEMAR	Conselho de Desenvolvimento de Maringá
COPEL	Companhia Paranaense de Eletricidade
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GEM	Grêmio Esportes de Maringá.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
METRONOR	Metrópole Linear Norte do Paraná
METROPLAN	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Metropolitano da Região de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu.
RM	Região Metropolitana
RMM	Região Metropolitana de Maringá
RFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SAOP	Serviços Autárquicos de obras e pavimentação
SEDUH	Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Habitação
SESP	Secretaria de Esportes e Lazer de Maringá
VOM	Vila Olímpica de Maringá
URBAMAR	Urbanização de Maringá S.A.
WD	Willie Davids

## LISTA DE FIGURAS

Figura – 1 Delimitação da área de estudo, Vila Olímpica Maringá-Pr	21
Figura – 2 Vila Olímpica de Maringá em 2010	22
Figura – 3 Evolução espaço-temporal na Vila Olímpica de Maringá	23
Figura – 4 Construção do Velódromo na Vila Olímpica	23
Figura – 5 Antigo Hotel de Maringá	27
Figura – 6 Kenji Ueta em seu estabelecimento	29
Figura – 7 Primeira Rodoviária de Maringá	39
Figura – 8 Núcleo “Maringá Velho”	40
Figura – 9 Repartição dos lotes rurais feito pela CMNP	42
Figura – 10 Transporte da safra de café em Maringá	44
Figura – 11 Instalação de energia elétrica na Avenida Brasil	45
Figura – 12 Plano Original de Maringá	46
Figura – 13 Hierarquização das cidades na área colonizada pela CMNP	49
Figura – 14 Jorge de Vieira Macedo	52
Figura – 15 Peroba sendo derrubada	59
Figura – 16 Plantio de café	74
Figura – 17 Primeira estação ferroviária de Maringá	85
Figura – 18 Primeira Locomotiva a chegar em Maringá	86
Figura – 19 Interpenetração dos agentes produtores	107
Figura – 20 Planta do Centro Cívico de Maringá	108
Figura – 21 Ao fundo o campo de futebol do futuro estádio de futebol	109
Figura – 22 Vista aérea do Centro Cívico de Maringá, 1972	110
Figura – 23 Vila Olímpica na década de 1980	110
Figura – 24 Vila Olímpica em 2002	111
Figura – 25 Vila Olímpica em 2010	112
Figura – 26 Vila Olímpica, uma nova centralidade	114
Figura – 27 Estádio Regional Willie Davis	123
Figura – 28 Pista de atletismo	124
Figura – 29 Arquibancada e cadeiras no WD	125
Figura – 30 Jogo do Santos X Paraná Clube	126
Figura – 31 Estádio Willie Davis	127
Figura – 32 Novo pórtico sendo construído no WD	128

Figura – 33 Ginásio Chico Netto	130
Figura – 34 Zilda Arns	131
Figura – 35 Custo da reforma a pista de caminhada	132
Figura – 36 Climatização no Ginásio Chico Netto	133
Figura – 37 Custo da climatização no Ginásio Chico Netto	134
Figura – 38 Três Poderes	135
Figura – 39 Restaurante Popular	137
Figura – 40 Usuários no RP	138
Figura – 41 Funcionários servindo almoço no RP	138
Figura – 42 Refeição servida no RP	139
Figura – 43 Ginásio Waldir Pinheiro, gestão PT	142
Figura – 44 Ginásio Waldir Pinheiro, gestão Barros	142
Figura – 45 Jogo de Futsal no Ginásio Waldir Pinheiro	143
Figura – 46 Jogo de Vôlei no Ginásio Waldir Pinheiro	144
Figura – 47 Ginástica Olímpica no Ginásio Waldir Pinheiro	145
Figura – 48 Quadras multiusos	146
Figura – 49 Construção das piscinas olímpicas	147
Figura – 50 Projeto prevendo futuras transformações na Vila Olímpica	148
Figura – 51 Construção do velódromo	149
Figura – 52 Campeonato Brasileiro de Ciclismo	150
Figura – 53 Pista de caminhada	151
Figura – 54 Custo da reforma da pista de caminhada	152
Figura – 55 Academia da Terceira Idade	153
Figura – 56 Organização socioespacial da Feira do Produtor	159
Figura – 57 Antonio Rodante, em sua barraca na Feira do Produtor	160
Figura – 58 Diversidade na oferta de produtos na Feira do Produtor	161
Figura – 59 Produção e reprodução do espaço na Feira do Produtor	164
Figura – 60 Comércio de carros usados no estacionamento do WD	166
Figura – 61 Pichações, manifesto e simbolismo urbano	171
Figura – 62 Apropriação da imagem pelos promotores imobiliários	173



## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1 – Localização da área de estudo</b>	<b>13</b>
<b>Mapa 2 – Localização do Município de Maringá</b>	<b>35</b>
<b>Mapa 3 – A Institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998 – 2006)</b>	<b>100</b>

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
	1.1 O Problema da pesquisa	15
	1.2 Justificativas	16
	1.3 Resultados Esperados	18
<b>1.2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>18</b>
	1.2.1 Objetivo Geral	18
	1.2.2 Objetivos Específicos	18
<b>1.3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>19</b>

### CAPÍTULO II

<b>2</b>	<b>ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ</b>	<b>33</b>
	2.1 Maringá: do projeto à implantação	34
	2.2 Maringá: Cidade Jardim	47
	2.3 Jorge de Macedo Vieira	52
	2.4 A Ação Colonizadora: CTNP ou CMNP?	54
	2.5 Café e Ferrovia: norteadores da ocupação do Norte do Pr.	72
	2.6 Principais fatos históricos do espaço urbano maringaense	87
	2.7 Evolução Populacional no Município de Maringá	102
	2.8 Os agentes transformadores e a dinâmica espacial na V.O.M	106

### CAPÍTULO III

<b>3</b>	<b>Os vários usos do solo na Vila Olímpica de Maringá</b>	<b>117</b>
	3.1 Estádio Regional Willie Davids	119
	3.2 Ginásio de Esportes Chico Netto	128
	3.3 Restaurante Popular de Maringá	136
	3.4 Ginásio de Esporte Waldir Pinheiro e Quadras	140
	3.5 Piscinas e Velódromo	147
	3.6 Pista de Caminhada e ATI	151

## **CAPÍTULO IV**

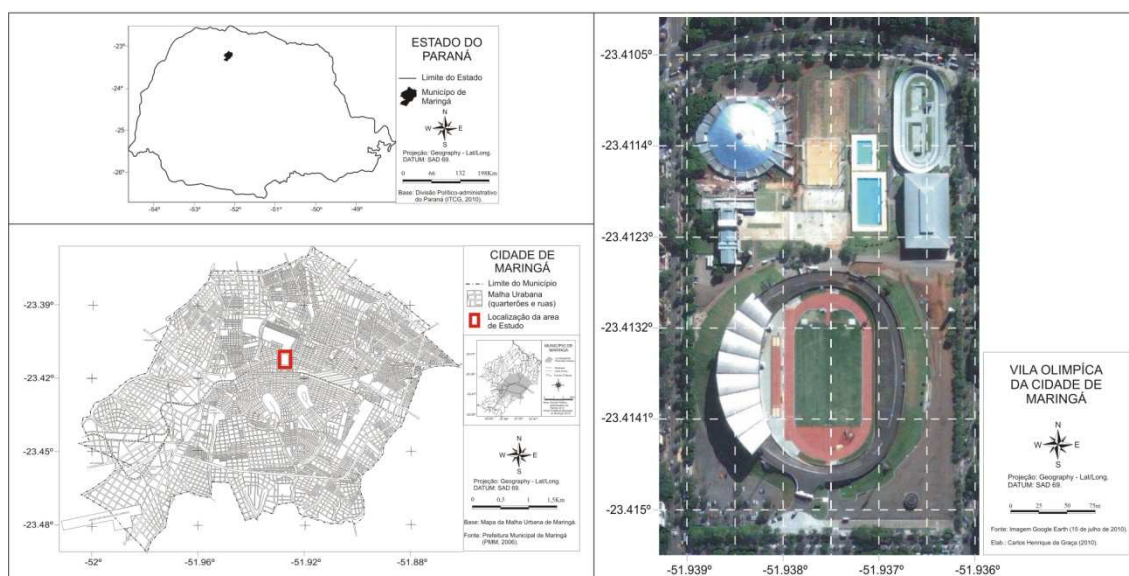
<b>4</b>	<b>Diferentes territorialidades no espaço urbano da Vila Olímpica</b>	<b>156</b>
4.1	A Feira do Produtor	157
4.2	Comércio de carros usados, “A Pedra”	164
4.3	Ambulantes fixos e sua retirada	167
4.4	Pichações, manifesto e simbolismo urbano	170
4.6	Uso da imagem pelos promotores imobiliários	172
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>176</b>

## **REFERÊNCIAS**

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscará discutir temáticas que estão incorporadas à Geografia Urbana, a produção do espaço urbano no complexo da Vila Olímpica de Maringá, que envolve o Estádio Willie Davids, o Ginásio Chico Netto, o Ginásio Valdir Pinheiro, o velódromo, as piscinas, o restaurante popular, a pista de caminhada, e a própria Secretaria de Esportes de Maringá que está incorporada a esse centro esportivo, ou seja, toda a dinâmica espacial e social que ocorre dentro desse complexo situado na região central de Maringá (**Mapa 1**). Buscaremos compreender geograficamente como o Estado e os Agentes Privados influenciaram na produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá. E utilizando a fotografia como principal ferramenta metodológica, descreveremos a evolução espacial e a organização espacial na Vila Olímpica de Maringá.



**Mapa 1:** Localização da área de estudo. Vila Olímpica de Maringá, Junho de 2012.

Como toda cidade, Maringá tem em sua história um cenário de transformações têmporo- espaciais, tanto na parte material, quanto na parte imaterial referente à cultura das pessoas, resultado de forças que atuam no passado ou no presente, construindo e reconstruindo o espaço urbano, portanto, estruturando e reestruturando as formas para garantir contínua reprodução da sociedade, seja no lazer, esportes e cultura, articulações

que dão novas formas ao espaço urbano. Nesse contexto, Corrêa (1995, p.07), destaca que:

... o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e pessoas associadas às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residentes e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos mais freqüentes para comprar no centro da cidade ou nas lojas do bairro, as visitas aos parentes e amigos, as idas ao cinema, cultos, praias e parques. Estas relações espaciais são de natureza social tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos.

Partindo desse pressuposto, a Vila Olímpica de Maringá agrega todas essas qualidades do espaço urbano, por ser uma área de confluência, onde escoam parte do movimento de carros e pedestres no sentido bairros/centro, localizada ao lado de uma grande rodovia a BR 376 que possui um grande fluxo de carros e cargas pesadas.

Claro que todas essas transformações ocorreram a partir de 1957 com a inauguração do Estádio Willie Davids com um jogo entre a Melhoramentos Futebol Clube e o Londrina Futebol Clube, onde o então prefeito Américo Dias Ferraz dá o pontapé inicial (Projeto Memória-Pasta 25). Inaugurando a primeira partida de futebol no estádio que hoje é um dos maiores do Norte do Paraná.

Conforme a cidade de Maringá foi crescendo e após várias sucessões políticas o complexo olímpico foi ganhando forma, com a construção do Ginásio Chico Netto, a Pista de Caminhada, o Ginásio Waldir Pinheiro, o Velódromo, as Piscinas e as quadras de areia. Todas essas obras tiveram início com recursos municipais e posteriormente o Governo Federal começou a investir mais através da Lei de Incentivo ao Esporte.

É neste cenário que ocorrem as relações sócio-espaciais, como Maringá têm poucos espaços públicos de lazer, é freqüente vermos famílias e crianças deslocando-se em direção ao Complexo da Vila Olímpica, não para praticar esportes e sim para usufruir essa área como lazer, com brincadeiras, andar de bicicletas, skates, crianças escorregam pelo barranco do estádio sentadas em um pedaço de papelão. Por isso que a função do Estado é contribuir com a saúde, educação, segurança, e também fornecer áreas descentes para a sociedade usufruir com lazer e segurança.

No que diz respeito à atuação do Estado no espaço urbano de Maringá, percebe-se que no que tange às atividades esportivas o Complexo da Vila Olímpica está sendo bem utilizado com torneios municipais, estaduais e até mesmo internacionais com o jogo amistoso de vôlei entre a seleção Brasileira e a seleção dos Estados Unidos

ocorrido no dia 10 de outubro de 2010. Partindo dessa premissa Mendes (1992, p.54) destaca que:

A cada novo momento da organização social a ação do Estado se faz fundamentalmente pelo estabelecimento de políticas que visam a formulação de instrumentos de controle social, a fim de garantir tanto a ordem social como também regular e reduzir a importância dos conflitos sociais.

Nesse contexto, o espaço urbano vem sendo produzido e reproduzido, administrado e utilizado pelos agentes modeladores, como os detentores do capital imobiliário e o Estado, de maneira a reproduzir as estruturas de poder e de dominação na sociedade, levando a normas de comportamento e impondo um modo de vida (MENDES, 2006).

## **1.1 PROBLEMA**

No contexto das ciências humanas, colocar a cidade como um objeto de estudo significou um grande esforço e exigiu uma gama de variedade de olhares, todos significativos. Na Universidade Estadual de Maringá e em outras instituições de ensino, há uma certa tradição em pensar, discutir e apreender a cidade e a questão urbana. Quando se estuda as dinâmicas que se territorializam e que se expressam no espaço urbano, logo percebe-se que pode-se realizar diferentes leituras, seja através de uma descrição de suas características, seus dados geoeconômicos e formas, seja uma análise cultural de seus costumes, ou partindo das políticas adotadas para o desenvolvimento de um centro urbano, uma cidade, um bairro, uma via e, até mesmo um Complexo Esportivo como a Vila Olímpica de Maringá.

Novas realidades e constantes transformações do espaço materializado exigem novos olhares e estudos. Tais transformações são notadas no que tange a evolução do espaço urbano maringaense, aceleradas pelos agentes modeladores do espaço, como o Estado.

Não obstante, a evolução do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá, fez com que o entorno dessa área e a demanda do mercado imobiliário, a expansão territorial, a verticalização, agissem de tal maneira, que a transformação ocorrida nos limites do complexo esportivo refletisse na especulação imobiliária no entorno.

O espaço urbano capitalista também é o resultado do monopólio da propriedade privada do solo que lhe confere um valor de uso e um valor de troca. Estes valores lhe

conferem um preço, no qual está implícito o uso em potencial deste solo, o tipo de ocupação que será legalmente permitido, a infra-estrutura existente ou em potencial, ou seja, o preço do solo urbano no que tange a área de estudo é em geral dependente da aproximação do imóvel à Vila Olímpica de Maringá.

Entretanto, cabe ressaltar que o progresso da cidade fez com que ocorresse um avanço e uma grande transformação na cidade de Maringá. A área onde está situada o complexo esportivo já não é a mesma de 1957, estamos em outra realidade, aumento do fluxo de veículos, aumento da população, os hábitos, novas práticas de lazer, etc. Dentro das práticas de lazer do povo maringaense, pode-se destacar a caminhada, atividade comum nos finais de tarde nos parques de Maringá e mais precisamente na pista de caminhada da Vila Olímpica.

Pois bem, devido a sua localização a Vila Olímpica está inserida próxima a uma das avenidas de maior tráfego veicular em perímetro urbano, a BR 376, também conhecida como Avenida Colombo, devido ao grande número de veículos e caminhões que trafegam ao seu entorno. No entanto, partindo do conceito da evolução das cidades, essas constatações são vistas como normais, pois o espaço urbano evolui, com progresso dinâmico que não se pode conter, mas sim, planejá-lo. Nem mesmo Jorge de Macedo Vieira pensaria que a menina dos olhos, Maringá, fosse tão longe. Visando diminuir o fluxo intra-urbano causado pela Avenida Colombo e aumentar o gargalo veicular, está sendo construído um desvio da BR376, denominado de Contorno Norte, que desviará o tráfego pesado do centro de Maringá, espera-se que dessa forma o trânsito ao lado da Vila Olímpica e a qualidade do ar melhorem as caminhadas dos usuários do Complexo Esportivo.

Nesse contexto, é de interesse acadêmico e civil demonstrar a produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá, todas as mudanças ocorridas neste espaço, às relações sócio-espaciais, a mobilidade, os fatores atrativos que faz dessa área um canal de ligação, tanto de maringaenses como de pessoas oriundas de outras cidades atraídas pelos jogos e campeonatos que aqui se realizam.

## **1.2 JUSTIFICATIVAS**

Dentre os diversos trabalhos acadêmicos já elaborados, há a ausência de uma pesquisa específica que venha resgatar o planejamento, o desenvolvimento e a retrospectiva histórico-geográfica da Vila Olímpica de Maringá.

Desse modo, o presente estudo visa contribuir para o resgate do patrimônio histórico, cultural e funcional desse complexo esportivo que atende a comunidade maringaense, região e até mesmo equipes e seleções nacionais e internacionais.

Não obstante, outro fator de grande relevância para a confecção desse trabalho é o fato de estarmos na preeminência das Olimpíadas (2016) e da Copa do Mundo (2014), eventos esses, que serão sediados no Brasil. Cabe destacar que a FIFA confirmou a cidade de Maringá como CTS (Centro de Treinamento das Seleções) para a realização da Copa do Mundo de 2014 (SESP, 2012). Sendo que, o Estádio Regional Willie Davids poderá servir de base de treinamento para algumas seleções internacionais que participarão da Copa do Mundo em 2014.

A administração do espaço urbano implica um conhecimento detalhado da organização espacial da cidade e de suas possibilidades. Além disso, é fundamental que o poder público municipal esteja atento para a consideração de alguns aspectos fundamentais. Porque o lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana.

Outro fator relevante que merece atenção é o fato de estar diante de um complexo esportivo de nível nacional, palco de grandes competições e de grandes investimentos federais e municipais. Será que a sociedade e os jovens estão usufruindo esses equipamentos na forma que eles deveriam ser usados? Será que esses equipamentos, em especial o Velódromo não corre o risco de ficar obsoleto e degradado pela ação do tempo?

Não obstante, a Vila Olímpica de Maringá está localizada ao lado da Universidade Estadual de Maringá, uma grande usina de conhecimentos, com excelentes cursos de Geografia, de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo entre outros. Cito esses três, por serem os mais capacitados, no que tange ao olhar crítico e pesquisador sobre a evolução do espaço urbano.

Neste trabalho objetiva-se resgatar todo o processo histórico e ressaltar a grandiosidade arquitetônica e o uso do solo desse complexo que teve início com a construção do Estádio Willie Davids, projetado pelo recém formado arquiteto paranaense o Sr. Jaime Lerner. Que ao longo dos anos foi transformando a paisagem e o espaço intra-urbano, através das modificações estruturais no espaço físico.



### **1.2.3 RESULTADOS ESPERADOS**

- Contribuir com a comunidade acadêmica com mais uma reflexão sobre a evolução do espaço urbano, especificamente a Vila Olímpica de Maringá.
- Apontar para a sociedade sobre a importância do planejamento urbano e a importância da manutenção dos espaços públicos de dimensão lúdica.
- Demonstrar mais especificamente para a população urbana do Município de Maringá sobre a relevância social e econômica que faz desse complexo um fator atrativo de âmbito local, regional e nacional.
- Empregar o pensamento geográfico na busca da compreensão dos recortes têmporo-espaciais que envolvem as diferentes formas de uso do solo em espaço público.

### **1.3 OBJETIVOS**

Os objetivos podem ser apresentados sinteticamente da seguinte forma:

#### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

- Apreender a produção do espaço urbano no complexo esportivo da Vila Olímpica de Maringá, através de várias fontes, entre elas a fotografia.

#### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender geograficamente como o estado influenciou na produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá.
- Descrever a organização e evolução espacial da Vila Olímpica de Maringá.

## 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada no projeto para obtenção de resultados será a realização da análise dos referenciais: técnico, empírico e o teórico-metodológico, assim como a identificação do objeto de estudo, obedecendo as seguintes etapas:

- a) Levantamento de bibliografia específica, fotografias, depoimentos, documentação de acervos públicos, meios de comunicação impresso, bem como a mídia eletrônica.
- b) Pesquisa e troca de informações frente aos demais projetos de pesquisa científica concluídos ou em andamento, relacionados com a produção do espaço urbano de Maringá.
- c) Entrevista com atual e ex-secretários de esportes que de forma direta participaram da dinâmica que envolve esse Complexo Esportivo.
- d) Registro fotográfico da atual situação da Vila Olímpica e dos principais fatos contemporâneos relacionados com a dinâmica desse complexo.
- e) Levantamento de dados históricos têmpero-espaciais dando ênfase a evolução da paisagem urbana.
- f) Comparação de imagens obtidas através do programa Google Earth de um passado recente, com imagens obtidas atualmente.

Conseguimos através do Acervo da Gerência do Patrimônio Histórico de Maringá fotos e relatos sobre os equipamentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá na qual foi muito relevante para a confecção deste trabalho. Outro órgão ligado a História do município de Maringá que foi de suma importância para este trabalho foi o Museu da Bacia do Paraná, localizado a Avenida Colombo, interior da Universidade Estadual de Maringá. Através das fotografias cedidas pelo Museu conseguimos comparar o passado como o presente, sendo que muito foram úteis para dar mais credibilidade ao nosso propósito. E também o apoio da Secretaria de Esportes de Maringá com as fotos do uso adequado dos equipamentos da Vila Olímpica, através da pessoa Secretária de Esportes Edith Dias e do Diretor Márcio Stábile que nos forneceram dados sobre o espaço em questão. Outra pessoa que dispensou seu tempo para nos atender, mesmo em condições de difícil locomoção, por problemas de saúde, foi o arquiteto responsável pelos projetos da Vila Olímpica, o Sr. Walter Goraieb, que

com sábias e precisas palavras conseguiu nos passar boas informações sobre este complexo, seu passado, presente e futuro.

E por fim, nossos procedimentos metodológicos tiveram como ponto de partida uma fotografia especial do fotógrafo maringaense Kenji Ueta, pioneiro na arte de registrar os principais acontecimentos e a produção do espaço maringaense.

A escolha da fotografia foi importante para a realização deste trabalho, porque esta ferramenta foi essencial como instrumento metodológico para compreender a produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá-Pr. Através dessa metodologia consegue-se visualizar as particularidades do nosso objeto de estudo, sua organização espacial e evolução espacial. Com o uso da fotografia pode-se fazer uma descrição analítica da evolução do espaço urbano e suas peculiaridades. O interesse que levou a optar por esse instrumento metodológico está no fato, de que ele traz explicação e interpretação do passado na realidade do presente.

Nesse contexto, a relação espaço-temporal é muito questionada no pensamento geográfico e bem argumentada por Corrêa (2003, p.07):

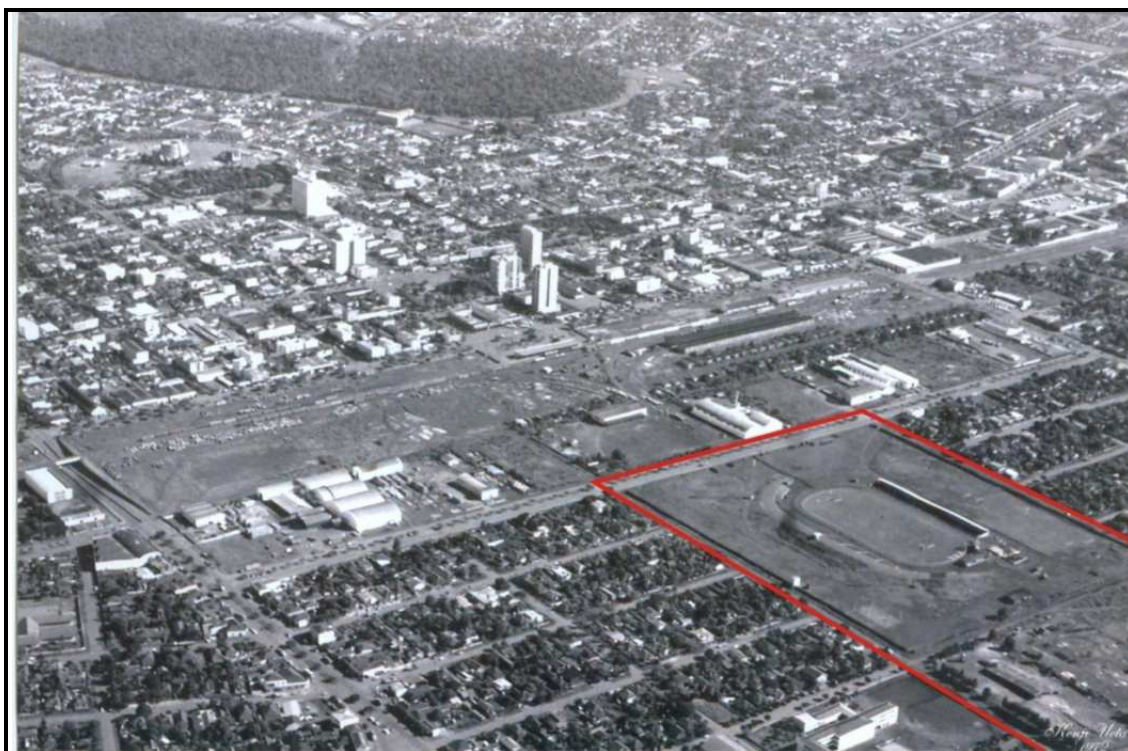
Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. Por ser reflexo social e porque a sociedade tem uma dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

Por reflexo social entendemos como a materialidade das formas urbanas derivadas dos processos produtivos exercidos pelos agentes e atores sociais que produzem o espaço urbano. Neste ponto, Carlos (2011, p.62) afirma que:

A noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais lato sensu – o que ocorre num determinado tempo e lugar, em escalas variáveis. Desse modo a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas que é apropriada.

Através de pesquisas e levantamentos iconográficos organizamos uma sequência de fotografias na escala temporal que remonta à década de 1972 (**Figura 1**) até atingir o ápice de nossa pesquisa no ano de 2012. O objetivo desse trabalho foi de reunir esse material e destacar a importância da fotografia na abordagem da dinâmica espacial no Complexo Esportivo Jaime Canet Júnior, popularmente conhecido como Vila Olímpica.

Esse espaço em questão é um recorte espacial que ao longo dos anos foi modificando-se e ganhando novos instrumentos que foram dando forma a uma nova organização espacial. Que segundo Corrêa (2003, p.10) “arranjo espacial, organização espacial, estrutura espacial, estrutura territorial é o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da história”.



**Figura 1:** Delimitação da área de estudo, Vila Olímpica Maringá-Pr, 1972. Foto: Kenji Ueta.

Nesse contexto, a Vila Olímpica de Maringá foi e está sendo organizada espacialmente através dos equipamentos que a compõem: o estádio Willie Davids, o ginásio Chico Neto, o ginásio Valdir Pinheiro, o velódromo, as piscinas, as quadras de areia, o restaurante popular e a própria secretaria de esportes que está incorporada a esse centro esportivo (**Figura 2**).



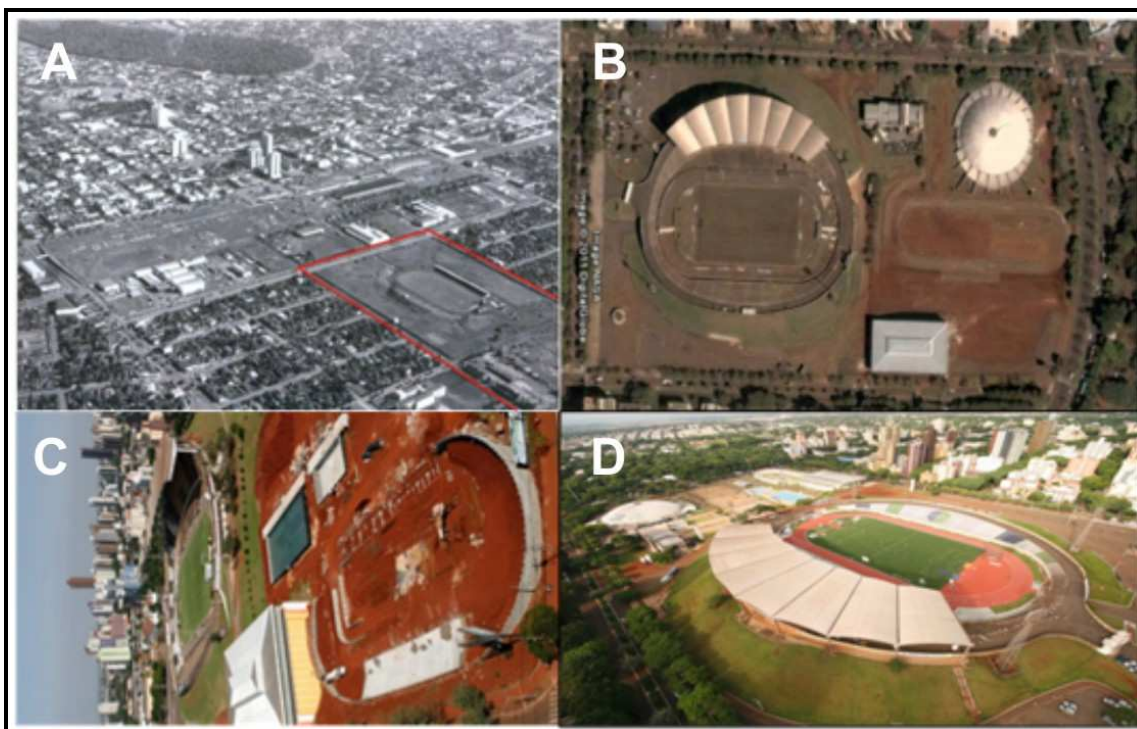
**Figura 2:** Vila Olímpica de Maringá, 2010. Fonte: SESP, 2010.

O presente trabalho foi influenciado por trabalhos e pesquisas geográficas dos precursores clássicos da Escola Francesa de Geografia, tendo como seus principais representantes Paul Vidal de la Blache e Pierre Monbeig, ícones da Geografia Humana e também da Iconografia (TORRECILHA, 2011).

A palavra iconografia, importante ferramenta aliada da geografia e da história, grande colaboradora das Ciências Sociais, Descritivas, Físicas, que segundo (FERREIRA, 2009) tem seu significado e origem, do grego: *eikonographía*; do latim: *iconographia*. Sf: 1. Arte de representar por meio de imagens. 2. Conhecimento e descrição de imagens (gravuras, fotografias, etc.) 3. Documentação visual que constitui ou completa obra de referência e/ou caráter biográfico, histórico, geográfico, etc.

Desse modo e com essa metodologia iconográfica que pretende-se desenvolver essa pesquisa, destacando a importância da fotografia na abordagem da dinâmica espacial ocorrida na Vila Olímpica de Maringá, através de uma sequência de fotos da década de 1960 a 2012 (**Figura 3**).





**Figura 3:** Evolução espaço-temporal Vila Olímpica de Maringá. A: 1972, B: 2002, C: 2005, D: 2010. Org.: Silvio Torrecilha.

Assim como era feito no passado e com a atual conjuntura econômica e política do Brasil, podemos também utilizar a fotografia como utilidade pública para a comprovação mais concreta do que relatórios escritos das fases da evolução das obras, tendo como exemplo a construção do Velódromo na Vila Olímpica de Maringá no século XXI (**Figura 4**).



**Figura 04:** Construção do velódromo na Vila Olímpica de Mgá-Pr. Autor: Silvio Torrecilha (2010).

O registro fotográfico além de seu uso essencialmente técnico permitiu e permite uma comprovação justa do emprego do dinheiro público.

Em 1887, nos Estados Unidos da América, o americano George Eastman juntamente com seu sócio William A. Walker, desenvolveu uma câmara fotográfica, aperfeiçoada com um rolo de papel com uma base protetora para 24 exposições (DISPERATI, 1991). Entretanto, o maior sucesso de Eastman ocorreu em 1888, quando lançou a câmara fotográfica batizada com a marca Kodak, tornando os prazeres da fotografia acessível ao público.

Para a Geografia, o grande precursor da fotografia como ferramenta metodológica, tanto para a Geografia Física, como para a Geografia Humana, destaca-se a pessoa de Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Vidal era um historiador que se interessava pelas questões da geografia, quando vivia na França fez um doutoramento e conseguiu a independência acadêmica da Geografia, visto que essa ainda era subordinada da história.

Entre sua obras destaca-se o *Tableau de Geographie de la France* e a elaboração do primeiro atlas com mapas temáticos e a fundação de uma revista que ainda hoje se publica, *Annales de Géographie* (FERREIRA, 1986). Nesse período (século XIX), funda a Escola de Geografia na França.

La Blache rompeu com o tradicionalismo, quando em 1908 ilustrou com inúmeras fotografias a reedição de seu *Tableau de Geographie de la France*. Inaugurando dessa forma, uma nova prática iconográfica para os geógrafos que formava na Universidade Francesa.

O método utilizado por La Blache no sistema iconográfico, segundo Salgueiro (2006, p.235), seguia as seguintes características:

- a preferência pelas fotografias (qualquer que fosse seu enquadramento, em vez de gravuras ou desenhos).
- a disposição de imagens em pares – às vezes em trios – para dar-lhes sentido por meio da sua proximidade na paginação. Para cada imagem ele buscava o geral no particular.

Desse modo, tal prática buscava resgatar o movimento, tanto da paisagem, como da temporalidade, ou seja, a dinâmica social, espacial, evoluindo em escala temporal. A compreensão da organização espacial, bem como sua evolução só se torna possível

mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo (SANTOS, 1985).

La Blache inovou ao rejeitar as gravuras, que até meados do século XX, não tinha tantos recursos como há na modernidade. Ao utilizar a fotografia, o espaço tornava-se mais nítido e descritivo com ênfase aos detalhes e suas particularidades materiais e sociais. Em sua trajetória, Vidal dava preferência para as cidades, homens e suas atividades (SALGUEIRO, 2006).

Ao introduzir textos em suas fotos, La Blache inovava ao colocar datas/ano, em que foi tirada a fotografia, com isso torna mais fácil com o texto a identificação e a compreensão do objeto de estudo. Com essa técnica que aliava o aspecto visual (foto) com o aspecto verbal (descritivo), Vidal com suas fotos e textos descritivos conseguiu arquivar nos arquivos iconográficos, através de textos e fotos os agentes transformadores da paisagem, seja ela urbana ou natural.

A importância do arquivo fotográfico para a Geografia e ciências afins é de suma importância, visto que, nem sempre é possível registrar com palavras o que se vê em campo, e sendo a Geografia uma ciência descritiva e analítica que descreve os fenômenos físicos, as atividades antrópicas, ela exige um olhar mais apurado e dessa forma a fotografia torna esse processo mais criterioso. Com isso, o Geógrafo ao rever as fotos pode reconstituir e organizar seu pensamento percorrido em campo e acompanhar o trajeto linearmente.

Seguindo a influência de Paul Vidal de la Blache, faz-se necessário relatar alguns nomes da Escola Francesa que serviram de base para a Geografia no Brasil. Entre seus discípulos, está Emmanuel de Martonne, representante da Geografia Física.

Emmanuel de Martonne era um fotógrafo apaixonado pelo trabalho de campo. Ele utilizava a fotografia em suas excursões a campo, mas era muito seletivo e criterioso com relação ao uso dessa ferramenta. Atitude normal, visto que em seu trabalho ele registrava apenas as formas (relevo, rios, etc.) que desejava destacar (SALGUEIRO, 2006).

Outro grande discípulo vidaliano e um grande fotógrafo da Geografia Humana foi Jean Brunhes, ele usava as fotografias para mostrar alguns objetos (um moinho, uma irrigação, etc.). A fotografia para ele era antes de tudo o registro exato de uma forma, de um traço (SALGUEIRO, 2006).

Seguindo o exemplo de Paul Vidal, Brunhes após ter adquirido vasta experiência e uma gama de material, fruto de suas excursões, levou-o a fazer um arquivo



iconográfico do ambiente material e dos gêneros de vida referentes à época. Seu trabalho foi de suma importância para a Escola francesa, pois em 1912 ele popularizou na França coleções pedagógicas referentes à Geografia. Nesse material ele não economizou o uso de fotografias aéreas e desenhos de paisagem. Dessa forma, Brunhes contribuiu muito para a disseminação do conhecimento geográfico, aliado ao contexto iconográfico.

No processo evolutivo do Pensamento Geográfico disseminado pela Escola Francesa, temos também a influência de Albert Demangeon, que assim como seus colegas associou mapas, desenhos e fotografias em suas publicações. Sua contribuição foi de grande relevância para enfatizar a dinamicidade das cidades.

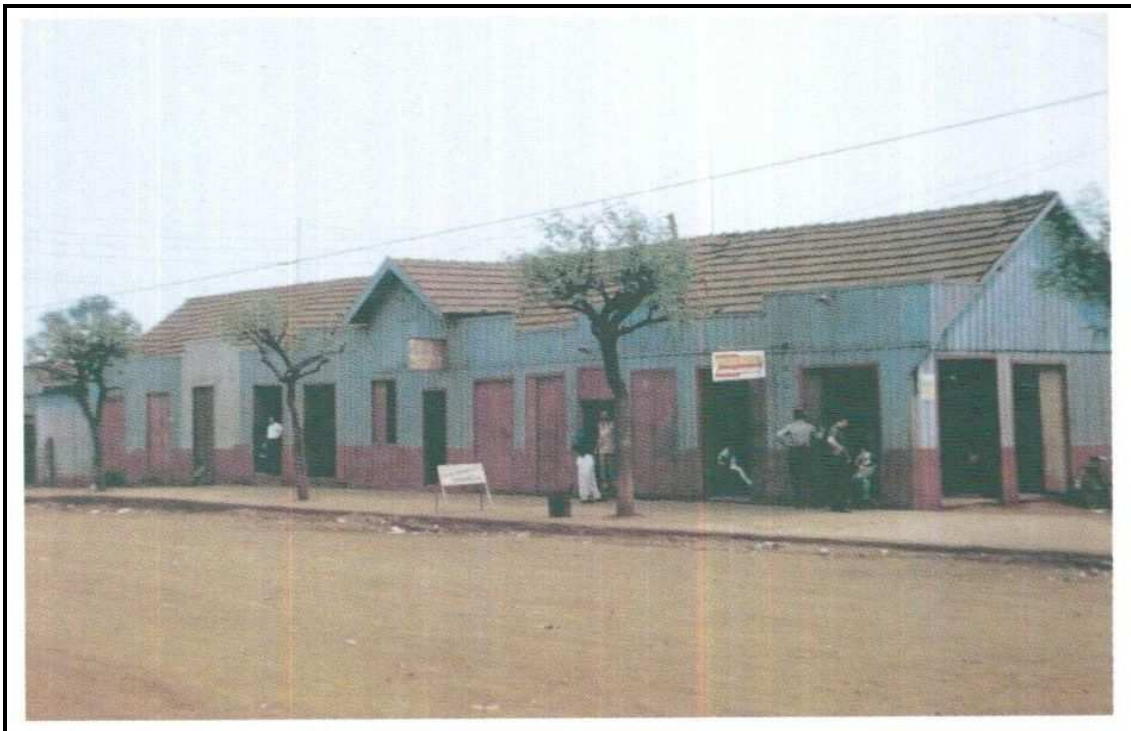
Pierre Deffontaines, outro adepto da metodologia iconográfica, utilizava de fotos aéreas para a compreensão geográfica do espaço. Era muito detalhista nas descrições da paisagem, era minucioso em seus trabalhos de campo, na falta da câmera fotográfica na década de 1950, utilizava de desenhos manuscritos para caracterizar as formas de paisagem (SALGUEIRO, 2006).

No Brasil, o grande propagador da Escola Francesa de Geografia foi Pierre Monbeig, nascido em 15/09/1908 na cidade de Marissel na França. Após se formar na Universidade Francesa vem para o Brasil em 1935 para lecionar na USP como professor de Geografia Física e Humana (SALGUEIRO, 2006).

Assim como seus contemporâneos, Monbeig seguiu os preceitos da escola vidaliana, utilizando da iconografia como recurso educativo e instrumento geográfico para compreender os usos e formas do espaço. Em sua coletânea de livros e publicações, Monbeig enfatiza em suas pesquisas, a importância do registro através das imagens por ele coletadas para dar mais autenticidade na finalização documental às suas obras.

Nas suas anotações de trabalho de campo, encontra-se uma caderneta etiquetada "*Brésil 1974, mai S. Paulo, N. Paraná, Sul Mato Grosso.*" (SALGUEIRO, 2006). Nesta caderneta há observações sobre uma viagem em que fez às cidades da antiga franja pioneira: Marília, Maringá, Londrina, Cascavel, Dourados, Bauru, todos documentados com fotografias de sua autoria.

Em Maringá, quando por aqui passou registrou a frente do Hotel Maringá, o primeiro hotel da cidade (**Figura 5**). Adepto da fotografia e pela falta de habilidade em desenhos manuscritos explica o seu amplo uso que fazia das imagens fotográficas.



**Figura 5:** Antigo Hotel de Maringá, 1963. Foto: Pierre Monbeig.

Monbeig deixou um legado muito amplo para a formação do Pensamento Geográfico. Pois em toda sua trajetória acadêmica e geográfica, fez com que ele formasse um acervo de imagens, hoje organizado em um Caderno de Imagens digitalizado em um banco de dados. Neste caderno estão registrados desde seus primeiros textos até a dinâmica das transformações das paisagens urbanas e rurais brasileiras, seus contrastes e metamorfoses em um curto período de tempo, que segundo Monbeig, tal pensamento foi editado em Salgueiro (2006, p.284):

Entre duas viagens efetuadas com um ano apenas de intervalo, pode-se verificar os processos de uma paisagem: monta-se um cenário diante do geógrafo ao mesmo tempo que se cria uma sociedade, formam-se diante do sociólogo, os atores que vão representar nesse cenário feito por eles mesmos.

Finalizando, se é que podemos dizer assim sobre esse grande Geógrafo Francês que muito contribuiu para o Universo do Conhecimento Geográfico e percebemos a miscelânea de escritos literários e iconográficos deixados por Pierre Monbeig, reunidos em um Banco de Dados. Tal arquivo representa um referencial único de iconografia geográfica no Brasil, um instrumento de pesquisa pronto para ser utilizado, seja por curiosidade ou para estudos acadêmicos para resgatar a memória do espaço no tempo.

Na década de 1960, Roland Barthes pregava a seguinte mensagem, de que a fotografia tem o poder de descrever o espaço geográfico. O trabalho de Barthes

culminou em 1980 com a Câmara Clara-Nota, enfatizando o papel da fotografia, tendo como pano de fundo a paisagem, reflexo da civilização com aspectos sociais e cultura de uma sociedade em constante transformação (FELDMAN, 1998).

Barthes procurou os traços iniciais e distintivos da fotografia das outras imagens existentes, mas considerou que toda imagem é polissêmica, palavra que segundo (FERREIRA, 2009), significa que têm muitas significações. E segundo Barthes, o leitor pode escolher uns e ignorar outros (FELDMAN, 1998).

Analisando imagens registradas pela fotografia, podemos encontrar informações que desvendam o passado e nos traz a compreensão de uma época que, possivelmente não conseguiríamos compreender pela linguagem escrita ou falada.

Não se pode negar que a fotografia tem uma grande contribuição para as Ciências Humanas, desde a Antropologia, Sociologia e indubitavelmente para a Geografia, visto que é um instrumento de grande valor documental, interpretativo e comparativo como suporte para os estudos de análise têmporo-espacial.

A fotografia consegue cristalizar o tempo e o espaço em uma pequena escala, nos trazendo uma visão do mundo, revelando tanto a construção como a transformação do espaço ocorrida em uma escala temporal, que segundo Corrêa (2003), “o espaço urbano é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.”

Nesse sentido, o uso da fotografia como fonte histórico-geográfica presta imensurável contribuição aos estudos da dinâmica espacial, pois enquanto imagem fotográfica serve como testemunha fidedigna (KOSSOY, 1980). Ou seja, a imagem fotográfica transmite uma parcela da realidade congelada no espaço e no tempo, possibilitando a reconstituição de vários aspectos de uma época passada. Não obstante, para o pesquisador é um caminho a mais para a análise e compreensão desse espaço fragmentado no passado, pois, com a imagem podemos obter informações dos cenários, personagens e fatos de outrora.

A fotografia desperta muitos olhares e também significados (polissemia) e também colabora no tocante a escala do objeto de estudo, visto que podemos delimitar nossa área de pesquisa e empregarmos uma abordagem descritiva e evolutiva do espaço urbano.

Desse modo, para a realização desse trabalho, procurou-se argumentos na reflexão de (CORRÊA, 2003), que remete ao espaço urbano como:

Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. E por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

Partindo dessa premissa, nos sentimos inspirados em realizar nosso estudo tendo como uma das ferramentas a fotografia, para melhor compreender a produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá.

Entretanto, não podemos deixar de falar do fotógrafo maringaense que muito colaborou com essa pesquisa através de suas fotografias que remontam a gênese da urbanização de Maringá, permitindo avaliar e pesquisar sobre a dinâmica espacial que ocorreu no espaço urbano maringaense.

Paulo Kenji Ueta é o mais antigo fotógrafo maringaense em atividade, de origem nipônica nasceu na cidade japonesa de Koriyama em 1937. Aos cinco anos veio com a família para o estado de São Paulo (O Diário do Norte do Paraná, 1997). Mas somente na década de 1950 que desembarcou em Maringá. Em entrevista concedida em seu estabelecimento (**Figura 6**), que se localiza na Avenida Herval no centro de Maringá ele recorda que “tinha dinheiro para comprar um terreno ou uma câmera fotográfica, preferi comprar a câmera e morar de aluguel em uma garagem”.



**Figura 6:** Kenji Ueta em seu estabelecimento. Dez. de 2010. Foto: Silvio Torrecilha.

Incansável trabalhador levava seus equipamentos que não eram leves, nos ombros. Tais equipamentos eram compostos pela máquina e tripé para registrar os mais significativos momentos marcantes do município. Desde a demolição da Antiga Catedral na década de 1960, até a construção da Nova na década de 1970 e também fotos aéreas tiradas sem compromisso do interior de um “teco-teco”, mostrando o período em que a cidade crescia horizontalmente, ou seja, ainda não havia o processo de verticalização, a presença de edifícios.

Claro que, com o aperfeiçoamento da arte, ciência e tecnologia, principalmente na Fotogrametria, uso de satélites, fotos aéreas e com recursos da internet como o Google Earth. Ferramentas indispensáveis para montar o mosaico que envolve a evolução do espaço urbano. É preciso considerar, que a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. (CORRÊA, 2003).

Desse modo, através da fotografia conseguimos juntar esses “fragmentos” e as mudanças que ocorreram em 67 anos de transformações e dinamicidade no espaço urbano da Vila Olímpica de Maringá. Seguindo os preceitos de Santos (1985, p.49).

Assim sendo, torna-se relevante insistir no conceito de estrutura espaço-temporal em uma análise do espaço geográfico ou espaço concreto. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história mais precisamente da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.

Não obstante, a fotografia oferece para a sociedade o melhor meio de participar da história, seja direta ou indiretamente. Nesse contexto, colecionam-se fotos de políticos, religiosos, imagens de cidades e toda dinâmica que envolve a paisagem e o espaço urbano.

Após esses breves relatos, lembrando alguns nomes ilustres que contribuíram direta ou indiretamente para o Conhecimento Geográfico, homens intrépidos que desbravaram o sertão, que enfrentaram o frio e o calor escaldante para deixar para nós esse legado de imagens e textos literários. Claro que por trás de uma máquina, de uma fotografia há um olhar singular, um ser humano que ao tirar uma foto é ele, simplesmente ele, só e pelo seu próprio estado de espírito fará da imagem uma materialização da sua própria vista. Pois a máquina é um mero instrumento incapaz de

pensar, a mão que dá o comando e o olhar que capta o objeto em questão, esses são primordiais para o sucesso de uma boa fotografia.

Após essa breve retrospectiva da evolução da fotografia como instrumento metodológico e esses breves relatos de figuras tão ilustres que nos influenciaram a realizar esse trabalho. Estamos convencidos que esse trabalho é o marco zero, a base sólida que dará um trabalho mais completo sobre o tema em questão, que é A Vila Olímpica de Maringá na Produção do Espaço Urbano.

Notadamente, o relato dos precursores e as imagens até aqui estudadas, nos faz refletir sobre o processo espaço-temporal, onde o tempo, grande agente transformador, juntamente com o homem, transforma a paisagem urbana, nesse caso representada na materialidade da Vila Olímpica de Maringá. Assim sendo, o uso da fotografia como fonte histórico-geográfica da evolução espaço-temporal presta uma inestimável contribuição aos estudos da dinâmica espacial. Pois como instrumento metodológico serve como testemunha fidedigna de um espaço que através de um processo temporal, observam-se mudanças no espaço a todo instante. Se por um lado a cidade nos parece estável por algum tempo, por outro lado está sempre em constante transformação, com isso possibilita planejar e organizar o futuro através das imagens do passado e do presente.



## CAPÍTULO II

### Aspectos Geo-históricos do Município de Maringá

## 2 Aspectos Geo-históricos do Município de Maringá

Neste capítulo faremos uma retrospectiva histórica do Município de Maringá, enfatizando os principais aspectos que direcionaram Maringá a ser o que ela é hoje, uma cidade de porte médio, uma cidade pólo de grande importância regional, com diversos fatores atrativos no setor educacional, saúde, comércio e agronegócios que impulsionaram seu crescimento.

Porém, para chegar a esta posição, a Cidade Canção, como ficou conhecida, Maringá passou por diversas fases e já teve outros codinomes, sendo que cada um designava um período de sua história. “Cidade Planejada”, devido aos esforços do Engenheiro Cássio Vidigal que fez os primeiros levantamentos topográficos de Maringá para depois passar esses dados para o engenheiro civil Jorge Vieira de Macedo desenhar as ruas e avenidas seguindo um planejamento pré-definido, tal projeto contemplava sua posição geográfica e o traçado da linha férrea, de modo que tal obstáculo não serviria de empecilho para o crescimento da cidade.

O segundo codinome foi de “Cidade Fantasma”, nessa época (década de 1940), a Companhia determinava um prazo para o comprador construir sua casa no lote, a moradia era construída, porém não era ocupada, só depois de algum tempo que o adquirente viria a ocupar essa casa. Maringá foi chamada de “Cidade Fantasma” pela grande quantidade de casas construídas no espaço urbano e quase todas vazias e as ruas sem iluminação pública, nesse tempo, as pessoas mais prevenidas que aqui moravam, optavam em se recolherem mais cedo para seus aposentos, tal medida visava uma maior preocupação também com a segurança, haja vista que o uso de armas era comum nessa época.

Após seu nascimento e a implantação do seu primeiro núcleo urbano, Maringá também ficou conhecida como “Cidade Menina”, que tinha em seu futuro trabalho e prosperidade em seu rico solo de terra roxa coberto por perobas, palmito, cedro, ipês, etc.. Tais espécies foram desmatadas e queimadas para dar lugar à colonização destas terras, tendo como principal agente transformador da paisagem a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) colonizadora de origem britânica que após a 2ª Guerra Mundial foi vendida a empresários brasileiros e transformada em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Desta empreitada capitalista fundamentada no parcelamento do solo e venda de lotes urbanos e rurais nasceram várias cidades no Norte do Paraná atraindo migrantes de



várias partes do país e também do exterior. Os principais fatores que atraíram esses compradores para essa região foi primeiramente o preço das terras que eram relativamente baixos, comparados com outras regiões já colonizadas, esse fator é explicado devido ao fato de aqui ainda serem terras virgens cobertas por matas nativas e a “limpeza” da área ficava por conta do adquirente. A Companhia, estrategicamente dividiu a terra em pequenos lotes rurais e urbanos que eram vendidos a prazo e com juros baixos e para os funcionários da CMNP os juros eram mais baixos e os descontos e prazos maiores.

Outro fator preponderante para o desenvolvimento de Maringá e do Norte do Paraná foi sem dúvida o clima e o solo fértil (terra roxa) propício para a agricultura e principalmente para a lavoura do café, que foi o motor propulsor que trouxe grandes benefícios para os cafeicultores e para Maringá. Claro que a agricultura foi importante para Maringá, mas seria inviável economicamente se não fosse a presença do “cavalo de ferro” ou “Maria Fumaça” nomes dado as locomotivas que transportavam a produção de café para o Porto de Santos e Paranaguá utilizando das ferrovias que colaboraram para o escoamento das safras.

Para descrever a história da “Cidade Verde” e seu desenvolvimento, é necessário que se faça um retrospecto das transformações socioeconômicas ocorridas e que não foram poucas e as principais mudanças que transformaram o espaço urbano maringaense. Devemos também ressaltar a importância do fator político que foi crucial nas mudanças ocorridas no espaço urbano de Maringá e sua inserção no cenário político regional, estadual e nacional.

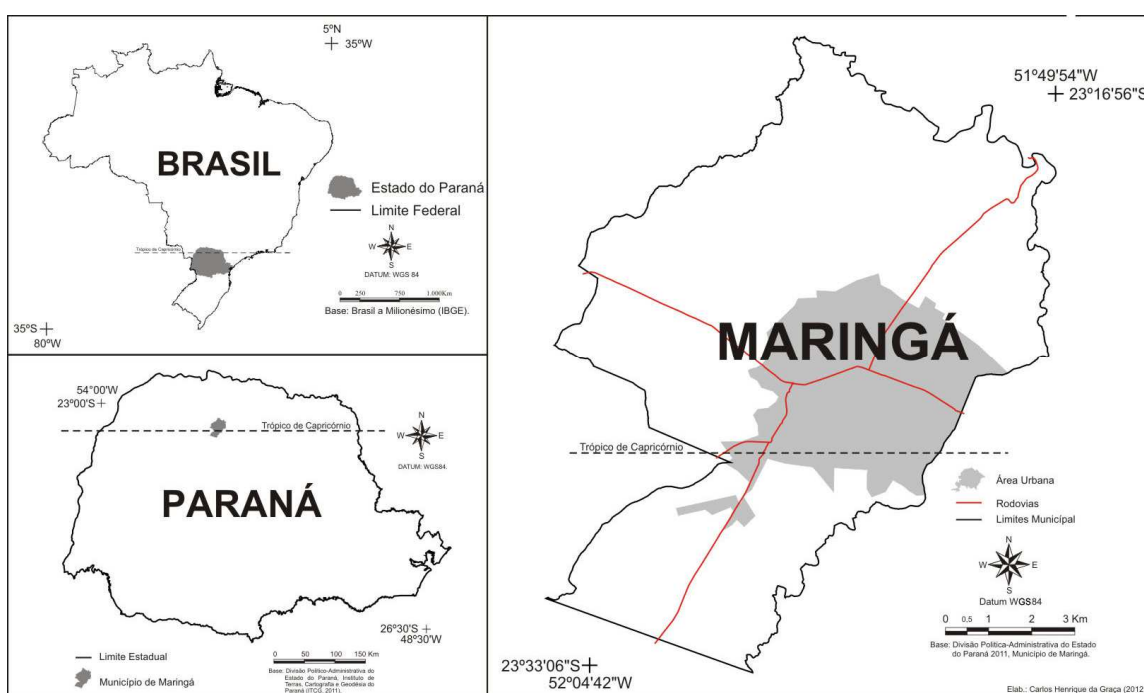
Sendo assim, procuraremos neste capítulo resgatar um pouco da memória do Município de Maringá, trazendo a tona fatos do passado para compreendermos melhor nosso presente, pois assim, através dessa linearidade temporal poderemos organizar o conhecimento histórico-geográfico e as mudanças ocorridas no espaço que servirão de base para o desenvolvimento da análise da evolução do espaço urbano representado pela Vila Olímpica de Maringá que é nosso objeto de estudo.

### **2.1 Maringá: do projeto à implantação.**

O Município de Maringá localiza-se na Região Norte do Paraná, mais especificamente no chamado Norte Novo, aproximadamente a 23°16'56”S de Latitude Sul e 51°49'54”W de Longitude Oeste (**mapa 2**). É cortado pelo Trópico de Capricórnio

na sua porção Sul. É delimitado ao norte pelos municípios de Ângulo e Mandaguaçu; ao sul por Floresta, Marialva e Ivatuba; ao leste por Sarandi e Marialva e ao oeste por Paiçandu e a nordeste por Astorga e Iguaraçu (QUEIROZ, 2003).

Sendo que seu território ocupa uma superfície de 490,2 Km<sup>2</sup>, faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, apresenta um relevo com declividades pouco acentuadas e altitudes na faixa de 350 a 600 metros. O município caracteriza em termos climáticos por se situar em uma zona de transição entre o tropical e o subtropical, cujas temperaturas oscilam no inverno em torno de 10°C (médias) e no verão entre 18°C e 35° C (médias) (QUEIROZ, 2003).



**Mapa 02:** Localização do Município de Maringá (2012).

A gênese de Maringá ocorreu através do processo de colonização da região do Norte do Paraná, iniciado na década de 1920. Para que tal fato ocorresse foi necessário a presença de capital britânico nessa região, por intermédio da *Parana Plantations* e de sua subsidiária nacional, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Devido aos acontecimentos provenientes da Segunda Guerra Mundial, os ingleses tiveram que se desfazer de seus patrimônios alocados no exterior, desse modo, a empresa teve o controle acionário assumido por um grupo de brasileiros, passando a se denominar

Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, tal ruptura é descrita por Andrade Neto<sup>1</sup>, 1979.

Em primeiro momento a *Parana Plantations* era uma empresa focada nas grandes monoculturas principalmente a do algodão, tendo suas atividades iniciadas primeiramente no continente africano e posteriormente em solos brasileiros, mais precisamente o Norte do Paraná. O intuito inicial era cultivar o algodão que era a matéria prima para as fábricas inglesas de confecções, como esse projeto não pode ir adiante devido às conjunturas internacionais da época e a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a Inglaterra passou a necessitar de recursos em escala cada vez maior para fazer face às suas imensas despesas. Por isso o governo britânico adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no Exterior. Semanalmente, a imprensa de Londres publicava uma lista de empresas oferecidas à venda em todo o mundo (CMNP,1977).

Tal episódio fez com que os ingleses vendessem a empresa para um grupo de empresários brasileiros e mudassem de atividade, segundo a própria Companhia (CMNP, 1977, p.57):

No correr do ano de 1928, cessaram todas as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná com o algodão e a diretoria da empresa delibera dedicar-se intensivamente à colonização de terras adquiridas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí, para o que resolve aceitar a oferta que anos atrás, em 1924, lhe fizeram os acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, no sentido de que adquirisse essa empresa e prolongasse seus trilhos além de Cambará.

Com o insucesso da cultura algodoeira e o avanço da ferrovia optaram então pela colonização e parcelamento da terra em pequenos lotes rurais e urbanos, pois utilizando da terra como mercadoria, os custos seriam bem menores comparado com os gastos dispensados na agricultura. Mesmo investindo uma parte dos lucros na infra-estrutura da região, estes foram sempre elevados e certos, uma vez que os riscos da exploração da terra ficariam por conta do adquirente (LUZ, 1997). Seguindo esses padrões de lucro rápido e certo, a Companhia seguiu a colonização do Norte do Paraná, pautada nos moldes capitalistas, ou seja, era uma empresa capitalista e agia como tal.

---

<sup>1</sup> Arthur de Oliveira Andrade Neto. Em seu livro Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã, 1979, p.55, o autor descreve o episódio ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial e a transição do controle acionário da Companhia.

Porém, para existir Maringá e o Norte o Paraná, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões (NOELLI e MOTA, 1999). Ocorre que em alguns veículos impressos de comunicação como jornais, revistas e alguns trabalhos acadêmicos que remontam à época da colonização, citam essa região como inóspita ou terras virgens, simplesmente como se o Norte do Paraná fosse um imenso vazio cercado apenas de floresta com animais selvagens e silvestres. Sendo assim, é necessário que utilizemos da antropologia e da história para evidenciar que essa área hoje urbanizada, já foram terras pertencentes aos indígenas que outrora ocupavam essa região do Norte o Paraná, (NOELLI e MOTA, 1999).

Pois bem, para que ocorresse a colonização dessas terras, foi necessário, além do desmatamento e das queimadas para abrirem as estradas e lotear essas terras, também tiveram que usar de violência e porque não falarmos de genocídio para com os primeiros habitantes que aqui viviam e citar que a colonização de Maringá e o Norte do Paraná nunca foi pacífica e harmoniosa, como aponta Noelli e Mota (1999).<sup>2</sup>

Após essa breve reflexão da ocupação dessas terras que viriam a se tornar Maringá, descreveremos a projeção e a implantação de Maringá, seguindo alguns fatores que fizeram nascer cercado por florestas uma das cidades de grande importância para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e posteriormente denominada de Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Cidade planejada com modernas técnicas de urbanismo e também impulsionada pelo solo fértil (terra roxa) que através do plantio do café fez com que Maringá se destacasse como cidade pioneira no Norte do Paraná, segundo Luz (1997, p. 06):

Sua existência decorreu da exploração da terra através da lavoura do café, sofrendo no início as vicissitudes da mesma. Como cidade pioneira, não contava nos primeiros anos com o conforto de um centro longamente estabelecido. Porém como cidade planejada, teve a vantagem de contar com as técnicas mais avançadas do urbanismo. As etapas de seu desenvolvimento foram “queimadas”, passando-se quase da mata virgem para um traçado urbanístico e uma arquitetura arrojados. Um zoneamento bem definido e eficiente foi realizado, de acordo com as funções de um núcleo urbano de proporções médias. Muitos dos benefícios que as cidades mais antigas demoraram muito tempo para usufruir, em Maringá foram instalados em poucos anos.

---

<sup>2</sup> Para melhor compreensão acerca da problemática da ocupação de terras pertencentes aos indígenas no Paraná, recomenda-se o artigo de Francisco Silva Noelli, Lúcio Tadeu Mota: *A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná*. In: DIAS, Reginaldo Dias; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). *Maringá e o norte do Paraná*: Estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

Seguindo essas técnicas urbanistas, a Companhia utilizou de profissionais de renome como Cássio Vidigal (engenheiro e presidente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) e o engenheiro civil Jorge de Macedo Vieira. Foi graças ao trabalho de campo de Cássio Vidigal e de sua equipe formada por topógrafos e agrimensores que foi possível fazer o levantamento do relevo e posição das nascentes para que Vieira em seu escritório localizado em São Paulo projetasse a cidade de Maringá sem que nunca tivesse posto os pés em solo maringaense e seguindo o esboço fornecido pelo seu amigo pessoal Cássio Vidigal, Jorge de Macedo projetou a cidade de Maringá segundo Luz (1999, p.135);

As linhas mestras para a construção da futura cidade foram estabelecidas pelo Dr. Cássio Vidigal, cabendo ao engenheiro Dr. Jorge de Macedo Vieira traçar o plano geral e definitivo da mesma. Com os dados indispensáveis sobre a topografia, o clima e a vegetação da região, que lhe foram fornecidos pela Companhia, o referido urbanista planejou Maringá de acordo com a mais avançada concepção de cidade existente na época.

A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires, com cerca de 5 km de comprimento e 3 de largura. Dessa área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de florestas naturais, com 22 alqueires cada um, que se localizaram em pleno perímetro urbano, cortado pelos córregos Moscados e Cleópatra, respectivamente.

Enquanto a cidade de Maringá era projetada em São Paulo, no escritório de Jorge Macedo, a companhia estabeleceu um pequeno povoado denominado “Maringá Velho”. A 10 de novembro de 1942 inaugurou-se a primeira casa do patrimônio – o Hotel Maringá – construído pela Companhia e arrendado ao Sr. José Inácio da Silva (LUZ, 1997). Com a construção deste hotel, é que a cidade iria recepcionar e dar apoio aos corretores da Companhia e também os compradores que visitavam essas terras oriundos principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Em seguida novas construções foram surgindo substituindo a frondosa mata que cobria o solo maringaense. Como já foi dito, o surgimento da cidade iniciou-se no núcleo urbano “Maringá Velho”, com a chegada dos “forasteiros” oriundos de várias partes do Brasil e do exterior. O primeiro ponto de chegada era a rodoviária, a primeira construída em Maringá (**Figura 7**). Era o início do desbravamento e da expansão urbana do município de Maringá.



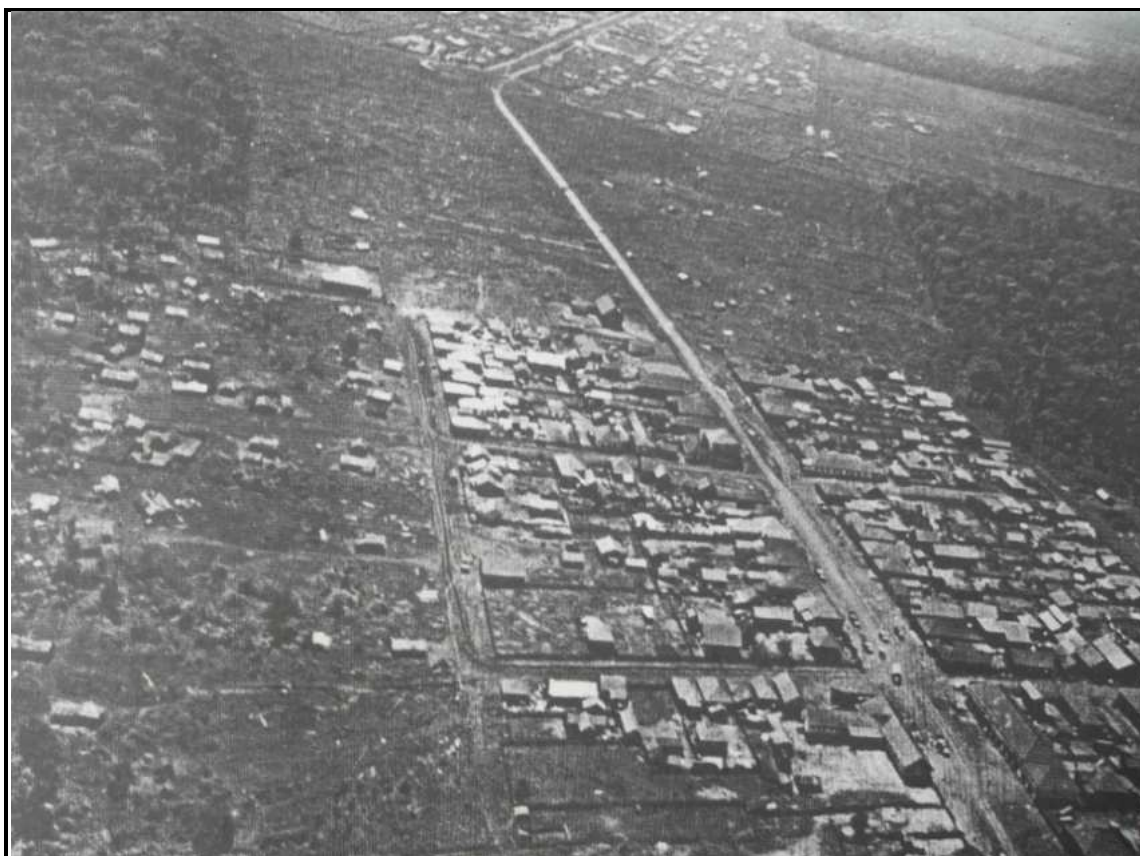
**Figura7:** Primeira Rodoviária em Maringá localizada no “Maringá Velho”, sem data.  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná – UEM.

Mesmo antes de existir o núcleo urbano de Maringá, a Companhia já tinha em mente o planejamento e a consolidação dessa cidade que viria a se tornar o grande sucesso de vendas dos lotes urbanos e rurais. Utilizando de grande publicidade para atrair compradores de todo país e também imigrantes. A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná (CMNP,1977). Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis o alqueire paulista de 24.200 metros quadrados.

A Companhia sabia que a principal macro estrutura responsável para o sucesso do investimento da colonização e no comércio destas terras foi sem dúvida a ferrovia que passaria pelo Norte do Paraná com destino a Guaíra. Somente após a implantação da estrada de ferro é que a Companhia loteou o restante da cidade, saindo de seu núcleo inicial que era o “Maringá Velho” e expandindo novos bairros, ruas e avenidas onde antes só existia mato e era apenas um patrimônio rústico, conforme aponta Luz (1997, p.62):

Tendo em vista que a estrada de ferro passaria pela região em direção a Guaíra, a Companhia esperou que se definisse seu traçado para então estabelecer o local definitivo da cidade. Enquanto isso, e à medida que realizava o projeto da mesma, estabeleceu um pequeno povoado no local hoje denominado “Maringá Velho”. A 10 de novembro de 1942 inaugurou-se a primeira casa do patrimônio- o Hotel Maringá-, construído pela Companhia e arrendado ao Sr. José Inácio da Silva.

A implantação da cidade de Maringá só teve início com a definição do traçado da ferrovia que iria até Guaíra (MORO, 2003). Só então estabeleceu o seu lugar exato. Pelo planejamento da Companhia a região central da cidade deveria conter a estação da estrada de ferro. Sendo assim, o “Maringá Velho” (**Figura 8**) seria apenas um ponto de parada e apoio e a Companhia esperaria o projeto urbanístico da cidade ficar pronto e que a linha férrea não atrapalhasse o traçado das ruas e que o centro da futura cidade coincidissem com a localização da estação de trem.



**Figura 8:** Núcleo “Maringá Velho”, ao fundo a expansão da malha urbana, sem datação.  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná-UEM.

Desse modo, o traçado da linha férrea foi preponderante para a determinação da localização do perímetro urbano de Maringá, conforme Meneguetti (2003, p.129):

No caso de Maringá, o traçado da linha férrea e a morfologia do terreno foram os determinantes do projeto, e responsáveis pelas linhas harmoniosas e a precoce preocupação ecológica com o sítio urbano. Como, na época da colonização, o principal meio de transportes de cargas e de passageiros era o ferroviário, a companhia colonizadora retardou a determinação da localização da cidade até que se estabelecesse o traçado da linha férrea para, então, tomá-lo como ponto de partida para o projeto urbanístico. Assim, desenvolvendo sobre os espigões, a linha férrea e conseqüentemente a estação ferroviária determinaram a situação da cidade entre as nascentes.

Após a demarcação e a implantação da ferrovia que a Companhia começou a tomar as providências necessárias para a expansão da cidade seguindo o projeto urbanístico de Jorge Macedo de Vieira. Com o intuito de colonizar e implantar vários núcleos urbanos a Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas CMNP (1977, p.77):

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes.

Tal posicionamento geográfico dessas cidades fundadas pela Companhia, leva em consideração a localização desses núcleos urbanos ao longo da ferrovia, o que garantiria o escoamento da produção, principalmente o café. Tal planejamento também visava a conexão entre esses povoados com o intuito de fortalecer o comércio desses pequenos produtores conforme aponta Andrade (1979, p.52):

A planificação da Companhia de Terras Norte do Paraná em relação aos núcleos populacionais determinava que as cidades a serem formadas estivessem a uma distância aproximada de 100 quilômetros umas das outras. Porém, entre essas futuras cidades criar-se-iam pequenas vilas que pudessem servir como espécie de centros abastecedores intermediários da região. Próximos às zonas urbanas, seria dividida uma faixa de terra destinada ao incremento e à formação de chácaras para que estas pudessem suprir as necessidades alimentícias da população local, especialmente no que se refere aos produtos frutiortigranjeiros.



Para que ocorresse o sucesso dessas glebas rurais, **(Figura 9)** a Companhia dividiu os lotes por faixas de largura variável, desde o topo das elevações até o fundo dos vales, ao longo de toda a encosta, incluindo todos eles uma parte de baixada e uma de espigão (LUZ, 1997). Partindo dessa forma de parcelar a terra, isso fazia que não houvesse favorecimento nem terrenos irregulares. Contava ainda, com água corrente no fundo da propriedade e acesso por estrada de rodagem no alto do espigão. Na parte de baixada o colono geralmente construía sua casa, plantava um pomar e uma horta, cercava um pasto, enfim produzia o necessário para sua subsistência. Nos trechos mais elevados, menos atingidos pelo frio, estendia o cafezal, que constituía a sua principal fonte de renda.



**Figura 9:** Repartição dos lotes rurais feito pela CMNP. Fonte: CMNP (1977).

Atraídos por essa nova forma de parcelamento dos lotes rurais várias famílias de pioneiros chegavam ao lote que haviam adquirido e se acomodavam, a princípio num rancho de palmito, (LUZ, 1999), nesse rancho os colonos viviam de forma precária e temporariamente, até que a casa definitiva fosse construída com tábuas de peroba e outras madeiras nativas que haviam em abundância e que foram desmatadas numa velocidade incalculável.

Os trabalhos de derrubada eram iniciados na base do machado e do trançador (espécie de serrote, que necessita de duas pessoas para cortar uma árvore de grande porte). As árvores de maior porte eram abatidas e sua madeira aproveitada pelas serrarias. Em seguida fazia-se a limpeza do terreno, ou a “roçada”; os galhos e os arbustos eram amontoados sobre o solo e deixados para secar (LUZ, 1999). Quando

esses detritos estavam suficientemente secos eram queimados. O fogo conservava-se durante dias e acabava por extinguir-se, deixando atrás de si o solo coberto de cinzas ainda quentes e restos de troncos calcinados. Isso feito preparava-se a terra de maneira rudimentar e plantavam-se os cafeeiros, semeando entre suas fileiras o feijão, o milho e o arroz, primeiramente eram plantados produtos de primeira necessidade que produziriam mais rápido e serviriam de alimento o café era primordial, porém em segundo plano, pois a primeira colheita só viria após o quarto ano após o plantio das primeiras mudas.

Mas para garantir o acesso às ferramentas e aos produtos de maior necessidade, os colonos se deslocavam a pé ou a cavalo até o núcleo urbano, no começo da colonização era necessário um maior deslocamento, haja vista que o núcleo urbano mais próximo era as cidades de Apucarana, Mandaguari e depois Marialva. Depois que o povoado do “Maringá Velho” passou a contar com diversas casas de comércio, os sítiantes para ali se dirigiam para fazer suas compras (LUZ, 1999).

Nesse tempo Maringá pertencia ao município de Mandaguari que foi criado em 1947 e anteriormente a esta data, Mandaguari pertencia ao município de Apucarana, que após a criação da lei nº 2, de 10 de outubro de 1947 se emancipa de Apucarana (LUZ,1999). Enquanto a cidade de Maringá era planejada, a área rural se expandia em produção e progresso com grande entusiasmo por parte dos agricultores que viam em seu futuro muito trabalho e prosperidade e alguns fatos curiosos e engraçados relatados por Gonçalves (1999, p.119):

Há alguns anos, Marco Antonio Mello recolheu um depoimento bastante divertido de um antigo retratista de Maringá, Antonio Ueta, onde este conta que muitos migrantes costumavam enviar duas fotografias de uma vez para seus parentes e amigos. A pose era a mesma, contudo, os conteúdos variavam. A primeira foto pretendia representar um tempo inicial: eles apareciam do jeito que teriam saído de suas terras de origem. A outra expressava um segundo momento: anéis e relógios recém adquiridos tornavam-se signos incontestáveis de ascensão social na frente pioneira paranaense.

Tal feito se deve principalmente as grandes safras de café (**Figura 10**), que Maringá produziu nos anos de 1940, elevando Maringá a um grande centro receptor da safra cafeeira. Nesse contexto Maringá se destaca como um dos mais importantes centros receptores do Norte do Paraná, tendo a agricultura como fator indiscutível no que tange ao desenvolvimento regional .



**Figura10:** Transporte da safra de café em direção à Maringá (Década de 1940).  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná- UEM.

Com a ascensão da cafeicultura e a consolidação da posição da linha férrea que serviria para dar escoamento da produção, contribuiria para o progresso maringaense. Com o desenvolvimento das funções urbanas, ou seja, com a consolidação e ampliação das atividades comerciais e de prestação de serviços, e com o início da industrialização, o antigo patrimônio adquire a condição de uma verdadeira cidade, capaz de se firmar como centro regional. Passa a coordenar as atividades de sustentação desempenhadas pela zona rural ao seu redor e a dinamizar todo o processo de desenvolvimento de sua área de influência (LUZ, 1997).

Enquanto o “embrião” se desenvolvia no antigo núcleo chamado de “Maringá Velho”, a “Cidade Planejada” era minuciosamente desenhada e o encarregado desta tarefa foi Jorge de Macedo Vieira, paulistano amigo de um dos diretores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e bastante familiarizado com as idéias do “urbanismo inglês” da cidade jardim (REGO, 2009).

Como foi dito anteriormente a Companhia aguardava o traçado definitivo da linha férrea para somente depois implantar o projeto urbanístico do arquiteto Jorge de

Macedo Vieira que utilizou dos esforços do Engenheiro Cássio Vidigal e sua equipe para elaborar o projeto, segundo Steinke (2007, p.145).<sup>3</sup>

Percebe-se através desse projeto inovador que Maringá foi planejada em detalhes. A sobreposição da malha urbana foi criteriosamente desenhada seguindo a posição geográfica. Desde o desenho das ruas e avenidas até o plantio das árvores e o posicionamento das praças e bosques previamente definidos.

Claro que para que esse projeto fosse levado adiante é inegável o papel empreendedor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que acreditou no potencial da região e serviu Maringá de toda infra-estrutura de que ela necessitasse isso era de se esperar, devido ao lucro que obtivera com a venda dos lotes e isso contribuiria ainda mais para evidenciar o a prosperidade que Maringá alcançaria com seus investimentos. Uma das principais obras, além das estradas de rodagem, foi a colocação de meios fios e a instalação de energia elétrica (**Figura 11**).

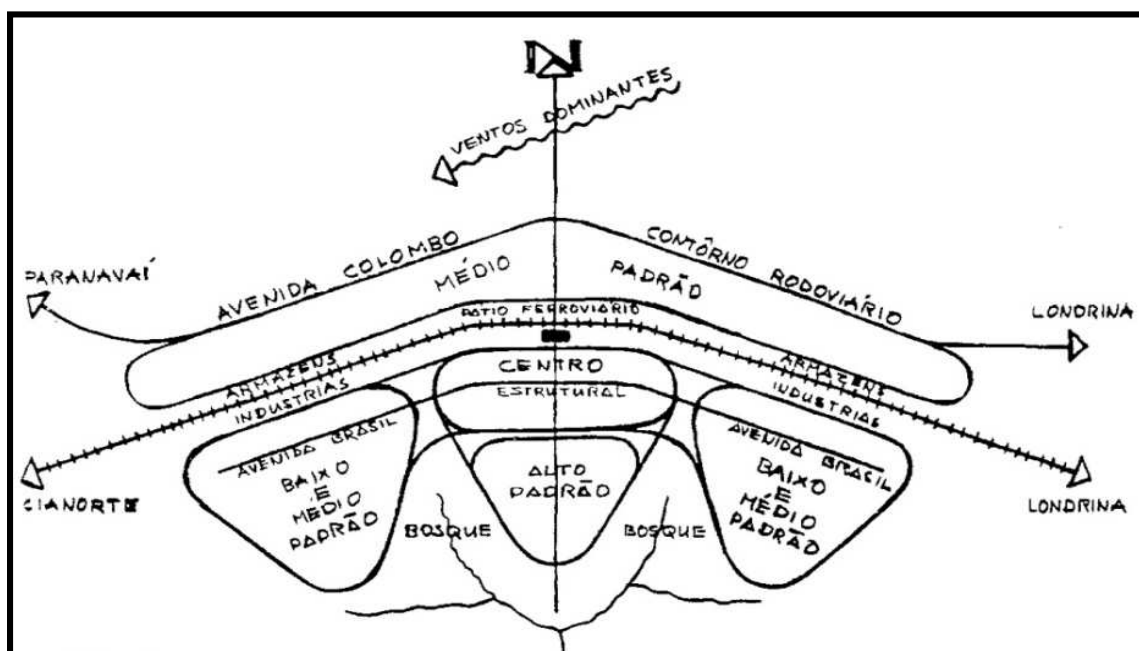


**Figura 11:** Instalação de energia elétrica na Avenida Brasil. Sem datação.  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná – UEM.

---

<sup>3</sup> Mais detalhes sobre o projeto urbanístico do engenheiro Jorge de Macedo Vieira e a composição da malha urbana de Maringá ver STEINKE, Rosana. Ruas Curvas versus Ruas Retas: a trajetória do Urbanista Jorge de Macedo Vieira Maringá: Eduem 2007

Diante dessa concepção urbanística que se traçava, a Companhia seguiu adiante o projeto detalhado e arquitetado pelo engenheiro Jorge de Vieira Macedo. Nos primeiros esboços feito por Macedo já percebia o caráter segregador que viria a se tornar (**Figura 12**). Ao especificar as zonas residenciais nobres e as populares, diferenciando-as (STEINKE, 2009).



**Figura 12:** Plano Original de Maringá organizado em setores sobre a égide da sociedade capitalista. Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, Plano Diretor 1967.

Neste anteprojeto a influência de Macedo com o conceito de “Cidade Jardim” a uma infra-estrutura para servir aos seus habitantes e a presença de vários equipamentos urbanos (praças, parques, escolas) disseminados pela malha urbana, porém, como foi a Companhia que encomendou esse projeto, nota-se a preocupação que ela teve em separar as classes trabalhadoras em uma zona urbana chamada Vila Operária e as demais zonas localizadas na área central para as classes de pessoas com melhor padrão de vida, evidenciando assim desde o início da urbanização de Maringá uma característica segregadora.

A fundação oficial de Maringá data de 10 de maio de 1947, quando foi lançada a pedra fundamental da cidade (LUZ, 1997). Cinco meses após a sua fundação oficial, Maringá se tornou distrito do recém-criado município de Mandaguari. A Lei de emancipação veio em 1951; um ano depois foram eleitos os primeiros vereadores e o primeiro prefeito de Maringá (DIAS, 2003).

Somente a partir de 14 de novembro de 1951, através do decreto-lei nº 790 e publicado no Diário Oficial no dia 16 de novembro de 1951, Maringá conquistava sua autonomia político-administrativa e era elevada à categoria de município, cortando assim seu cordão umbilical que a prendia a Mandaguari, passando, portanto, a gerir seu próprio destino (ANDRADE, 1979).

O Município de Maringá foi finalmente criado pela Lei nº 790, de 14 de dezembro de 1951, que dispõe sobre a nova Divisão Administrativa do Estado (ANDRADE, 1979). Esta duplicidade das datas gera alguma confusão entre os municípios, porém tal distinção é amplamente difundida nos meios de comunicação, mesmo porque o aniversário da cidade é comemorado no dia 10 de maio de 1947, data de sua fundação e não no dia de sua emancipação.

## 2.2 Maringá: Cidade Jardim

Com o intuito de relatar o modelo de projeto escolhido por Jorge de Vieira Macedo para planejar a cidade de Maringá é necessário que se esclareça o verdadeiro significado do conceito de “Cidade Jardim”. Tal conceito remonta a ideia da forma de urbanismo inglês e como Macedo tivera a oportunidade de estagiar em uma firma inglesa, a *Cia. City*, onde foi influenciado pela concepção Howardiana de planejamento urbano que consistia, de acordo com Rego (2009, p.150):

É que de acordo com essa teoria, quando uma cidade alcançasse um tamanho determinado, os planejadores estancariam o seu crescimento através de um cinturão verde, e começariam uma outra cidade nova. Foi a realização desse anel de *parklands* em torno da cidade central de Adelaide, na Austrália, que sugeriu a Howard as possibilidades de um cinturão agrícola ao redor da cidade jardim, que ele chamou de *green belt*, e estabeleceu as premissas para a constituição da ‘cidade social’. Sistematização, controle do crescimento urbano, cinturão verde e cidade social eram tópicos da proposta inglesa de planejamento urbano batizada de cidade jardim.

A teoria de “*Garden City*” ou “Cidade Jardim” foi proposta por Ebenezer Howard, nascido na cidade de Londres em 1850 (HALL, 2011). Tal teoria buscava uma maior integração do campo com a cidade e um crescimento ordenado de modo que quando a cidade atingisse um nível de crescimento estabeleceria uma zona rural que intermediasse uma cidade com a outra que viria a seguir a uma pequena distância uma da outra dividida por um cinturão verde. Tal cinturão abasteceria essas cidades e as

idades em contra partida forneceria insumos e mercado consumidor para os produtos agrícolas. Tais localidades eram unidas e conectadas por estradas de rodagem que facilitariam a comunicação entre elas, como aponta Steinke (2007, p.42):

Howard aponta para a importância das vias de comunicação, entre elas a ferrovia, explicando-a:

A Cidade-Jardim foi construída. Sua população atingiu 32.000 habitantes. Como crescerá? Crescerá (...) estabelecendo outra cidade a uma pequena distância de sua zona 'rural', de modo que a nova cidade tenha igualmente sua própria zona rural. Eu disse 'estabelecendo outra cidade' e, para fins administrativos, haverá duas cidades. Mas os habitantes de uma poderão atingir a outra em poucos minutos, pois se providenciará especialmente para isso transporte rápido e assim o povo das duas cidades representará, na verdade, uma única comunidade. E tal princípio de crescimento – sempre preservar um cinturão rural ao redor de nossas cidades – seria retido em mente até que, com o passar do tempo, tivéssemos uma rede de cidades, não, é claro, dispostas geometricamente tal como em um diagrama, agrupadas em torno de uma cidade central, em que cada morador de todo o grupo, ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade viva e desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos à pé ou de condução, de todas as delícias do campo: relvados, sebes e bosques e não meramente parques afetados e jardins.

Tal proposta influenciou o conceito de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com relação a hierarquização das cidades por ela plantadas no Norte do Paraná e claro na projeção do Município de Maringá. Esta hierarquização sugere um alinhamento com a ideia britânica das 'cidades satélites' e com sua proposta de interdependência entre cidades subsidiárias. Quando a Companhia Melhoramentos assumiu o empreendimento britânico, esta ideia estava sendo aplicada ao projeto de cidades novas ao redor de Londres, ocupando o centro do debate sobre planejamento e, portanto, contando com extensa difusão (HALL, 2011).

A Companhia procurou minimizar a distância dos núcleos urbanos, seguindo as diretrizes de "*garden city*" proposta por Howard sendo que tal influência é destacada pela própria Companhia (CMNP, p.77, 1977<sup>4</sup>):

Maringá está inserida nessa concepção inglesa de planejamento pelo fato de estar inserida em uma região no coração do Norte do Paraná e cercada de cidades menores que buscam nela recursos e subsídios que não encontrariam em núcleos menores. Sendo assim, a Companhia planejou tais cidades para que ocorresse uma maior integração e um maior escoamento do fluxo de pessoas e produtos, influenciada,

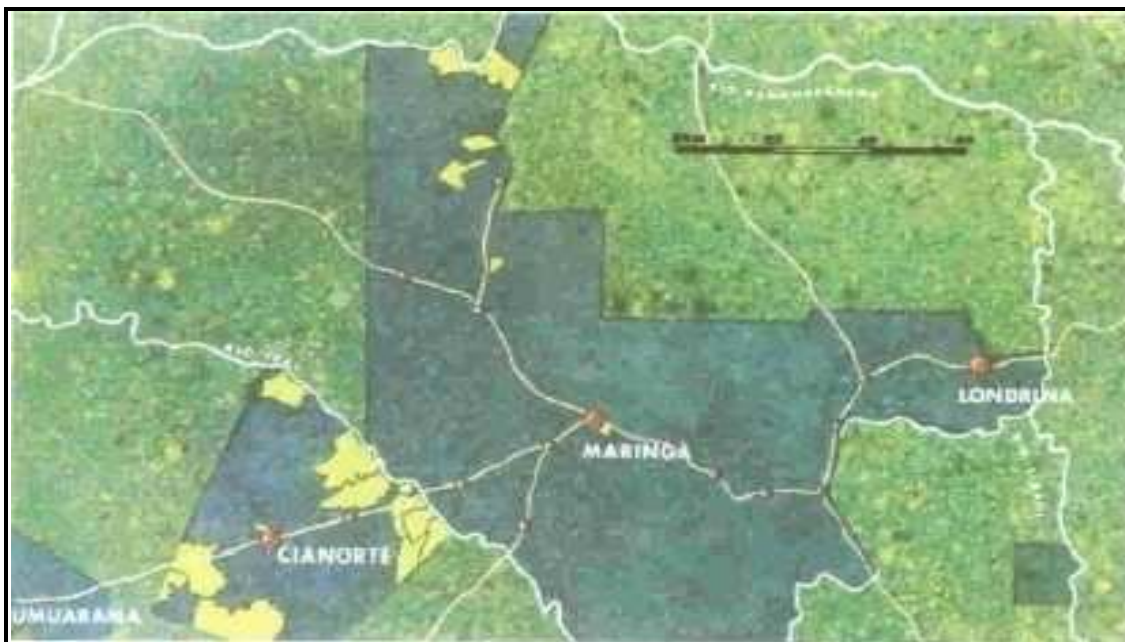
---

<sup>4</sup> A proposta de *garden city* de Ebenezer Howard e a formação de cidades satélites é enfatizada no livro de comemoração da Companhia Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 2ª Edição-1977. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).



repito, pela ideia britânica de colonização proposta por Ebenezer Howard. Sendo assim a própria Companhia promoveu a teoria britânica de “cidades satélites”, como ela mesma afirma CMNP (1977, p.125):

Seguindo essa hierarquização a Companhia planejou estas cidades e criou pequenas vilas que pudessem servir como espécie de centros abastecedores intermediários da região (**Figura 13**). Próximos às zonas urbanas, seria dividida uma faixa de terra destinada ao incremento e à formação de chácaras (*green belt*) para que estas pudessem suprir as necessidades alimentícias da população local, especialmente no que se refere aos produtos hortifrutigranjeiros. Percebe-se tais características na cidade de Maringá que é cercada por uma imensa área rural que abastece nossos mercados e também a região com produtos hortifrutigranjeiros, porém atualmente tal área vem perdido espaço devido a expansão urbana que avança com novos loteamentos.



**Figura 13:** Hierarquização das cidades na área colonizada pela CMNP.

Fonte: CMNP, 1977.

Com o surgimento do número de habitantes e o aumento da riqueza, surgiu na cidade outra espécie de divisão: a divisão entre os ricos e os pobres, que nasceu com a outra grande inovação da vida urbana que foi a instituição da propriedade (MUMFORD, 2008).

O cinturão verde proposto por Howard, em Maringá foi denominado pelo Poder Público de área de contenção, com o intuito de conter o avanço e regular a ocupação do solo. Tal propósito, de reservar essa área de contenção, além de preservar a natureza e



as áreas de mananciais, Howard também propunha e indiscutivelmente inegável e citado por Steinke (2007, p.32):

Nas palavras de Howard, o reencontro com a beleza da natureza: campos e parques de fácil acesso, ar e água puros, residências e jardins esplêndidos, ausência de fumaças e de cortiços, boa drenagem, e ao mesmo tempo, a possibilidade de oportunidades sociais através de aluguéis baixos, oportunidades de empreendimento, afluxo de capitais, entre outras, contando ainda com o espírito de cooperação entre as pessoas.

Há quem pense, ainda hoje, que seu intento era confinar as pessoas em cidadezinhas isoladas em pleno campo, quando ele simplesmente propunha o planejamento de conurbações com centenas de milhares, quiçá milhões de habitantes (HALL, 2011). Suas ideias foram inovadoras e polêmicas devido à época em que se encontrava (Século XIX). Percebe-se que a melhoria das condições na moradia e na qualidade de vida do indivíduo sempre foi uma das preocupações básicas nas propostas de Howard (2002), continuando a ser um objetivo principal para a “Cidade Jardim”.

A comparação que Howard utiliza ao se tratar do ímã é de derrubar a dicotomia que existia em relação ao campo e a cidade e trazer a paz e a harmonia que a natureza oferece atraindo as pessoas a preservar e a respeitar o campo e o urbano sempre conectivos e dependentes um do outro enaltecendo a cooperação amigável nestes dois pólos que margeiam a sociedade. Na opinião desse autor, a cidade e o campo são peças da mesma engrenagem que sustentam a sociedade.

Desse modo, técnicas e metas de planejamento foram empregadas: colonização e assentamentos sistematizados, desenvolvimento ‘ordenado’, ambientes fisicamente saudáveis, fácil fluxo de tráfego, áreas residenciais planejadas, baixas densidades, zoneamento. Somando essas características a cidade constituída dessa forma seria uma cidade jardim. Com efeito, o primeiro empreendimento urbano da estreada Companhia Melhoramentos de colonização foi uma cidade que reproduziu as características formais do modelo ‘cidade jardim’(REGO, 2009).

Partindo dessas características, Maringá foi moldada seguindo os preceitos do modelo de “cidade jardim” e o encarregado desta tarefa foi Jorge de Macedo Vieira, paulistano amigo de um dos diretores da Companhia Melhoramentos e bastante familiarizado com as ideias do ‘urbanismo inglês’ da cidade jardim. É que Vieira tivera a oportunidade de estagiar na Cia. City, uma firma responsável pela criação de vários bairros jardim na capital paulista, inclusive o Jardim América. Com efeito, o primeiro

empreendimento urbano da estreante Companhia Melhoramentos de colonização foi uma cidade que reproduziu as características formais do modelo ‘cidade jardim’ (REGO, 2009).

Sendo assim, Maringá apresenta tais características de “Cidade Jardim” graças a Ebenezer Howard, principal agente planejador do urbanismo inglês do século XIX e criador do modelo de *garden city*. Influenciado pela teoria Howardiana, Jorge de Macedo Vieira, contratado pela Companhia Melhoramentos, utiliza-se do modelo de cidade jardim e do urbanismo inglês para planejar Maringá seguindo a composição do relevo com ruas largas, bosques e áreas verdes espalhadas pela cidade, além do cinturão verde para abastecer o complexo urbano. Atualmente este cinturão verde que circunda Maringá, composto por propriedades rurais que serviam como fonte de abastecimento de produtos agrícolas, hoje são as atuais áreas de contenção, ou seja, espaço destinado a conter o crescimento da malha urbana maringaense.

O cinturão verde proposto por Howard (2002) em seu modelo de cidade jardim e posteriormente implantado por Jorge de Macedo Vieira aos poucos vai perdendo espaço para o rápido e vertiginoso crescimento populacional que Maringá tem experimentado nas últimas décadas. O cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa sua desterritorialização. As pequenas chácaras são presas fáceis da expansão urbana, da especulação imobiliária e da própria dinâmica contraditória da modernização agrícola (MORO, 2003).

Haja vista que a cidade foi planejada para abrigar 200.000 habitantes em 50 anos, em 1991, Maringá abrigava 234.079 habitantes na área urbana (CORDOVIL, 2010). Ou seja, Maringá com 44 anos já estava com mais de 34 mil habitantes acima de sua capacidade e para isso foram necessárias expansões significativas no seu plano inicial.

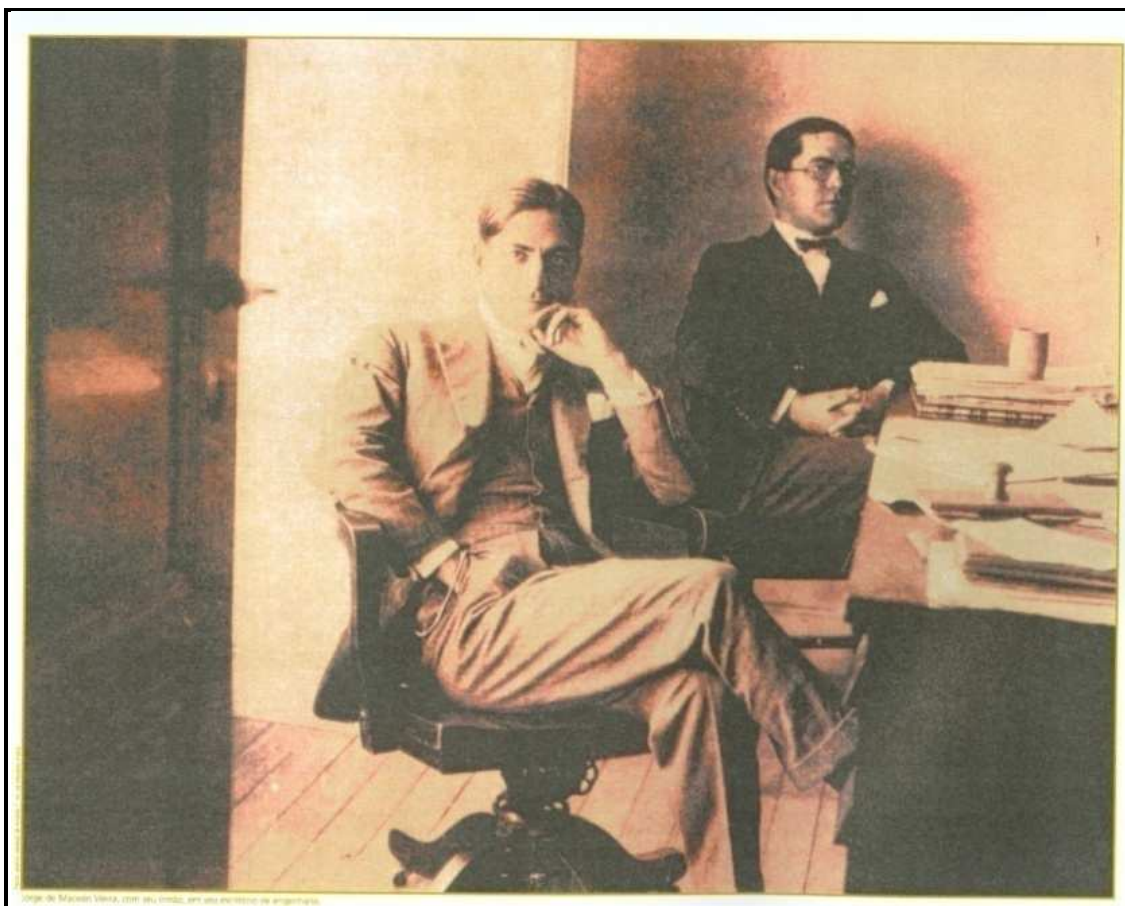
### **2.3 Jorge de Macedo Vieira.**

Para compreender melhor o projeto urbanístico da cidade de Maringá é necessário que se conheça um pouco da trajetória do principal responsável pelo planejamento e concepção de cidade jardim implantada pela Companhia Melhoramentos. Maringá, cidade jardim e cidade planejada, foi concebida pelo Engenheiro e Urbanista Jorge de Vieira Macedo (**Figura 14**), paulistano que nasceu no

seio de família de origem modesta, em 15 de agosto de 1894, e seu pai era serventuário do Primeiro Tabelionato da cidade (STEINKE, 2007).

Macedo cursou a Escola Politécnica entre 1912 e 1917, período em que os engenheiros civis eram preparados para atuar na escala da cidade, conforme foi ressaltado, o que explica, em parte porque sua atuação profissional, como a de outros colegas de sua época, dirigiu-se para o urbanismo. Tal aptidão para o urbanismo refere-se ao fato de ter estagiado na Companhia City enquanto era estudante e de, depois ter sido contratado por ela, foram determinantes para o enfoque que deu à sua atuação profissional (CORDOVIL, 2010).

Durante a década de 1920, Vieira coleciona inúmeros projetos de loteamentos residenciais e industriais, de cidades, de estradas, entre outros, precedidos muitas vezes dos serviços de levantamento topográfico e demarcação das glebas a urbanizar. Participa também da execução e fiscalização de vários loteamentos projetados. Suas intervenções somam mais de 50 milhões de m<sup>2</sup> (STEINKE, 2007).



**Figura 14:** Jorge de Vieira Macedo em seu escritório ao lado de seu irmão.  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná- UEM.

Em seu escritório que mesclava a atividade técnica de gabinete com as complexas e demoradas tarefas de campo (levantamentos topográficos, obras de terraplanagem, abertura de estradas e ruas, construção de obras, etc.). No escritório de Vieira trabalharam, por muitos anos: seu pai, Francisco Vieira da Silva, como guardalivros ou contador; seus irmãos Francisco Vieira da Silva Júnior, arquiteto, responsável pelos projetos e obras de edificações, e José de Macedo Vieira, topógrafo e assistente na administração de muitas obras; (STEINKE, 2009).

Em suas realizações profissionais conta com a moderna concepção de cidade jardim onde integra padrões urbanísticos e paisagísticos, neste caso observados no projeto urbanístico de Maringá. Por tanto, para desenhar a planta original de Maringá, destacou-se pela sua competência e também por ser amigo do gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Sr. Cássio Vidigal (STEINKE, 2007).

Foi graças ao trabalho de campo de Cássio Vidigal e de sua equipe formada por topógrafos e agrimensores que foi possível fazer o levantamento do relevo e posição das nascentes para que Vieira em seu escritório localizado em São Paulo projetasse a cidade de Maringá. Mesmo sem ter posto os pés em solo maringaense e seguindo o esboço fornecido pelo seu amigo pessoal Cássio Vidigal, Jorge de Macedo projetou a cidade de Maringá segundo Luz (1999, p.135)<sup>5</sup>.

Enquanto a cidade de Maringá era projetada em São Paulo, no escritório de Jorge Macedo, o referido urbanista para fazer o plano urbanístico de Maringá, baseou-se no levantamento topográfico feito pelos técnicos da C.M.N.P. A partir desses dados, imaginou o desenho da cidade, baseado, portanto, nas informações sobre o solo, as suas nascentes e relevo. Tais características revelam a preocupação futurista de Macedo ao projetar Maringá com ruas e avenidas largas para favorecer a circulação de veículos e pedestres, fato que atualmente passam despercebidos devido ao crescente número de veículos trafegando em solo maringaense.

Porém com este projeto urbanístico e arrojado para a época, Macedo inovou ao organizar o solo urbano maringaense seguindo as seguintes diretrizes, como aponta Steinke (2007, p. 204):

---

<sup>5</sup> Em seu livro: O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá, France Luz. Edição Prefeitura Municipal de Maringá, 1997 XVI, 217p. Dissertação de Mestrado, USP 1980. A referida autora destaca o sucesso da parceria entre Jorge de Macedo Vieira e a CMNP na concepção do projeto da cidade de Maringá.

No plano original, a zona plana é destinada ao comércio, com arruamentos ortogonais que dão origem às quadras em xadrez. A zona industrial se estende pela linha da ferrovia e, próximo a ela, se localiza o bairro operário e a zona dos armazéns. Tudo isto associado a um rígido zoneamento das funções urbanas. Essa funcionalidade disposta pela legislação é uma característica nos projetos urbanos a partir dos anos de 1940, ou seja, as funções da área industrial, comercial e residencial, previstas e controladas através do zoneamento.

Ao apresentarmos a importância do trabalho desenvolvido por Jorge de Vieira Macedo com sua vasta experiência urbanística e grande contribuição no planejamento urbano de Maringá temos a convicção que do ponto de vista funcional Maringá foi projetada nos moldes da teoria de cidade jardim e com uma infra-estrutura para servir aos seus habitantes contando com a presença de vários equipamentos urbanos (praças, parques, escolas) disseminados pela malha urbana, porém, como foi a Companhia que encomendou esse projeto, nota-se a preocupação que ela teve em separar as classes trabalhadoras em uma zona urbana chamada Vila Operária e as demais zonas localizadas na área central para as classes de pessoas com melhor padrão de vida, evidenciando assim desde o início da urbanização de Maringá uma característica segregadora. Jorge Vieira de Macedo faleceu em sete de janeiro de 1978, com 83 anos (STEINKE, 2007).

Desse modo, o engenheiro Jorge de Vieira Macedo acrescenta em seu rol de obras, cidades e loteamentos o nascimento de uma das cidades que viria a se despontar no norte do Paraná e no sul do Brasil seguindo técnicas modernas de urbanismo e planejamento para a época (década de 1940). Macedo consegue fazer a conexão entre o campo e a cidade eliminando a dicotomia através da influência inglesa proposta por Ebenezer Howard. Claro que esse projeto não iria adiante se não fosse a visão empreendedora da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que na pessoa de seu diretor e engenheiro Dr. Cássio Vidigal contratou o urbanista Jorge de Macedo Vieira.

#### **2.4 A Ação Colonizadora: CTNP ou CMNP ?**

É imprescindível destacar o papel das companhias colonizadoras no que tange a ocupação e desenvolvimento do Norte do Paraná e em especial o município de Maringá, no tópico anterior ressaltamos a importância do engenheiro e urbanista Jorge de Macedo Vieira, claro que se não fosse a companhia colonizadora com as demarcações e a comercialização das terras de nada adiantaria as técnicas modernas de urbanismo. Entretanto é preciso esclarecer quando se utiliza as siglas referentes a esta empresa colonizadora : CTNP ( Companhia de Terras Norte do Paraná) e CMNP ( Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná). Com este intuito buscaremos descrever as diferenças históricas que marcaram esta empresa capitalista e suas estratégias de colonização e ocupação das terras do Norte do Paraná.

Ocorre que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi a empresa colonizadora do Norte do estado, era subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantations. Entretanto, esta obrigou-se a vendê-la a acionistas brasileiros em decorrência da eclosão da Segunda Guerra Mundial (MENDES, 1999). A partir desta negociação ela passou a ser denominada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), a empresa que antes era formada por capital britânico agora passa a ser gerida por capital brasileiro.

A CTNP era subsidiária da empresa *Parana Plantations Ltd*, fundada em Londres em 1925 e liquidada em 1944 (REGO, 2009), tendo como principal representante no Brasil Simon Joseph Fraser, décimo sexto barão de Lovat, então com cinquenta e um anos, despede-se da silhueta londrina e ao mesmo tempo imagina como será a jovem e pouco conhecida nação para onde se destina – o Brasil – como integrante da missão econômica chefiada por Lord Montagu (CMNP,1977). Simon Joseph Fraser era o 14º barão de Lovat, segundo os registros da nobreza escocesa (ou 16º se considerada a história familiar), e o 22º chefe do clã Fraser (REGO, 2009). Era membro do Parlamento Britânico e fora major do Exército, capitão e lugar-tenente coronel à frente da Brigada Montada das Terras Altas. Comandando o *Lovat Scouts* havia combatido na Guerra dos *Boers* na África do Sul e, na Primeira Guerra, servira em Gallipoli, na Turquia, em Flandres, na Bélgica, e na França.

Além disso, Lord Lovat já havia dirigido as empresas *Highland Railway Company*, *Mushroom Land Settlement Limited* e *Sudan Plantations Syndicate Limited*. Era um magnata da terra, um dos grandes proprietários do país, que deixou ao morrer em 1933, um espólio de mais de 73.000 ha (REGO, 2009).

A convite do governo brasileiro esteve no Brasil, em 1924, uma missão inglesa constituída por técnicos que iriam estudar a situação financeira, econômica e comercial do país, com vistas à consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra e à reformulação do nosso sistema tributário. Essa missão foi chefiada por Lord Montagu. Entre os seus assessores estava Lord Lovat, que fora incumbido pela Sudan Plantations de estudar a possibilidade de aqui aplicar seus capitais no cultivo do algodão, para suprir a demanda da indústria têxtil inglesa. Lord Lovat veio a São Paulo em janeiro de 1924, como observador da Missão Montagu, tendo viajado por várias regiões paulistas e

chegado até o Norte do Paraná, onde se extasiou diante da fertilidade das terras roxas e dos resultados obtidos nas lavouras de algodão (CMNP, 1977).

Lord Lovat, grande empreendedor capitalista e visionário quanto a valorização dessas terras percebeu no Norte do Paraná a oportunidade de lucro fácil e seguro quanto a colonização de terras, essa área de terras (ditas) devolutas foi comprada em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa registrada por Thomas em São Paulo em setembro de 1925. Para dar suporte financeiro à Companhia de Terras Norte do Paraná, Lovat e seus sócios criaram então a *Parana Plantations Ltd.* (REGO, 2009). Assim, para o novo empreendimento fundiário houve uma outra razão social, com estatuto próprio. Em primeiro momento a *Parana Plantations* era uma empresa focada nas grandes monoculturas principalmente a do algodão, tendo suas atividades iniciadas primeiramente no continente africano e posteriormente em solos brasileiros, mais precisamente o Norte do Paraná. O intuito inicial era cultivar o algodão que era a matéria prima para as fábricas inglesas de confecções

Em uma de suas visitas ao Norte do Paraná, Lord Lovat pode constatar que a colonização de terras seria um negócio seguro e lucrativo desde que houvesse alguns investimentos em infra-estrutura, tal empreendimento seria mais rentável do que a monocultura de algodão para a indústria têxtil inglesa e como esta já estava em declínio surgiu a oportunidade de expandir seus investimentos, tal fato é relatado no livro da (CMNP, 1977,p.52):

Segundo Gastão de Mesquita Filho, ocorreu uma reunião na fazenda do Major Barboza Ferraz, onde foi exposto ao Lord Lovat, a possibilidade de aumento dos lucros e valorização das terras do Norte do Paraná através a abertura da estrada de ferro e da colonização racional das terras por ela cortada. Melhor exemplo dessas vantagens foram expostas através das áreas colonizadas em Cambará, por onde se dirigiam os trilhos da ferrovia que Mesquita estava construindo.

Claro que as informações privilegiadas como esta que acabamos de citar sobre a passagem dos trilhos da ferrovia eram de conhecimento de pessoas influentes, como políticos e fazendeiros. Dessa forma, essas pessoas já sabendo desta informação, adquiriam mais terras, com o intuito de praticarem a especulação dessas áreas, pois quando ocorresse a passagem da linha férrea, estas terras seriam supervalorizadas. Uma das notícias veiculadas nesta reunião que Lord Lovat participou em Cambará relata que o prefeito em posse de informações privilegiadas teria tido um lucro exponencial em suas terras (CMNP,1977, p.52):

O prefeito dessa cidade, Willie Davids, um homem de grande visão, havia loteado algumas glebas urbanas de Cambará e vendia a 50 mil réis o lote de meio quarteirão. Pois bem. Quando as notícias da aproximação dos trilhos da estrada de ferro começaram a circular, os preços dessas datas foram subindo até atingirem, em um ano, até 50 contos de réis. É natural, por tanto que Lovat se mostrasse deslumbrado diante de uma valorização de mil por cento, quando na Inglaterra os bons negócios se faziam na base de cinco por cento ao ano. Estou convencido de que essa demonstração da boa oportunidade de lucro, possível com a aproximação de uma ferrovia e através de um plano inteligente de vendas de terras férteis, conscientemente divididas, constituiu a semente da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Entusiasmo e ambição tomaram conta de Lovat ao perceber a oportunidade de desbravar e colonizar as terras férteis do Norte do Paraná. Diante do que teve a oportunidade de verificar na região de Cambará, Lord Lovat não hesitou: passou um telegrama ao gerente da *Sudan Plantations*, residente na capital do Sudão, Arthur Hugh Miller Thomas, para que esse técnico seguisse para Londres, ao seu encontro, de molde a poderem discutir as aplicações de capitais ingleses (CMNP, 1977). A exposição cheia de entusiasmo e bem documentada de Gastão de Mesquita Filho, feita no salão de bilhar no Major Barbosa Ferraz, calara fundo no espírito observador e prático do nobre inglês que, ao partir do Brasil, de volta à Inglaterra, provavelmente já havia decidido aumentar os investimentos e a área de atuação da empresa comercial que dirigia, de forma a abranger a construção de ferrovias, a colonização.

Diante desses acontecimentos no ano de 1924, em Londres, Lord Lovat e seus companheiros de investimentos no Sudão, deliberaram fundar a *Brazil Plantations Syndicate Ltd.*, com o capital de 200.000 libras esterlinas, bem como sua subsidiária brasileira: sob orientação jurídica de João Sampaio e de seu companheiro Antônio Moraes Barros, Arthur Thomas organiza a Companhia de Terras Norte do Paraná e registra seus estatutos a 24 de setembro de 1925, com o capital de 1.000 contos de réis (CMNP, 1977). Essa é a data da criação da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), empresa subsidiária da *Brazil Plantations Syndicate Ltd.*, composta por investidores britânicos e representada por brasileiros.

Após deliberarem sobre os futuros investimentos no Brasil, ficou assentado que ao invés de aumentar o capital da *Brazil Plantations* – que seria oportunamente liquidada – fosse fundada a *Paraná Plantations Company*, a fim de levantar fundos de maior vulto, para grandes empreendimentos que se projetassem: de início a compra de terras e as estradas de ferro e de rodagem, necessárias à penetração e a colonização, como elemento de desenvolvimento das plantações e da população (CMNP, 1977). E



completando o plano foi resolvido que seria fundada em São Paulo a Companhia de Terras Norte do Paraná, pessoa jurídica brasileira, sob a direção de brasileiros, em maioria, para ser a adquirente e vendedora das terras, em respeito as normas civis dos brasileiros. Sociedade anônima que seria controlada, acionariamente, pela *Paraná Plantations*, de Londres, de onde viria todo o dinheiro necessário em conta corrente.

Assim, em fins de 1925, a matriz londrina da Companhia de Terras Norte do Paraná passou a se chamar *Paraná Plantations Ltd.*, tendo como presidente Lord Lovat e como diretores os mesmos integrantes da diretoria de sua antecessora, a *Brazil Plantations Syndicate*. Essa área de terras (ditas) devolutas foram compradas em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa registrada por Thomas em São Paulo em setembro de 1925 (REGO, 2009). Para dar suporte financeiro à Companhia de Terras Norte do Paraná, Lovat e seus sócios criaram então a *Parana Plantations Ltd.* Assim, para o novo empreendimento fundiário houve uma outra razão social, com estatuto próprio. No entanto a partir de 1925 sucedem-se vários episódios significativos relatados pela própria Companhia (CMNP,1977, p.57):

João Sampaio retorna da Europa e assume a direção da Companhia de Terras Norte do Paraná; as culturas de algodão nas fazendas adquiridas no Estado de São Paulo não vão bem e os investidores ingleses deliberam abandoná-las; verifica-se crescente entusiasmo pela ocupação de terras roxas no norte do Paraná. No correr do ano de 1928, cessaram todas as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná com o algodão e a diretoria da empresa delibera dedicar-se intensivamente à colonização de terras adquiridas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí, para o que resolve aceitar a oferta que anos atrás, em 1924, lhe fizeram os acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, no sentido de que adquirisse essa empresa e prolongasse seus trilhos além de Cambará.

Como o Norte do Paraná era desprovido de infra-estrutura e vias de acesso a CTNP decidiu comprar a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná. Além do mais o déficit estrutural dessas terras seriam recompensado no valor por elas pago. A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná (CMNP,1977) . Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis o alqueire paulista de 24.200 metros quadrados. Para que se tenha um ideia de quanto a CMNP lucrou com a gleba loteada e revendida, basta lembrar que somente com as vendas de lotes urbanos na cidade de Maringá e os patrimônios de Paiçandu e Iguatemi, até 1953 ela havia auferido a

importância de Cr\$154.990.000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e noventa mil cruzeiros, não incluindo os lotes rurais e os demais núcleos urbanos. Considerando que o total despendido pela empresa na compra das terras fora de 10.164:079\$120 (dez mil, cento e sessenta e quatro contos, setenta e nove mil, cento e vinte réis) o seu lucro, somente com as vendas citadas, alcançava Cr\$144.826.021,00 (cento e quarenta e quatro milhões oitocentos e vinte e seis mil e vinte e um cruzeiros) (LUZ, 1980). Com essas cifras podemos compreender que a mina de ouro da Companhia era o Norte do Paraná, onde o investimento não foi tão custoso, mas o retorno foi exorbitante, de dar inveja a qualquer empresa incorporadora.

Nessas terras adquiridas pela companhia ocorria a presença de árvores imensas, perobas (**Figura 15**), paus-d'alto, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil (CMNP, 1977). A presença de tais espécies arbóreas revela a fecundidade e a beleza das terras roxas do norte do Paraná.



**Figura 15:** Peroba sendo derrubada na abertura de estradas para colonizar Maringá (sem data).  
Fonte: Museu da Bacia do Paraná – UEM.

Percebe-se o quanto a ação colonizadora foi impactante com as espécies nativas que outrora faziam parte do cenário regional. Independente da eventual ação

colonizadora planejada é claro que sempre se desconsideraram os problemas referentes ao impacto ambiental imensamente ecocida (GONÇALVES, 1999). Dessa forma, a ocupação promovida pela companhia colonizadora acelerou os impactos ambientais, desde ao desmatamento, erosão e assoreamento dos rios, foram consequências da desbravação da região por ela colonizada.

Com a derrubada da mata nativa e a “limpeza” da área com as queimadas, seguindo esses métodos de abertura e expansão de suas atividades a frente desbravadora ia avançando e a Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas, como ela mesma destaca (CMNP, p.77, 1977):

Tal prática desenvolvida pela CTNP visava a hierarquização das cidades com o desenvolvimento de cidades-satélites e a concepção de cidades-jardim proposta por Ebenezer Howard e projetada por Jorge de Macedo Vieira, como foi dito nos parágrafos anteriores. Desse modo todas as vilas e núcleos urbanos seriam estrategicamente conectados com as cidades-pólos para fornecerem os gêneros alimentícios de que necessitava e a cidade em contra partida forneceria insumos que ajudariam no progresso da área rural.

Como o propósito de promover a venda de lotes rurais para compradores de menor poder aquisitivo e também porque seria mais fácil a comercialização da terra fragmentada em lotes menores do que grandes extensões de terras. A CTNP adotou os seguintes critérios (CMNP, p.79, 1977):

A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos curso d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita de café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas.

Como podemos perceber o café não era a única cultura implantada na época da colonização, houve um período de grande produção diversificada nesta região, na qual está inserida a cidade de Maringá. Era necessário, para a sobrevivência do colono e de

sua família uma agricultura de subsistência, daí o cultivo de culturas paralelas, que produziriam em menos tempo, comparado com a cafeicultura que a primeira safra só ocorre depois do segundo ano após o plantio, além do mais, os primeiros povoados necessitavam de alimentos e a única alternativa era a agricultura familiar. Dessa forma, o colono e a sua família plantavam arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças, etc., no meio dos cafezais e o que não conseguiam consumir vendiam nos povoados mais próximos.

Partindo desse tópico de colonização e povoamento do Norte do Paraná e em especial o município de Maringá que se desenvolveu cercado de matas nativas até a chegada dos primeiros colonos. Procuraremos destacar o depoimento de alguns autores e relatos da própria companhia colonizadora que esta imensa área de terras férteis cobertas por florestas já eram habitadas antes mesmo da chegada dos colonos e da ação empresarial de repartição dessas terras. Segundo relatos históricos esta região na qual está inserida a cidade de Maringá já foi habitada por tribos indígenas, diferentemente do aponta algumas obras acadêmicas de que essa região era um imenso vazio cercado de animais selvagens e matas densas, ou seja, um lugar inóspito sem a presença de uma viva alma se quer. Porém pesquisas antropológicas e históricas revelam que antes mesmo da chegada dos colonos e da empresa colonizadora, os indígenas já habitavam essa região, como a própria empresa conta em seu livro comemorativo (CMNP, p.84, 1977):

O mais antigo funcionário em atividade na Companhia, Gordon Fox Rule, também conta como foram os primeiros tempos da colonização:  
 “Certa vez paramos na estrada pra encher de água o radiador do nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser nossa progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem de que todos queriam correr, mas os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvíamos os índios mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade. Quando a Companhia estava construindo em Jataí um desvio para virar locomotivas, os funcionários deram com urnas mortuárias dos índios da região, algumas das quais foram enviadas para o Museu Histórico do Rio de Janeiro.”

Ora se a própria companhia relata este episódio é certo que esses “índios” habitavam essa região e se o seu habitat foi todo desmatado, para onde foram esses indivíduos? O que se sabe é que a CTNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma “guarda particular”, bem como utilizavam de “jagunços”,

também chamados de “limpa-trilhos”, ou “quebra –milho” para remover e sanear as terras compradas (TOMAZI, 1999) <sup>6</sup>. Sendo assim, percebe-se que além do desmatamento e da “limpeza” do terreno, também foi feita uma limpeza étnica, segundo Noelli e Motta (1999).

Nota-se que a preocupação extremamente capitalista da CTNP era de não gerar desconfortos aos futuros compradores de seus lotes, caso a notícia espalhasse de que essas terras eram habitadas por índios selvagens isso não seria nada bom para os negócios.

Claro que esses obstáculos étnicos não impediram a CTNP na desocupação dessas terras e para que os resultados lucrativos fossem alcançados a Companhia tratou de investir em publicidade para alcançar seu público alvo. A estratégia da Companhia era usar a publicidade como instrumento para alcançar o maior número de interessados para comercializar suas terras. Amplamente difundida principalmente no eixo São Paulo-Minas Gerais, a empresa colonizadora e os agentes imobiliários (também chamados de *picaretas* na época) usavam de expressões de prosperidade para designar as terras do Norte do Paraná. Tais codinomes lembravam regiões citadas no Velho Testamento como, Nova Canaã e Terra da Promissão. E também Eldorado, cidade lendária procurada pelos espanhóis na América Latina recoberta de ouro. Tais expressões aguçavam o imaginário das pessoas e atraídas por essa publicidade migraram para essa região em busca de terras férteis com facilidade de pagamento. Relatos históricos mostram que a CMNP bem antes da fundação da Cidade-Menina, como era conhecida Maringá na época, já utilizava de publicidade para vender seus lotes ou *datas urbanas*, que segundo Gonçalves (1999, p.102) relatou que:

Em seus panfletos e cartazes de propaganda espalhados nos anos 30-50 pelos vagões de trens e pelos edifícios onde havia grande circulação de pessoas nas capitais e nas cidades do interior do país, ela alardeava que suas terras, além de serem fertilíssimas, não tinham as temíveis saúvas e serviam para numerosas culturas, dentre elas o café.

Tal empresa, seguindo os preceitos capitalistas, tinha como principal objetivo a colonização de terras e um lucro exponencial muito significativo, para isso, segundo Luz (1997, p.39) a propaganda para a companhia era uma tática de grande alcance:

---

<sup>6</sup> Esses conflitos etnográficos e por posses de terras maringenses também é destaque na obra de Nelson Dacio Tomazi. *Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região Norte do Estado do Paraná*. In: Maringá e Norte Paraná: estudos de história regional / org. Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. – Maringá: EDUEM – 1999.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná promoveu a venda das propriedades rurais que loteara, intensificando a propaganda sobre a fertilidade das terras oferecidas, as vantagens para o pequeno agricultor e as perspectivas de êxito na exploração da terra através do plantio de vários produtos, tais como café, algodão, cereais, etc.

Na propaganda também se aludia aos benefícios que poderiam ser auferidos com a compra de lotes de uma empresa colonizadora organizada, que oferecia garantia de posse indiscutível das terras, além das facilidades na forma de aquisição.

A Companhia teve como tática a distribuição de folhetos, nos quais especificava as condições em que se poderia comprar uma propriedade destinada à exploração agrícola; a fertilidade da terra roxa e os resultados já obtidos; jornais também se encarregavam da divulgação dos métodos da Companhia, não somente no Estado do Paraná, mas principalmente no Estado de São Paulo. Como nessa época, as empresas não contavam com recursos midiáticos que alcançassem um número maior de compradores com um baixo custo, a Companhia tratou de disseminar suas ofertas através desse meio impresso junto às rodoviárias e estações de trens. Pois nesses espaços públicos havia grande concentração de pessoas e potenciais compradores oriundos de diversas partes do Brasil e exterior. Tal feito, segundo Luz (1997, p.197) seria primordial para a difusão publicitária do empreendimento:

A propaganda desenvolvida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a divulgação das oportunidades oferecidas pela exploração agrícola levaram a uma intensificação na migração de pessoas de todas as partes em direção à nova cidade e à região, principalmente de São Paulo. Também ali se radicaram indivíduos de diversas nacionalidades.

O nome Companhia Melhoramentos Norte do Paraná nasceu da necessidade de diversificar as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná, que acabaria por cessar suas atividades com o término das terras disponíveis para a venda (CMNP, 1977). Era preciso capitalizar os lucros obtidos até então, para isso houve uma aplicação maciça em diversas atividades lucrativas como a indústria de cimento, usina de açúcar, materiais ferroviários, pecuária e fazendas de sementes.

O nome Melhoramentos advém de “melhorar” e diversificar o lucro da companhia, seguindo essas novas diretrizes a CMNP passou a investir não só na colonização das terras, pois essas já estavam se esgotando com as frentes colonizadoras e foi a partir de 1951, ano que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP, 1977). Essas foram as principais diferenças apontadas entre a CTNP e a CMNP, a primeira foi fundada a partir de capital inglês e sua atividade principal foi a

colonização e a comercialização de terras, a segunda também, porém com diversas linhas de investimentos e exclusivamente brasileira.

Inicialmente, essa empresa colonizadora adquiriu diversas áreas que totalizaram 515 mil alqueires, onde hoje se encontram algumas das maiores cidades da região. Posteriormente comprou mais 30 mil alqueires de terras, situados a Oeste da gleba principal, os quais passariam a constituir parte do chamado Norte Novíssimo. Norte Novíssimo: área que se estende do rio Ivaí ao Paraná. Cidades principais: Cianorte, Umuarama, Cruzeiro D' oeste, Xambrê, Terra Boa e muitas outras. (CMNP, 1977)

De acordo com a história relatada e documentada pela própria Companhia Melhoramentos as cidades foram planejadas seguindo um plano urbanístico previamente estabelecido (CMNP, p.125, 1977):

Todas as cidades fundadas na área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná obedecem a um plano urbanístico previamente estabelecido. As praças e as ruas são abertas aproveitando o mais possível as características do relevo. Um núcleo urbano dividido em datas, destinadas à construção de prédios comerciais e residenciais, é circundado por um cinturão verde repartido em chácaras que servem ao abastecimento da população. Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. (...) Por esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural.

Essa hierarquização imposta pela empresa colonizadora remete à teoria de Ebenezer Howard (cidade-jardim), já descrita anteriormente. Dessa maneira a ação colonizadora implanta estes núcleos urbanos no sentido de promover a comunicação entre as cidades-pólos e as cidades satélites. Em primeiro lugar é preciso entender que dada as vastas áreas divididas em lotes, era preciso que houvesse um núcleo urbano para atender os novos proprietários sem que as distâncias fossem longas daí a necessidade de fundar núcleos a cada 10 ou 15 km. Para que isso ocorresse era necessário a implantação de redes de comunicação, neste caso seriam as estradas de rodagem e ferrovias para fazer essa conexão (CMNP, p.125,1977):

Cidades e patrimônios ligam-se por uma rede de estradas de rodagem. A estrada de ferro procedente de São Paulo alcança Londrina, passa por Cambé, Rolândia e Araongas, e atinge Apucarana, onde se verifica um entroncamento com o ramal que procede de Curitiba e Ponta Grossa. Continuando de Apucarana, essa ferrovia penetra na área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, passa por Mandaguari e por Marialva, e atinge Maringá. Daí se estende para Sudoeste, até Cianorte, na direção de Guaíra.

Nota-se que o sucesso atribuído a Companhia Colonizadora tem em grande parte a implantação das estradas de rodagem e principalmente a estrada de ferro, que por meio desta era feito o escoamento da produção agrícola e também a chegada dos compradores para conhecer as novas terras oferecidas pela companhia. No total a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados (CMNP, 1977).

A cidade de Maringá estava incluída nesse rol de novos núcleos urbanos que a CMNP planejou instalar. O lançamento da nova cidade de Maringá, a ser localizada no centro da área primitiva de 515.000 alqueires paulistas. A rede de nossas estradas de rodagem, tidas por principais, atingira o centro onde se deveria erguer a nova cidade (CMNP, 1977). Para colonizar estas terras, a CMNP adotou três princípios básicos: a construção de um eixo rodoferroviário de penetração com a dupla finalidade, de facilitar o acesso a novas áreas e permitir o escoamento rápido e seguro da produção agrícola regional. Com base nesse eixo central, estendia-se uma rede rodoviária complementar, cuja função era canalizar para o eixo principal a produção que seria destinada a São Paulo, ou Santos e exterior (CODEM, 1977).

Seguindo a direção desse eixo rodoferroviário, foram assentados os núcleos básicos de colonização, estabelecidos a uma distância de 100 quilômetros uns dos outros. Estas cidades que foram plantadas pela companhia foram previamente planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços. Por entre esses núcleos principais, fundaram de 15 em 15 Km, pequenos patrimônios, cidades bem menores, com a finalidade de servir como centro de abastecimento da população rural (CODEM, 1977).

O terceiro princípio adotado pela CMNP foi dividir a zona rural em lotes voltados para a produção cafeeira, tais lotes não excediam o tamanho de 14 alqueires. A companhia demarcou tais lotes, de modo que todos eles ficariam com uma parte na baixa vertente servida por água corrente e a parte da alta vertente (espigão) tivesse acesso a estrada de rodagem. Na baixada, o colono geralmente construía uma casa, plantando e criando o necessário para a sua subsistência, nos trechos mais elevados, menos sujeitos às geadas, estendia o cafezal, que constituía sua principal fonte de renda (CODEM, 1977).



Sendo assim, a ação colonizadora ocorrida no Norte do Paraná que deu origem a várias cidades e principalmente a cidade de Maringá seguiu os seguintes preceitos Luz (1980, p.37):

O plano de colonização da Companhia foi inspirado no êxito de um trabalho semelhante levado a termo, entre 1910 e 1920, por um inglês, James Miller, e um escocês, Robert Clark, em área de 43 mil alqueires nas vizinhanças de Birigui. De acordo com este plano, a ação desenvolvida pela Companhia de Terras do Paraná concentrou em três atividades principais: 1) **Colonização**, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda de terras ; 2) **Construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação de vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; 3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir como pólos irradiadores de toda a obra colonizadora.

Partindo desses preceitos, estava garantido o sucesso empreendedor da CTNP/CMNP. Tal feito se deve em grande parte as estratégias por ela implantadas, conforme citado no parágrafo anterior: Colonização, construção de estradas e implantação de núcleos urbanos. No entanto, tal companhia relata e é fielmente dispersada pelos meios de comunicação, jornais, rádios e documentários, que o sucesso desta empreitada é exclusivamente atribuídos a empresa capitalista, negando firmemente a ação do estado, como se o estado não tivesse dado nenhuma contribuição a este empreendimento que fez nascer dezenas de cidades e fez com que aumentasse a arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais. Primeiramente, a quem pertencia essas terras antes da ação colonizadora, a Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná, o preço das terras foi fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis o alqueire paulista de 24.200 metros quadrados (CMNP, 1977). Como empresa capitalista, interessada na ampliação dos recursos aplicados, optou pela divisão de suas terras em lotes rurais e urbanos, que vendeu por preços muitas vezes superiores aos da compra. (LUZ, 1997). Ora, se foi o Estado do Paraná quem vendeu as terras para a CTNP/CMNP, através desta constatação, observa-se a participação do estado no sucesso do empreendimento colonizador em comercializar essas terras por um preço tão baixo. Em contra partida, os poderes públicos receberiam gratuitamente terrenos onde construir edifícios (prefeituras, correios, delegacias, escolas, etc.) e estações ferroviárias e rodoviárias (CMNP, 1977). Nesta citação, a própria Companhia a verdadeira função

do Estado, portanto a presença do Estado esteve presente na construção e organização da sociedade paranaense e maringaense.

Uma das falácias difundida pela companhia foi o modo de repartição das terras em pequenos lotes para favorecer os compradores de menor poder aquisitivo. Segundo a fala publicitária da empresa colonizadora, aceita por bastante tempo por muitos pesquisadores como se fosse a mais incontestável das verdades (GONÇALVES, p.98, 1999):

A consequência mais importante da obra realizada pela Companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. Chegavam na região nos famigerados caminhões “paus-de-arara” e logo se engajavam nas turmas de derrubada de mata para plantio de café. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da empresa colonizadora e manifestavam seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia esta módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Este plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia (...). Era a reforma agrária, racional, democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País.

Neste discurso auto-glorificador a companhia concede a ela o título de promover a reforma agrária e o bem estar das pessoas menos abastadas a chance de mudar de vida e obter o tão sonhado pedaço de terra para trabalhar e sustentar sua família. Com a venda em pequenos lotes ficaria sim fácil a aquisição, visto que o preço seria acessível, no entanto a idéia inicial dos ingleses era vender as terras para fazendeiros e não em pequenas propriedades, como aponta Tomazi (1999, p.79):

Essa idéia teria sido de Oswald Nixdorf, pois em seu depoimento ele diz: (...) Consegui uma completa alteração da política de vendas da CTNP. Até agora ela era destinada a vender grandes áreas para fazendeiros, o que naturalmente seria bem mais fácil do que vendas em pequenas. Aleguei que, se fossem as terras da CTNP cobertas com fazendas, a EFSPP [Estrada de Ferro São Paulo – Paraná ] nunca daria lucro, teria só carga para São Paulo para escoar as colheitas, porém não carga de volta porque o trabalhador das fazendas nunca teria necessidades. Mas com a venda em lotes pequenos criavam-se povoados com negócios, escolas, hospitais, etc. etc., em outras palavras surgiram mercados e assim muita carga para a EFSPP de São Paulo para cá e também de passageiros. Oswald Nixdorf foi o idealizador e promotor da colônia de alemães de Rolândia. Esse excerto foi retirado de

depoimento gravado e transcrito depositado no Centro de Documentação e Pesquisa em História do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Londrina.

De acordo com este documento ocorreu uma mudança nos planos da companhia, ao invés de vender grandes propriedades, preferiu a venda de lotes pequenos, pois os lucros seriam maiores e favoreceriam outros segmentos propícios advindos com a implantação da ferrovia. Contudo, tal forma de parcelamento das terras não contem nenhum fundo beneficente e sim mais uma estratégia da companhia em obter lucro fácil e seguro como aponta Gonçalves (1999, p. 100):

A opção da empresa pela ocupação da região através da venda de pequenas, médias e grandes propriedades foi explicada, em diversas ocasiões, por seus diretores, como resultado de uma preocupação quase que exclusivamente assistencialista: seria um meio rápido de assegurar “a certeza do lucro e o direito de propriedade” para pessoas que, do contrário, teriam ficado a margem da condição de pequenos empresários rurais. Por muito tempo (até bem poucos anos), essa visão das coisas circulou, sob a forma de verdade bem estabelecida, dentro e fora das terras norte - paranaenses. Em 1965, um jornalista de Maringá, Adhemar Schiavone, teceu loas a quem, “mesmo visando lucros comerciais, sempre cooperou, trabalhou, lutou, com as vistas voltadas para o bem comum, principalmente no início da colonização do norte do Paraná”.

Não obstante, tais declarações sobre a omissão do estado na formação desta região deve-se levar em conta os contextos políticos e ideológicos da época. Ora como a companhia era uma empresa privada é de parecer normal a ausência do estado em suas ações colonizadoras, porém nota-se a rede de influencias e prestígios abarcados por esta empresa, a começar pelos seus diretores que segundo Gonçalves (1999, p.105):

Outro elemento dotado de grande prestígio político foi o banqueiro Gastão Vidigal, que chegou a ser ministro da Fazenda durante grande parte do ano de 1946. Ele tinha sido um dos principais arregimentadores de burgueses interessados em adquirir a empresa. Foi ministro quando ainda estavam sendo definidas as orientações estratégicas que o grupo de empresários paulistas, novos proprietários da CTNP, a partir de 1944, daria à firma. Por fim, logo depois do golpe militar de 1964, Anibal Bianchini da Rocha, importante diretor-agrônomo da empresa, foi secretário da Agricultura do governo Ney Braga, no Estado do Paraná. Pergunta: dá pra falar em ausência do poder público no processo de colonização dos *Nortes Novo e Novíssimo do Paraná*?

Não, mesmo às vezes o estado sendo falho em algumas áreas, não se pode falar em sua ausência e como podemos notar figuras ilustres de grande influência e prestígio no meio político estadual e nacional fizeram parte da diretoria da companhia. Apesar do estado não ter participado diretamente do processo de colonização, segundo relatos, mas

foi, conforme citado anteriormente, foi ele quem vendeu essas terras para a companhia, existe outra formas de participação estatal que aparecer no contexto legal, como aponta Gonçalves (1999, p.111):

Todavia, despe o poder público de legitimidade quando este cobra impostos, estabelece políticas fiscais, enfim, age no sentido de regular as atividades econômicas. Além disso, a repetitiva afirmação de que o Estado se eximiu de participar na criação de diversos fatores de infra-estrutura nos processos de colonização escamoteia justamente o dado inicial: a tão alegada omissão do poder público pode ser, na realidade, sinal da mais absoluta privatização dos aparatos estatais. Sendo assim, a aparente ausência do Estado não seria sintoma de uma profunda cumplicidade entre setores burocráticos e elites dominantes?

Neste contexto a CTNP/CMNP, utiliza de seus argumentos como fonte meramente publicitária para difundir o êxito de seus empreendimentos e ao sucesso obtido na época da colonização para dar divulgação e ênfase ao trabalho por ela realizado. Porém todo esse sucesso empresarial refere-se ao tráfico de influências e prestígios conquistados pela companhia ao longo dos anos e segundo Gonçalves (1999, p.116):

Naquele quadro, pesquisadores estrangeiros como Martin Katzman (que era consultor do governo brasileiro) e John Austin dedicaram-se à avaliação crítica do comportamento da CTNP/CMNP, visto em sua larga duração. Suas análises eram centralmente contábeis. Eles demonstraram que, do ponto de vista do sucesso empresarial, poucas firmas podiam se igualar àquela, mesmo que seu cronograma de colonização (que os autores aceitam como um dado de realidade), formulado nos anos 30, não tenha sido cumprido à risca. Katzman, contudo, apesar de toda a simpatia por seu objeto, chamou atenção para a impropriedade de ilações políticas, tomando como alicerce o êxito comercial. Ele apontou por exemplo, as vantagens iniciais decorrentes do bom trânsito da CTNP entre burocratas e governantes, o que assegurou custos baixíssimos na hora de comprar terras.

Não obstante, o êxito do empreendimento aferido à Companhia, teve em parte uma parcela nas vantagens por ela recebida, seja de burocratas, políticos e pela elite dominante e também pela publicidade por ela desenvolvida, claro que as características peculiares do Norte do Paraná, como o clima e a fertilidade do solo também foram preponderantes para o sucesso da colonização. E além desses, Maringá apresentava outros fatores que atraíram compradores, que segundo Moro (2003, p.21):

Em decorrência desse cuidado, Maringá tem uma localização privilegiada, pelos seguintes fatores:

- Situação geográfica- centro da área colonizada pela Companhia, com uma boa infra-estrutura rodoviária e ferroviária.
- Sítio urbano favorável, no que se refere às condições naturais: relevo suave, disponibilidade de água e boas condições climáticas.

O sucesso da colonização de Maringá em grande parte tem sido atribuído à Companhia, mas pouco se fala que a época era favorável (expansão demográfica), que o contexto econômico (café, migrações, fronteira agrícola, etc.) era positivo no que se refere ao povoamento da região. Na maioria dos trabalhos, a CMNP aparece como competente e bem sucedida, o que, de certa forma, não pode ser negado. A estratégia da Companhia era usar a publicidade como instrumento para alcançar o maior número de interessados para comercializar suas terras. Amplamente difundida principalmente no eixo São Paulo-Minas Gerais, a empresa colonizadora e os agentes imobiliários (também chamados de *picaretas* na época) usavam de expressões de prosperidade para designar as terras do Norte do Paraná. Tais codinomes lembravam regiões citadas no Velho Testamento como, Nova Canaã e Terra da Promissão. E também Eldorado, cidade lendária procurada pelos espanhóis na América Latina recoberta de ouro. Tais expressões aguçavam o imaginário das pessoas e atraídas por essa publicidade migraram para essa região em busca de terras férteis com facilidade de pagamento.

Sendo assim, procuramos destacar ao longo dos parágrafos anteriores a evolução histórica da CTNP/CMNP, desde os primeiros investidores, formado por ingleses que foram os fundadores da *Parana Plantation Limited* que possuíam uma subsidiária brasileira: a Companhia de Terras Norte do Paraná que operou com esse nome de 1928 a 1951. A partir desse período, devido a crise internacional decorrente da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra começa a dispor de suas empresas alocadas no exterior, surge então essa oportunidade para um grupo de brasileiros assumir a diretoria da companhia. Com a posse dos novos diretores a companhia passa a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), adotando novas diretrizes e ampliando seu capital com novos investimentos, porém seu principal foco era a colonização e a comercialização de terras. Com a colonização e a implantação de núcleos urbanos pela Companhia Melhoramentos nasce Maringá, um núcleo urbano projetado pelo engenheiro e urbanista Jorge de Macedo Vieira, destinado à habitação, comércio e indústria e prestação de serviços para servir a área rural e regional. Em posse dessas características, Maringá, cidade planejada, adquiriu um contínuo e progressivo desenvolvimento urbano.

Ora, qual a relação que tem entre a Companhia Colonizadora e a nossa área de estudo denominada Vila Olímpica de Maringá? O nosso intuito inicial ao fazer essa retrospectiva histórica sobre a ação da companhia em Maringá foi destacar o papel da iniciativa privada na produção do espaço urbano, o que antes eram florestas

transformou-se em cidades. Sabemos que existe uma infinidade de trabalhos acadêmicos que contam a história da colonização, mas, assim como os demais também queríamos deixar aqui nossas opiniões sobre os privilégios que a companhia recebeu, sobre a forma de desocupação dessa área que não era um vazio como ela mesmo afirma e deixar de forma incisiva que o que ocorreu em Maringá e no Norte do Paraná foi um capitalismo predatório no tange ao parcelamento das terras.

Claro que o progresso e as oportunidades que ela proporcionou a migrantes e imigrantes é algo inexorável. E como citei anteriormente, esta dissertação está sendo desenvolvida sobre a Vila Olímpica de Maringá na Produção do Espaço Urbano. Assim como a companhia transformou o espaço urbano maringaense com loteamentos, aberturas de ruas e avenidas, ela também teve o cuidado de reservar espaços públicos para as praças, órgãos públicos, hospitais, escolas e o próprio centro cívico onde está localizada a planta original de 1945 onde já constava o espaço destinado à Vila Olímpica (**Figura 21**).

Dentro deste panorama, a Vila Olímpica de Maringá, que está inserida em um terreno de 139.000 metros quadrados que pertencia a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Era um lote que servia para os funcionários da CMNP jogarem futebol nas horas de folga. Tal área em questão ficava longe do núcleo central o “Maringá Velho” e segregada pela ferrovia a cidade ficava ao Sul e área em questão ficava o norte da ferrovia, ou seja, na época um terreno de pouco valor comercial. Entretanto após o desenvolvimento da cidade e das funções urbanas esta área foi doada para a prefeitura e após várias sucessões políticas na gestão municipal, esta área foi ganhando novos instrumentos até chegar a sua forma atual.

## **2.5 Café e Ferrovia: norteadores da ocupação do Norte do Paraná.**

A fertilidade das terras na região de Maringá e a construção da estrada de ferro foram fatores decisivos para o desenvolvimento do núcleo urbano, pois trouxeram para a região a cultura do café em um período em que este assumiu importância vital para a economia do país.

O crescente aumento da produção e o enriquecimento dos pioneiros fez com que afluíssem, para a região, levas de migrantes, que se estabeleceram, em sua maioria, na zona rural, onde havia demanda por mão de obra. Impulsionada pela dinâmica da expansão cafeeira e pelas excelentes condições locais, a cidade experimentou um

crescimento vertiginoso. A cidade de Maringá desempenhou desde cedo a função de centro receptor e distribuidor da produção agrícola de sua vizinhança (ANDRADE, 1979). As propriedades que a circundavam, em decorrência do reduzido capital e das limitações impostas pela sua pequena área, não supriam as necessidades de seus donos, dependendo do núcleo urbano para a obtenção de serviços especializados, comercialização de sua produção e abastecimento de gêneros de toda espécie.

No entanto para ocorrer de forma ordenada o crescimento de Maringá, era preciso seguir os traçados pertinentes ao projeto inicial para que a cidade crescesse de forma coerente e organizada, tendo em vista as funções por ela desempenhadas.

O sucesso de Maringá em grande parte tem sido atribuído a forma de como ela foi planejada e implantada pela Companhia Melhoramentos. Em parte, sim, pois se não fosse a ação empreendedora de desbravar e abrir estradas esses núcleos urbanos talvez não se concretizassem ou demorariam mais algum tempo para se efetivarem. Há, no entanto que destacar que a conjuntura econômica e social da época propiciou as migrações para o Norte do Paraná, tal fenômeno deve-se em grande parte pela expansão da cafeicultura, pela implantação da ferrovia.

Reconhecendo que a Companhia Colonizadora foi o principal agente transformador do espaço urbano maringaense, necessário é destacar que sem a cafeicultura e a ferrovia não haveria a acumulação capitalista através da comercialização do café e o transporte da produção até os portos. Por isso, é necessário que se descreva um pouco mais sobre essas fases que impulsionaram o progresso de nossa região, em especial Maringá. Partindo desses pressupostos trataremos de descrever o papel fundamental da cafeicultura e da ferrovia como um dos pilares da ocupação do espaço maringaense.

Queremos aqui enfatizar a importância da cafeicultura no desenvolvimento econômico que se efetuou no Norte do Paraná e principalmente na região de Maringá. No auge da cafeicultura paranaense surgiram várias vilas originárias das antigas “colônias”, a colônia era um conjunto de casas construídas nas antigas fazendas de café. Tais casas serviam para abrigar migrantes e também imigrantes que trabalhavam com a ajuda de suas famílias na colheita de café. Através do sistema de parceria e arrendamento a produção cafeeira paranaense foi se expandindo e com a expansão da cafeicultura no Paraná, foram surgindo vários povoados que logo se tornariam cidades. Algumas dessas localidades foram nomeadas seguindo a tendência da produção cafeeira, exemplos: Cafezal do Sul, Cafeara, Cafelândia e Ouro Verde. Assim como o

petróleo é chamado de ouro negro, o café também foi batizado de “ouro verde”, devido a coloração verde dos cafezais e a riqueza por ele proporcionada. Mas para plantar esse ouro verde era necessário derrubar o mato, de acordo com Serra (1989, p.17):

João Tenório Cavalcanti, pernambucano das bandas do Bom Conselho de Papacaça, arribou por essas plagas munido de muita coragem, disposição, uma foice e um machado. Em pouco tempo ele se tornou o mais famoso empreiteiro de derrubadas do setentrão paranaense. Dirigia uma turma que chegou a ingressar 800 homens – um verdadeiro exército de machadeiros – que liquidou o maior perobal do mundo, reduzindo grande parte a cinzas, nas queimadas que somavam léguas.

Nota-se que mesmo não havendo técnicas modernas de desmatamento, como moto-serra e tratores a natureza foi aos poucos sendo dizimada para dar lugar à cultura do café e ao povoamento. Em seus relatos a própria companhia colonizadora registra este período de diversidade (CMNP, p.63,1977):

Árvores imensas, perobas, paus-d’alho, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil. Aos olhos dos desbravadores desvendam-se, em paralelo, a fecundidade e a beleza que tempos atrás haviam despertado o entusiasmo de outros homens predestinados para a conquista audaciosa das mesmas terras virgens. Das terras roxas do norte do Paraná.

Além dos machados e foices, os desbravadores utilizavam de uma técnica mais eficiente e avassaladora: a queimada. Tal prática visava limpar o terreno em menos tempo, nem que isso custasse a dizimação da fauna e flora nativa. A queimada era uma prática comum nesta época, utilizada pelos colonos para efetuarem o plantio dos cafezais. Depois que o fogo passava, começava a surgir outro verde no lugar daquele da mata virgem, o verde dos cafezais e segundo Serra (1989, p.17):

Geralmente os mesmos “peões” que haviam derrubado o mato empreitavam o plantio dos pés de café. Daí para a frente, o dono do lote tinha que esperar pelas safras que começariam a partir do 3º ano. E começando as safras, as cidades adquiriram sua sustentação econômica e se classificavam como “ricas ou pobres” dependendo das condições das lavouras formadas em seus domínios. Houve dois estágios bem distintos na ocupação inicial do Norte do Paraná: o primeiro foi a derrubada da mata virgem que cobria toda a região; o segundo foi o plantio do café. Não houve exceção nessa regra regional.

Devido à fertilidade do solo, terra roxa, propícia para cultura do café como de qualquer outra cultura, essa região experimentou uma grande ocupação de cafeicultores, principalmente do sudeste brasileiro. A cafeicultura paranaense foi resultado da expansão para o oeste dos agricultores paulistas, sempre em busca de terras novas e baratas, uma vez que elas haviam se tornado escassas e supervalorizadas no seu Estado



(LUZ, 1997). Observou-se então que o solo de terra roxa, muito superior ao de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, continha em seu bojo as condições propícias e necessárias para desenvolver a maior riqueza de todos os tempos: o *café*. (ANDRADE, 1979).

O cafeeiro (**Figura 16**), planta indígena da Abissínia, tomou o seu nome atual – café – de *Kaffa*, uma das províncias que constituíam, na Etiópia, o seu habitat original (ANDRADE, 1979). Transportado pelos árabes para o seu país, foi largamente difundido desde o século VI, na Arábia, que manteve por muito tempo a exclusividade da produção como bebida nacional, favorecida pelas tradições maometanas, impostas ao uso de bebidas alcoólicas.



**Figura 16:** Plantio de café. Rodovia BR 376, Vila São Domingos-Maringá.  
Foto: Silvio Torrecilha 30/03/2012

No entanto, somente em 1727, o café foi introduzido no Brasil, por intermédio de um oficial brasileiro que servia na tropa colonial portuguesa, Francisco de Melo Palheta, que trouxe a preciosa rubiácea de Caiena. Seu cultivo passa a ser inicialmente desenvolvido de forma primitiva no Pará, porém somente na segunda metade do século XVIII é que seu processo econômico é mais intensificado. Posteriormente, o café passa

a emigrar em direção do Amazonas, Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (ANDRADE, 1979).

Diante dessa expansão cafeeira que se verificava, tanto pela escassez de terras no sudeste brasileiro já tomado pela prática cafeeira e também pela falta de terras para ampliar os plantios e pela proibição de formar novos cafezais em São Paulo e Minas Gerais imposto pelo governo brasileiro. A cafeicultura paranaense foi resultado da expansão para o oeste dos agricultores paulistas, sempre em busca de terras novas e baratas, uma vez que elas haviam se tornado escassas e supervalorizadas no seu Estado (LUZ, 1997). Surgiu então a necessidade de procurar novas terras para o plantio de café. Dessa forma, surge a expansão para o de fazendeiros paulistas e mineiros para o Norte do Paraná, como alternativa de ampliar a cafeicultura e seus ganhos.

Para o plantio do café, o Norte do Paraná era o lugar propício, terra fértil e clima adequado. Diante dessas características a Companhia Colonizadora enxergou que tais possibilidades garantiriam o sucesso de seu empreendimento, sendo assim a Companhia de Terras Norte do Paraná loteou uma vasta área que viria a ser ocupada pelos cafezais e nos relatos de Serra (1989, p.135):

A área loteada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ocupava 515 mil alqueires paulistas (1.246.300 hectares). Anos depois, a área do loteamento cresceu ainda mais para atingir 546.078 alqueires (1.322.499 hectares). Não havia ainda na história da humanidade um loteamento privado tão extenso e ocupando tão ricas terras. Para o café o paraíso estava descoberto.

Somando a essas características, grandes extensões de terras, fertilidade do solo, clima adequado a CTNP colonizou e comercializou grande parte do território que abrange o Norte do Paraná. Sendo o café o principal fator da ocupação e valorização econômica das terras do Norte do Paraná e da microrregião de Maringá. Promoveu o povoamento de uma vasta área, antes coberta de florestas. Foi o responsável pela explosão demográfica ocorrida no Paraná e pela incorporação do seu setentrão à economia estadual e nacional (LUZ, 1997).

E tendo o café como um dos principais pilares para a consolidação da ocupação e povoamento do norte do Paraná, tal fato fez com que Maringá se destacasse como cidade pioneira no Norte do Paraná, segundo Luz (1997, p. 06):

Sua existência decorreu da exploração da terra através da lavoura do café, sofrendo no início as vicissitudes da mesma. Como cidade pioneira, não contava nos primeiros anos com o conforto de um centro longamente estabelecido. Porém como cidade planejada, teve a vantagem de contar com as técnicas mais avançadas do urbanismo. As etapas de seu desenvolvimento foram “queimadas”, passando-se quase da mata virgem para um traçado urbanístico e uma arquitetura arrojados. Um zoneamento bem definido e eficiente foi realizado, de acordo com as funções de um núcleo urbano de proporções médias. Muitos dos benefícios que as cidades mais antigas demoraram muito tempo para usufruir, em Maringá foram instalados em poucos anos.

Nota-se que a cafeicultura foi uma das primeiras atividades econômicas implantadas em solo maringaense e como atividade pioneira merece este destaque, porque foi um dos principais fatores que impulsionaram não só a economia. Como também trouxe mais mobilidade e fluidez de pessoas e divisas. Tal fato deve ser entendido como um processo, que vai desde a formação dos cafezais com as primeiras mudas, a colheita que exigia grande mão de obra, o transporte da safra à cidade e a sua comercialização que segundo Moro (2003).<sup>7</sup>

Tal investimento gerava um enorme fluxo de pessoas e divisas, colaborava com a mobilidade da área rural em direção ao núcleo urbano e com a implantação da ferrovia aumentou ainda mais o deslocamento da safra cafeeira em direção ao Porto de Santos e Paranaguá. Diante desses fatos, a CMNP aproveitando dessa credibilidade e da importância que o café tinha para a economia na época, implantou um enorme “cartão postal” para atrair potenciais compradores, como ela mesma relata CMNP (1977, p.266):

Em 1952 foi feito o primeiro plantio de café pela Companhia na área ao redor do aeroporto de Maringá. Ali, em diferentes talhões, foi plantada uma coleção de variedades comerciais mais utilizadas na região, naquela época: Bourbon vermelho 370 e 662, Bourbon Amarelo LCJ-8 e LCJ-10, Caturra vermelho e Sumatra. Um dos objetivos desse plantio foi colocar um cafezal ao alcance visual dos visitantes que ali chegassem por via aérea. Mas foi propriamente em 1953 que se iniciou o plano de formação de fazendas de café.

É por essa razão que resolvemos enfatizar o papel da implantação da cafeicultura na consolidação dos núcleos urbanos no Norte do Paraná especialmente na microrregião de Maringá, claro que as companhias colonizadoras e o Estado tiveram destaque na formação da região. Os empreendimentos imobiliários teriam sido um fracasso se não

---

<sup>7</sup> Tal fase da cafeicultura maringaense foi bem desenvolvida por Dalton A. Moro. *Maringá Espaço e Tempo In: ENDLICH, A. M. & MORO, D.A. Maringá e a produção do Espaço Regional*. Neste trabalho Moro descreve os modos de produção da cafeicultura até a implantação da mecanização que culminou com o êxodo rural.

houvesse a adesão dos trabalhadores rurais e dos cafeicultores. Eles produziam o café e povoavam o espaço rural, dando dinamismo à região (MORO, 2003).

Após cumprir sua função como gerador de riquezas e fundador de núcleos urbanos o café passa por momentos críticos, decorrentes de fatores socioeconômicos, nacionais e internacionais, instabilidade, o bóia-fria passa a ser assalariado e o golpe de misericórdia foram as constantes geadas que assolaram todo o Norte no Paraná, sendo a de 1975 como a de maior impacto avassalador ocorrida no norte paranaense como nos conta Corrêa Jr. (1998, p.78):

O fenômeno das geadas atingira 58 por cento das plantações. Mas outras geadas se sucederam. Em 1955 voltaram a se repetir, ultrapassando em danos a anterior, com 65 por cento de quebra na produção. Em 1962, outra, e também em 1963, 1966, 1969, 1972 e 1975, quando queimou 100 por cento das lavouras. Era o golpe de misericórdia na cafeicultura! ... Nada restou das plantações de café de Maringá. O Paraná perdia com essa tragédia, 915 milhões de covas de cafeeiros.

Segundo o referido autor, a cafeicultura paranaense já havia passado por sucessivas intempéries, sendo a geada de 1975 uma das mais fortes ocorridas no Norte do Paraná. Tal fato climático gerou comoção e desespero por parte dos agricultores que viam nessa monocultura a única renda da propriedade e o sustento da família. A geada ocorrida na madrugada de 17 de julho de 1975 foi de uma intensidade e extensão até então desconhecidas na região dos Estados cafeeiros, tal fenômeno climático é conhecido como “Geada Negra”, devido ao fato de queimar a planta do ponteiro à raiz. Foi seguida de cerca de 60 dias sem chuvas, o que impediu o início da brotação na maior parte das lavouras. (CMNP, 1977).

Somando a esses fatores climáticos e a fatores externos econômicos advindos da comunidade internacional, o Paraná resolveu erradicar o ciclo cafeeiro. É o fim do “ouro verde” que colaborou com a ocupação e povoamento do Paraná, formando núcleos e definindo a rede urbana que se consolida o fluxo e a mobilidade paranaense com o território brasileiro e de acordo com Moro (2003, p.12):

Finalmente, como é característica das agriculturas comerciais destinadas à exportação, a fragilidade provocada pela concorrência internacional, neste caso com países africanos e centros americanos, geraram uma política de erradicação dos cafeeiros. Desde o início do seu cultivo, passando por diversos momentos de instabilidade de mercado, até sua total erradicação, o café orientou a produção do espaço na região norte do Paraná.

Maringá e o Norte do Paraná experimentaram dessa forma o auge da produção dessa “rubiácea” que se tornou um dos símbolos econômicos de maior destaque na

agricultura paranaense. Porém, devido aos fatores que acima citamos, Maringá, que já foi centralizada no coração da principal região cafeeira do país, já a partir de meados de 1960, acusa a presença das modificações socioeconômicas em curso, manifestadas, regionalmente, pela modernização da agricultura e o aprofundamento da agroindustrialização já iniciada (MORO, 2003).

Devido à “geada negra”, a modernização da agricultura e a agroindustrialização, em Maringá inicia-se uma transformação social ocorrida a partir da erradicação dos cafezais. Tais mudanças são observadas através do êxodo rural que se manifesta, ou seja, os trabalhadores rurais que atuavam na cafeicultura se deslocam em direção às cidades e Maringá por ser considerada a cidade pólo regional, atraindo essa massa de trabalhadores. Tal fato é período é destacado por Moro (2003, p.59)

Não obstante, a intensa modernização da agricultura regional – com elevado grau de mecanização -, associada a outros fatores, sobretudo aos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, aos danos provocados pelas seguidas geadas, à desestabilização do mercado cafeeiro, concorreu para desencadear um acentuado êxodo rural. Sua dimensão foi de tal monta que culminou por reduzir de forma expressiva a população norte – paranaense, durante a década de 1970, condicionando-a a um pífio crescimento da população estadual, limitando-a a taxas geométricas anuais de crescimento negativo, nessas décadas.

Entretanto quando ocorre a substituição da monocultura cafeeira ela é rapidamente substituída por outras culturas como a soja, trigo e por pastagens. O café que utilizava no sistema tradicional, 96 homens/dia por hectare plantado, foi substituído pela soja e pelo trigo. Essas culturas, totalmente mecanizadas, usam menos mão-de-obra: nove homens/dia por hectare no trigo (ANDRADE, 1979). Desse modo, Maringá recebeu esse contingente de trabalhadores rurais e oferecendo a eles uma nova oportunidade através de outras atividades produtivas, a divisão territorial e social do trabalho se intensifica, possibilitando à cidade um rico e variado conjunto de novos serviços e atividades.

Sendo assim, Maringá experimentou as vicissitudes decorrentes da implantação do café na região Norte do Paraná, sendo uma das molas propulsoras do desenvolvimento regional. Atraiu agricultores mineiros e paulistas, comerciantes, maquinistas e fez circular divisas em âmbito regional, nacional e internacional. E mesmo com a erradicação dos cafezais o café continuou a exercer influência sobre a ocupação e povoamento na cidade de Maringá. Tal episódio é relatado por Moro (2003, p.57):

O êxodo rural instala-se com intenso vigor. Maringá defini-se como pólo agroindustrial. Seu perímetro urbano original povoa-se. Novos loteamentos, alguns irregulares, são criados para atender à demanda dos retirantes do campo. A região como um todo perde população, ao contrario, as cidades pólos regionais atraem elevado número de novos habitantes. O futuro colocaria profundos desafios à administração pública para a gestão equilibrada do espaço urbano.

Como foi dito, o êxodo rural dos cafezais deslocou uma grande parcela de trabalhadores em direção à cidade, coube à urbe acolher essa massa. Como já dissemos, o café foi um dos principais fatores da consolidação dos núcleos urbanos no Norte do Paraná, em especial Maringá, claro que as colonizadoras tiveram um importante papel na organização do espaço ocupado. Mas o café foi responsável pela fluidez e pela mobilidade que colaborou na formação da rede urbana paranaense.

Concomitantemente com a produção do café, era primordial que houvesse a implantação da ferrovia, a chegada dos trilhos foi um marco divisor que propiciou a chegada da frente pioneira dos cafeicultores oriundos do sudeste brasileiro, sendo a falta de transportes o maior problema enfrentado pelos produtores para dar vazão à produção agrícola. Desse modo a colonização das terras do Norte do Paraná só foi completamente realizada quando a CTNP comprou a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, de propriedade do grupo liderado pelo Major Barbosa, cujos trilhos estavam parados em Cambará desde 1925 (CMNP, 1977).

Com o fracasso do plantio de algodão em terras paulistas em 1928, decorrente dos baixos rendimentos, os investidores ingleses optaram pela colonização das terras do Norte do Paraná. Mas para que tal empreitada fosse adiante, era necessário investir na compra das terras e infra-estrutura. Neste caso a principal opção na época foi a aquisição da Companhia Ferroviária que garantiria o sistema de transporte. Que segundo a CMNP (1977, p.90):

Depois que a *Paraná Plantations* comprou as ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que em 1928 completava a ligação Ourinhos-Cambará, os trabalhos de construção reiniciaram-se imediatamente de maneira a levar os trilhos até Jataí, à margem do Rio Tibagi, o que se conseguiu em 1932. Desse ponto em diante a construção se efetuou por etapas – Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas, Apucarana – esta última no quilômetro 269, que foi atingido em 1943. Em 1954 os trilhos chegaram a Maringá e em 1973 atingiram Cianorte.

Em posse da ferrovia, a CTNP foi a principal loteadora de terras do Norte do Paraná e com esse fator atrativo que alavancou as vendas de lotes rurais e urbanos, observou-se também que com a chegada dos trilhos um aumento do preço das terras,

gerando uma especulação imobiliária, ou seja, um aumento generalizado dos preços. Tal especulação sobre a passagem da ferrovia causou furor entre os políticos e fazendeiros e isto foi decisivo na mudança de investimentos da Companhia, da produção de algodão para a colonização. Desse modo a própria companhia relata o surgimento da idéia capitalista em virtude da valorização das terras decorrente da passagem dos trilhos, que segundo a CMNP (1977, p.52):

O prefeito dessa cidade, Willie Davids, um homem de grande visão, havia loteado algumas glebas urbanas de Cambará e vendia a 50 mil réis o lote de meio quarteirão. Pois bem. Quando as notícias da aproximação dos trilhos da estrada de ferro começaram a circular, os preços dessas datas foram subindo até atingirem, em um ano, até 50 contos de réis. É natural, por tanto que Lovat se mostrasse deslumbrado diante de uma valorização de mil por cento, quando na Inglaterra os bons negócios se faziam na base de cinco por cento ao ano. Estou convencido de que essa demonstração da boa oportunidade de lucro, possível com a aproximação de uma ferrovia e através de um plano inteligente de vendas de terras férteis, conscientemente divididas, constituiu a semente da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Em posse destas informações a CTNP adquiriu a maior parte de suas terras – 450.000 alqueires – pela quantia de 8.712 contos de réis, em 1925, diretamente do Governo do Estado do Paraná. Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil réis o alqueire paulista de 24.200 metros quadrados (CMNP, 1977).

A chegada do “cavalo de ferro” trouxe maior dinamismo para a região e Maringá estava inserida no centro de uma região produtora de café e, portanto nos caminhos do traçado da ferrovia. Diante deste fato, existe uma gama de trabalhos e livros acadêmicos que relatam a fundação da cidade com a implantação da ferrovia. France Luz é uma das autoras mais consultadas neste assunto, segundo ela (1997, p.62):

Tendo em vista que a estrada de ferro passaria pela região em direção a Guaíra, a Companhia esperou que se definisse seu traçado para então estabelecer o local definitivo da cidade. Enquanto isso, e à medida que realizava o projeto da mesma, estabeleceu um pequeno povoado no local hoje denominado “Maringá Velho”.

Esta prerrogativa também é enfatizada por Moro (2003, p.22):

A implantação da cidade de Maringá só teve início com a definição do traçado da ferrovia que iria até Guaíra. Só então estabeleceu o seu lugar exato. Pelo planejamento da Companhia a região central da cidade deveria conter a estação da estrada de ferro.

Que a cidade de Maringá foi planejada seguindo técnicas modernas de arquitetura e urbanismo isto é inegável e sim a Companhia esperou a chegada da ferrovia para dar continuidade ao empreendimento. Desse modo o “Maringá Velho” era o ponto principal de recepção dos migrantes que ali chegavam e centro receptor da produção rural. A companhia não tinha a intenção de que o “Maringá Velho” fosse o núcleo definitivo. Este seria localizado em terreno menos acidentado, que se adaptasse melhor a um plano urbanístico mais arrojado, permitindo a expansão da cidade; seu centro deveria coincidir com a localização da estação da estrada de ferro. E com a demarcação definitiva da estação da estrada de ferro, 2km a leste da primeira posição, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a Companhia de Terras Norte do Paraná mandou realizar levantamentos e estudos da topografia local para o planejamento urbano (LUZ, 1997).

Este fator, a espera da definição do traçado da linha férrea foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, pois em decorrência da estação ferroviária, dos armazéns, pátios de manobras e toda a sua estrutura, a cidade começou a exercer certa polarização na região. Este fato, em conjunto com a infra-estrutura que então se começou a montar através de empresas de comercialização da produção, atacados e bancos, além da infraestrutura geral da cidade, entre outros aspectos, viabilizou a concretização de Maringá como centro regional. Com a comunicação que a ferrovia trouxe para Maringá e a atração que ela exercia através da fala publicitária de sua colonizadora, a cidade foi atraindo pessoas de vários lugares e níveis diferentes como aponta Corrêa Jr. (1998, p.20):

Nada se equiparava à ferrovia, para gerar o otimismo, o conforto, as esperanças do povo. Machadeiros, agrimensores, engenheiros, catadores, ensacadores, garçons, músicos, cozinheiros, peões, empreiteiros de derrubadas, pedreiros, marceneiros, todo mundo, do mais pobre, ao mais abastado proprietário de terras, os hotéis, a mulherada dos prostíbulos, todos se envolviam no encanto da dinâmica progressista que, como aura benfazeja, envolvia com enorme fulgor a chegada da Maria Fumaça, desbravando glebas, formando novas civilizações.

Desse modo o povoamento e a ocupação do território maringaense era algo inexorável. Ora como se explica o sucesso vertiginoso que a CMNP alcançou em tão pouco tempo, se o Norte do Paraná também havia a presença de outras colonizadoras. Percebe-se que a informação do traçado da ferrovia privilegiava a companhia e os baixos custos das terras também foram direcionados em proveito da empresa capitalista,



porém nota-se a rede de influências e prestígios abarcados por esta empresa, a começar pelos seus diretores que segundo Gonçalves (1999, p.105):

Outro elemento dotado de grande prestígio político foi o banqueiro Gastão Vidigal, que chegou a ser ministro da Fazenda durante grande parte do ano de 1946. Ele tinha sido um dos principais arregimentadores de burgueses interessados em adquirir a empresa. Foi ministro quando ainda estavam sendo definidas as orientações estratégicas que o grupo de empresários paulistas, novos proprietários da CTNP, a partir de 1944, daria à firma. Por fim, logo depois do golpe militar de 1964, Anibal Bianchini da Rocha, importante diretor-agrônomo da empresa, foi secretário da Agricultura do governo Ney Braga, no Estado do Paraná.

Esclarecendo o exposto, percebe-se a participação de alguns agentes políticos que influenciaram o êxito do empreendimento privado efetuado pela CMNP. Claro que a informação sobre a expansão da linha férrea já era de conhecimento da CTNP desde 1928, quando a *Parana Plantation Limited* adquiriu a Companhia Ferroviária São Paulo- Paraná. Porque o traçado da linha férrea antecede o trabalho de expansão da Companhia Colonizadora. Sendo assim, as formações dos núcleos urbanos só foram possíveis porque a companhia era conhecedora desse projeto de expansão da ferrovia e segundo Corrêa Jr. (1998, p.93):

Uma verdade clara e insofismável de que PRIMEIRO EXISTIUO TRAÇADO DA ESTRADA DE FERRO, devidamente APROVADO pelo Governo estadual paranaense, para depois existirem os planejamentos de subdivisão das terras pela Companhia Melhoramentos, está nas divisas e confrontações de TODOS os terrenos urbanos ou rurais vendidos por ela: às margens da via férrea, TODOS SE CONFRONTAM COM ELA, não há exemplo da época em que os terrenos são atravessados pela estrada de ferro, cortados por ela e obrigando a nova subdivisão dos terrenos, com a característica alteração em suas numerações, acrescentando-se às repartições as letras a,b. etc!...

Assim sendo, as cidades plantadas pela CMNP foram surgindo ao longo da ferrovia, de modo que esta contemplaria os negócios imobiliários da colonizadora e não serviria de empecilho e sim um grande fator agregado que possibilitaria ampliar as cidades hierarquizadas. O traçado férreo seguiria acompanhando o relevo e por onde passava a dinâmica da colonização ia se manifestando e isto só foi possível porque a companhia sabia de antemão o projeto da ferrovia que ligaria o Porto de Santos à Guaíra. Tal projeto foi denominado de Traçado Cincinato Braga idealizado pelo Governo do Paraná, que na opinião de Corrêa Jr. (1998, p.134):

O traçado “Cincinato Braga”, projetado para fazer a ligação do Porto de Santos à cidade de Guaíra, divisa com o Paraguai, precede em muitos anos a aquisição das terras paranaenses pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pois esse traçado data de 1924 ou época anterior. Foi em decorrência do traçado e da futura construção da ferrovia que a colonizadora adquiriu as terras junto ao Estado do Paraná, acompanhando sempre o traçado ferroviário.

Diante deste fato, percebe-se que a compra das terras do Estado do Paraná realizada pela CTNP/CMNP foi decorrente da existência da ferrovia que ligaria o Porto de Santos ao Paraguai. Tal feito contemplava a conexão entre essas localidades, como também o sucesso empresarial da companhia. Nota-se que em posse dessa informação, torna-se com mais clareza apreender o intuito da companhia atrelado ao projeto da linha férrea que certamente foi decisivo na consolidação da colonização. Entretanto há que considerar que a ineficiência do poder público privilegiou a iniciativa privada e esta não abriu mão desta prerrogativa, assumindo a empreitada de terminar a ferrovia. Sendo que esta não foi concluída até Guaíra e sim até Cianorte. Tal fato foi pouco discutido em âmbito social e nos meios acadêmicos e merece destaque os excertos de Corrêa Jr. (1998, p.133):

Palavras de Irineu Murazzi: “O fato mais importante de tudo isso é que nós viajamos em 1953 pelo leito da futura estrada de ferro que já estava praticamente concluída até Guaíra, por todo o trecho de Cianorte até Guaíra, por dentro da matas, pelas picadas da ferrovia!...”

Desde quando estavam abertas as picadas? Há quantos anos, 20, 30 ou 40?

O pioneiro Irineu Murazzi e mais dois companheiros, realizaram em 1953 o grande sonho do estadista Cincinato Braga, de ligação entre o Porto de Santos e o Paraguai, via Guaíra. Na viagem arrojada descrita por Irineu, prova-se que há muito tempo já estavam prontos os trabalhos de engenharia entre Cianorte e Guaíra da citada ferrovia!

Sendo assim, o projeto do traçado da ferrovia aprovado por engenheiros, técnicos e topógrafos (funcionários do governo), foi entregue a iniciativa privada. Porque o traçado da linha férrea que atravessa o Estado do Paraná, é mais antigo do que a colonização das terras da Companhia de Terras Norte do Paraná e Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. Pela exposição feita, os interesses políticos, econômicos e sociais se verificam na forma de apropriação não só de transporte de passageiros e mercadorias, como também na utilização desse meio como forma de aumentar os ganhos na valorização das terras.

Pelos comentários anteriores, discerne-se que a ferrovia trouxe progresso e desenvolvimento, se não fosse ela o atraso regional estaria consolidado. E Maringá foi privilegiada pela sua localização central em uma região próspera e produtiva que ansiava por esse meio de transporte, a locomotiva, que transportaria inicialmente a

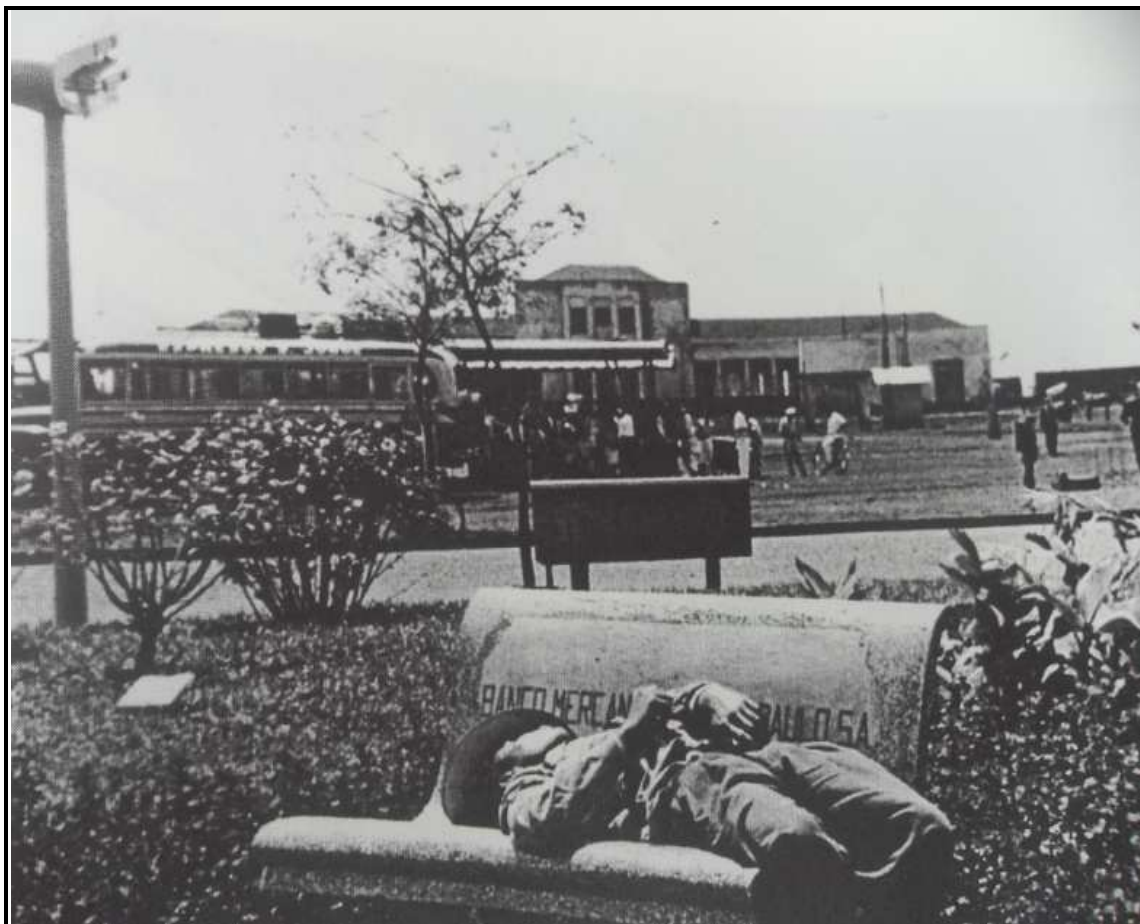
produção cafeeira, seguida por outras mercadorias e passageiros. A implantação da primeira estação ferroviária foi a pedra fundamental para a expansão da cidade, a estação e a ferrovia foram determinantes na formação e expansão da malha urbana maringaense, descrita por Luz (1997, p.73):

A planta da cidade previu a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente a função: residencial, residencial popular, industrial, operário, de armazéns (com desvios ferroviários), etc. O centro cívico e administrativo teve sua localização prevista na parte central da cidade, próximo às estações rodovias e ferroviária.

O traçado das ruas e avenidas foi feito segundo vários critérios. Há arruamentos ortogonais que dão origem a quadras em xadrez, na zona plana central. Já nos bairros residenciais os arruamentos são curvos, com as avenidas perimetrais e radiais, estas de acesso mais rápido ao centro da cidade. O bairro industrial localizou-se ao longo da ferrovia, dispondo de vários desvios. Próximo a ele foram projetados o bairro operário e a zona de armazéns; esta última é ampla e também se situa à margem da via férrea.

Foram reservadas no plano da cidade, áreas para escolas, igrejas, hospitais, parques infantis, logradouros públicos, além de seis alqueires destinados aos esportes, incluindo o futuro estádio municipal.

Dessa forma a concretização da passagem da linha férrea por Maringá foi crucial na ordenação dos equipamentos públicos, a começar pela primeira estação ferroviária da cidade (**Figura 17**). E no dia 31 de janeiro de 1954 a locomotiva de número 608, conduzida pelo maquinista José Mariano e foguista José Glade, irrompia majestosamente os solos maringaenses para delírio da população (ANDRADE, 1979). Tal locomotiva foi preservada e encontra-se exposta na entrada do Parque do Ingá, (**Figura 18**) simbolizando o áureo período em que o “cavalo de aço” era o principal meio de transportes.



**Figura 17:** Ao fundo a primeira estação ferroviária de Maringá.

Fonte: Museu da Bacia do Paraná (provavelmente década de 1960)

A partir da estação ferroviária ocorreria o aumento da mobilidade de pessoas com o intuito de fazer compras na cidade, nos armazéns, nas máquinas de beneficiar café e arroz, como também nas casas agropecuárias. Indubitavelmente a locomotiva que corria nos trilhos foi um dos principais fatores que colocaram Maringá na posição de destaque no Norte do Paraná, como centro receptor regional o município maringaense foi o porto seguro de milhares de pessoas que convergiram para esse centro regional em busca de oportunidades, negócios, compras e lazer.



**Figura 18:** Primeira Locomotiva a chegar em Maringá, exposta no Parque do Ingá.  
Foto: Silvio Torrecilha, 2012.

Entretanto com a evolução das estradas de rodagem estaduais e federais, a utilização desse meio de transporte foi perdendo lugar para os automóveis, chegando ao ponto de causar transtornos na área central da cidade com a passagem das locomotivas na área urbana, impedindo o tráfego dos motoristas maringaenses. Após vários anos de reclamações e reivindicações o problema da passagem do trem na área central de Maringá está sendo solucionado com o rebaixamento dos trilhos da linha férrea, porém esse é um assunto que trataremos logo a seguir, por ser um assunto que faz parte das transformações urbanas que aconteceram na cidade de Maringá.

## **2.6 Principais fatos históricos do espaço urbano maringaense.**

Após a emancipação política de Maringá em relação ao município de Mandaguari em 16 de novembro de 1951, inúmeras transformações ocorreram na cidade de Maringá após tornar-se independente. Devido ao fato da cidade seguir as diretrizes do planejamento previamente estabelecidas, isso trouxe um dinamismo econômico e fez com que Maringá se desprendesse da economia exclusivamente agrícola para se tornar um centro regional capaz de inovar como uma nova fase urbana voltada para o modelo capitalista. Diante desta ruptura com o sistema convencional agrícola ela conseguiu diversificar suas funções, não só como centro comercial, de prestação de serviços e transformação de produtos agrícolas, mas também destacando-se como centro educacional, centro de investimentos financeiros e investimentos regionais, centro industrial da produção regional, etc. A tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio de transformações histórico-geográficas.

Diante destas funções destacadas, Maringá se transformaria em uma cidade pólo que, diante do planejamento ordenado e sistematizado nos moldes do sistema capitalista a urbe se mostraria na organização espacial da cidade que na opinião de Corrêa (2003, p.07):

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras.

É no bojo desta organização espacial que Maringá irá apresentar as principais transformações no espaço urbano que acentuará seu desenvolvimento. A cidade foi produzida sob um conjunto de idéias do urbanismo moderno. Provida de áreas verdes, de ruas amplas, de traçado que procurava estabelecer melhor circulação, com áreas destinadas à produção, ao comércio e à residência. Evidentemente que não podemos nos esquecer dos aspectos econômicos nesse processo. A economia da região tinha como expressão máxima o café, conforme exposto anteriormente, e, após passar por um processo de diversificação e modernização, em ambos os momentos com ganhos e com desenvolvimento efetivo, trouxeram para a cidade o capital necessário para seu desenvolvimento. Tais diversidades trouxeram mais dinamismo socioeconômico à

Maringá firmando seu papel de centralização das atividades regionais segundo Endlich; Moro, (2003 p.24):

Com o surgimento dos papéis urbanos gerados pelos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, Maringá passa a adquirir maior expressão como espaço de relações interurbanas. À medida que as atividades sediadas no interior do seu espaço urbano passam a exercer influências e a atrair pessoas da região, verifica-se a composição de um espaço de relações.

É preciso compreender que Maringá, dentro da estrutura mencionada como centro regional, tinha a capacidade de apropriar boa parte desse capital em decorrência de sua estrutura e de seus serviços. As instituições bancárias, o comércio atacadista, as instituições universitárias e as cooperativas, entre outros serviços, permitiram que a cidade fizesse essa apropriação de capital e centralização de investimentos. Entretanto essas infra-estruturas capitalistas de nada serviriam se não fosse o capital humano e desbravador e o sucesso das atividades agrícolas que impulsionaram a economia agindo na expansão da cidade, como aponta Mumford (2008, p.312):

O comércio, a produção industrial, a mecanização, a organização, o acúmulo de capital – todos esses fatos contribuíram para a construção e expansão das cidades. Contudo, essas instituições não respondem pela alimentação das bocas famintas, nem, ademais, pelo elevado senso de vitalidade física que acompanhou todo aquele esforço. Pessoa alguma vive de ar, ainda que “o ar da cidade faça o povo livre”, como rezava um ditado alemão. A próspera vida daquelas cidades tinha suas raízes no melhoramento agrícola do campo, é nada menos que uma ilusão infantil separar a prosperidade da cidade da prosperidade da terra.

Dessa forma, a cidade passa a ter condições de desenvolver cada vez mais funções e serviços, o que lhe rende mais centralidade e desenvolvimento. Assim pode-se concluir que o processo que levou ao crescimento e desenvolvimento de Maringá como uma cidade pólo na região pode ser resumido, de forma bastante sintética, através dos seguintes aspectos:

- O planejamento aplicado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
- A consolidação da cafeicultura.
- A economia da região, que floresceu devido às características naturais (solo e clima favoráveis).
- A implantação da rede rodoferroviária, possibilitando a inserção de Maringá no mercado nacional e internacional.

- A mobilidade populacional, articulada com uma época de crescimento demográfico no país e de êxodo rural.
- A implantação na região de um modelo capitalista de produção voltado ao mercado nacional e internacional, acompanhado de intenso empreendedorismo.
- A pequena produção mercantil (urbana e rural) permitiu a acumulação capitalista e deu início a uma elite econômica que liderou o processo econômico da região.

Diante desses aspectos apresentados poderemos elencar as principais transformações urbanas que enalteceram a cidade de Maringá através da implantação dos principais instrumentos que a compõem, que juntos contribuirão na formação deste arranjo espacial, organização espacial, estrutura territorial e espaço socialmente produzido. É o conjunto de objetos ou formas espaciais produzidas criados pelo homem ao longo da história (CORRÊA, 2003). Diante deste exposto, a forma espacial aqui mencionada diz respeito à sobreposição da malha urbana maringaense que foi criteriosamente desenhada seguindo a posição geográfica. Desde o desenho das ruas e avenidas até o plantio das árvores e o posicionamento das praças e bosques previamente definidos (STEINKE 2007).

E é nesta forma espacial planejada e direcionada que ocorre a organização espacial do uso do solo maringaense. Seguindo as diretrizes da Carta de Atenas, publicada em 1941 (REGO, 2007). Jorge de Macedo inova desconsiderando o conservadorismo do planejamento urbano. Resultado de um pensamento moderno e funcionalista que hierarquizava as atividades urbanas que eram calcadas em quatro funções existentes na Carta de Atenas (habitar, trabalhar, lazer e circulação). Mais tarde esse projeto seria aplicado por Lúcio Costa na construção da Capital Brasília, cujo projeto é de 1957, ou seja, dez anos depois da fundação de Maringá.

O projeto previa a estruturação espacial da cidade em zonas funcionais: residencial, comercial, industrial, previamente definidas por amplas avenidas objetivando um desenvolvimento espacial no sentido de amenizar problemas urbanísticos futuros. Neste projeto também contava com obras de interesse social, como a estação ferroviária, estação rodoviária, praças, complexo esportivo, cemitério, paço municipal, parques, bosques, aeroporto, dentre outros que já tinham uma localização espacial definida. Além dos arruamentos e avenidas largas que foram compondo o



traçado urbanístico, como já foi dito, delineou-se a partir da demarcação da estação da estrada de ferro, que segundo Luz (1997), instalou-se a 2 km do núcleo inicial, o Maringá Velho.

Obra de grande expressão que trouxe prestígio à cidade de Maringá foi a conclusão do aeroporto que juntamente com as estradas de rodagem e a ferrovia colaborou com a conexão do município com outras localidades. O terreno pertencia a CMNP e posteriormente foi doado ao Ministério da Aeronáutica. Foi construído em 1947, sua pista era desprovida de asfalto, era terra batida e o prédio era todo em madeira. Em homenagem a um dos diretores da companhia, o aeroporto foi batizado de Aeroporto Gastão Vidigal.

No início as instalações eram precárias, os aviões da Vasp e da Real que ligavam Maringá à São Paulo e o resto do mundo ficavam no lamaçal, presos no aeroporto. (OSTERROT, 2007).

Com mais essa infra-estrutura, o aeroporto colocaria Maringá no centro das atividades do desenvolvimento do norte do Paraná, tal fato ocorreu na década de 1951, relatado por Andrade (1979, p.126):

O crescimento da “cidade canção” continuou de forma tão vertiginosa que no dia 8 de junho de 1951, aterrisou em Maringá o primeiro avião comercial, pertencente à Real Transportes Aéreos, mais tarde Consórcio Real Nacional Aerovias. O avião PPYPS era pilotado pelo comandante Ary Fleming e trazia nessa viagem histórica para a nossa região várias personalidades, entre elas o Governador do Estado do Paraná Bento Munhoz da Rocha Netto.

Tal aeroporto possibilitava a chegada de fazendeiros oriundos de São Paulo e Minas Gerais e também de outros estados com a finalidade de adquirirem terras na região de Maringá, além de políticos e outras personalidades. Para a época, tal empreendimento dava certo *status* à cidade que possuía um aeroporto, em virtude disso, tal equipamento ofereceu destaque à cidade no que tange ao desenvolvimento regional. Em seu livro, Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã, p.127, 1979 Arthur Andrade revela fatos curiosos sobre o espaço aéreo maringaense:

Operavam ainda a VASP e a TAMA que ao lado da Real agitava Maringá nos transportes aéreos. Mas somente em 1957 foi entregue oficialmente o aeroporto local ao Ministério da Aeronáutica, cuja festa infelizmente não teve o brilho esperado, face ao desastre ocorrido com um avião da Força Aérea Brasileira que juntamente com outros cinco vieram especialmente para a nossa cidade para fazerem exibições de combate simulado, vôos rasantes e peripécias no ar. O desastre ocorreu com o avião de prefixo T-6-D-1634 que numa manobra infeliz raspou num dos mastros existentes na Praça Raposo Tavares, rompendo uma das asas na violência do choque e indo explodir

contra o motor de luz da Rede Viação Paraná Santa Catarina, completamente destruído, tendo morrido instantaneamente os seus ocupantes, o 1º Tenente Dagoberto Seixas dos Anjos e o 2º Tenente Afonso Ribeiro Melo.

Nos anos 1960, Maringá apresentou um extraordinário ritmo de crescimento sendo criados 10 novos loteamentos, significando um crescimento de quase 50% no total de lotes na cidade em 10 anos. A ampliação do perímetro urbano gerou um desequilíbrio no crescimento ordenado e eficaz do plano inicial, isolando os loteamentos periféricos, que levaram muitos anos para se equiparar às demais áreas da cidade.

Foi na década de 1970 que o crescimento de Maringá atingiu proporções de verdadeira explosão, derivada das transformações na base agrícola regional devida à substituição de culturas e modernização da agricultura, e que tiveram como uma de suas conseqüências a transferência maciça de população de zona rural para centros urbanos de porte médio do Estado e a dotação por parte do Governo do Estado de infra-estrutura e serviços para o atendimento da região. Outro fator importante foi a implantação da Universidade Estadual de Maringá, que atraiu professores, universitários e familiares. Tal fato é relatado por Andrade (1979, p.213):

E atendendo aos anseios da massa estudantil de Maringá, o então governador do Estado, Paulo Pimentel, criou a Universidade Estadual de Maringá através da lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969 e pelo Decreto Estadual nº 18.109, de 28 de janeiro de 1970, publicado no Diário Oficial do dia 30 do mesmo mês e ano.

Com a implantação da Universidade Estadual de Maringá, a cidade começou a se tornar referência como pólo educacional na região e também em outros estados. Atraindo alunos e professores de várias regiões do Brasil e também do exterior. Este universo de conhecimento propiciou a elevação de Maringá em âmbito econômico, social e cultural conforma Andrade (1979, p.214):

Com o aparecimento da Universidade, houve também por estranho que pareça um grande desenvolvimento econômico. Inúmeras famílias residentes na região, fixaram-se em Maringá para facilitar o desenvolvimento normal e natural do estudo de seus filhos. Com a fixação dessas novas famílias, o comércio evoluiu e houve também o surgimento de novas indústrias, embora pequenas indústrias de porte relativamente insignificante. Reputo, pois, o aparecimento da Universidade Estadual de Maringá como fato de fundamental importância que modificou sensivelmente a cultura da cidade. Houve uma evolução cultural da mais alta envergadura.

Tal equipamento serviu e ainda serve como fator atrativo da economia maringaense elevando o lucro dos hotéis, restaurantes, empresas de ônibus, táxis e principalmente no setor imobiliário que teve sua expansão alicerçada pela universidade e também por outros fatores sócio econômicos. Tal transformação urbana é registrada na década de 1970 na observação de Moro (2003, p.60):

Os conjuntos habitacionais, assim como os loteamentos, emergem em profusão. A política habitacional oficial e a demanda por moradias urbanas aceleram essa atividade. A década de 1970 vivencia a implantação de 9 conjuntos habitacionais e 54 loteamentos, se bem que, nem todos com ocupação completa. A abertura de novos loteamentos ou de conjuntos habitacionais, em razoável distância do quadro urbano já povoado, foi e, ainda é estratégia dos agentes e incorporadores imobiliários, tendo em vista a valorização das terras em “pousio social”. Exemplo disto, ao longo do tempo, foram os conjuntos Cidade Alta, Inocêncio Vilanova Jr. (Borba Gato), o loteamento Recanto dos Magnatas, dentre outros. À medida que os equipamentos urbanos os alcançavam, as terras à retaguarda valorizavam.

Outro equipamento de grande vulto realizado na década de 1970 foi a implantação do pátio de transbordo que serviu de base na logística de material que seria utilizado na construção da Usina de Itaipu na divisa entre a cidade de Foz do Iguaçu e o Paraguai. Esse pátio servia como depósito de materiais, turbinas, rolos de cabos de aço e diversos materiais que vinham de Curitiba, do porto de Paranaguá e também do porto de Santos. Materialmente falando, Itaipu prestou uma homenagem a Maringá. Ela vai empregar no transbordo 120 milhões de cruzeiros (ANDRADE, 1979).

A construção deste pátio traria reconhecimento político para Maringá por dar apoio a uma usina que traria desenvolvimento para o Brasil, que até então contava com escassos recursos energéticos. O local escolhido para esse equipamento foi na saída para o município de Paissandu na Gleba I em diante e contou com a aprovação imediata do então Prefeito Sr. Silvio Magalhães Barros. Mas para que esse projeto fosse adiante o Poder Executivo necessitava do aval dos vereadores, sendo assim o prefeito enviou uma carta à Câmara de Maringá explanando aos vereadores a relevância dessa obra para a cidade de Maringá. E a propósito, a mensagem enviada pelo Senhor Sílvio Barros à Câmara está contida nos seguintes termos, Andrade (1979, p.234):

“Ao enviarmos a Vossa Excelência a presente mensagem, devemos ressaltar a inexcusável importância da Estação de Transbordo preconizada pela Binacional Itaipu, cuja escolha recaiu sobre o município de Maringá. Partindo do princípio de que a obra monumental foi orçada, a preços de 1975, em 5 bilhões e 300 milhões de dólares, dos quais 4 bilhões imperiosamente passarão pela cidade de Maringá, pode Vossa Excelência, bem como os ilustres vereadores a magnitude dessa referida Estação. Cabe exaltar que a Hidrelétrica de Itaipu está sendo implantada através de um esforço comum entre o Brasil e o Paraguai, ficando a administração da nossa Pátria responsável pelos investimentos totais do contrato bilateral, constando a Cláusula que define a reversão dos nossos capitais, ou seja, a nação vizinha pagará ao Brasil, com a venda de energia produzida pela Usina de Itaipu. (...) O exemplo da cidade de Maringá quando coloca à disposição do Governo Brasileiro, sem ônus de qualquer natureza, uma área de terra que será equipada com desvio ferroviário, contando ainda com energia elétrica ao alcance através da 2ª Estação da Copel e mais ainda, de uma adutora de água semi-tratada a custos industriais, bem como telefone internacional, haverá de estimular o vizinho e amigo povo paraguaio no sentido de empolgar-se e prestigiar a construção dessa Usina, qualificada como a maior do mundo. Maringá, Senhor Presidente, ganhará também significação efetiva, porquanto o seu 2º Parque Industrial preconizado pelo Plano Diretor de nossa cidade localizado no Lote nº 1 da Gleba Paissandu em diante, ganhará força e destaque com a construção de um Viaduto transpondo a PR-86 e particularmente com a execução de um Ramal Ferroviário na diretriz Campo Mourão-Cascavel-Foz do Iguaçu que atenderá em especial, o desenvolvimento do município e do Distrito de Floriano; sem dúvida constitui-se um esforço conjunto e a implantação do referido ramal emprestará importância imensa ao desejado Distrito. Itaipu, ilustre Presidente, oferece condições para dissertações e literatura infundáveis, porém acreditamos que a inteligência superior dos senhores vereadores, de imediato alcançara o significado do objetivo e da meta a que nos propomos.

Renovando os protestos de elevada estima e apreço, atenciosamente:  
Sílvio Magalhães Barros – Prefeito Municipal.

E com esse requerimento Maringá sediou o pátio de transbordo que beneficiaria a construção da Usina de Itaipu e com esse fato a cidade passou a ter mais respeito e importância no cenário nacional. Além disso, a instalação deste pátio foi um fator que colaborou no desenvolvimento industrial e comercial do município maringaense pelo fato de abrigar a estação da Copel, pois o município encontra-se na rota das antenas de distribuição da energia produzida na Usina de Itaipu. E por homenagem a esta usina que trouxe desenvolvimento para o município, próximo ao pátio de transbordo, surgiu um novo loteamento residencial, que prontamente recebeu o nome de Residencial Itaipu.

Diante desses fatos Maringá crescia exponencialmente, sua malha urbana necessitava de espaço para sua expansão e em virtude disso, foram criados no período de 1971/1980, 69 novos loteamentos (MENEGUETTI, 2001). Em 1979, como consequência do crescimento da década, é apresentado o Plano de Diretrizes Viárias,

feito pela equipe de planejamento da prefeitura, liderada pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, na segunda gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho.

Cabe destacar que após vários períodos de instabilidade econômica brasileira, década perdida, como ficou conhecido esse período de 1980 e início de 1990, Moro (2003, p.65) destaca que:

A primeira metade dos anos de 1980 vivencia o início do esmorecimento do milagre brasileiro. O crescimento econômico do país é bruscamente freado. Com o violento aumento das taxas de juros internacionais, a dívida externa, do dia para a noite, duplica. O crédito fica caro, a produção industrial estaciona. O governo retira os subsídios à agricultura. A inflação ganha fôlego. A crise instala-se.

Este período é marcado por um processo de mudanças políticas em âmbito nacional e, sobretudo com mudanças na Nova Constituição de 1988, que veio ampliar e dar mais autonomia ao poder municipal e também com reformas econômicas do governo Federal que vieram a atingir a construção civil. Como menciona Lourenço (2005, p.46):

As principais características desse período foram a estagnação, determinada pela alternância entre fases recessivas e repiques de expansão, normalmente vinculados à adoção de planos de estabilização heterodoxos, e o baixo nível de investimentos em ampliação da capacidade produtiva. Houve ainda o crescente atraso científico e tecnológico do parque industrial e a interrupção dos fluxos financeiros externos, especialmente depois da moratória mexicana. Outro elemento que deve ser destacado foi a perversa combinação entre o endividamento externo, crise fiscal do Estado, multiplicação da especulação financeira e impulsão do passivo interno, combalindo drasticamente a capacidade de gasto e de investimento público.

Diante dessas incertezas no mercado financeiro brasileiro, o investimento no mercado imobiliário é visto com maior segurança. Neste segmento os investidores buscam uma maior estabilidade recorrendo ao setor imobiliário frente a uma nova conjuntura econômica, como aponta Mendes (1999, p.400):

É provável que em razão de uma conjuntura de fatores, destacadamente a instabilidade político-econômica do país nos primeiros anos da década de 90, associados às distorções da sobrevivência no contexto do modo de produção capitalista. A política de financiamento levou o mercado imobiliário gradativamente a se adaptar às questões de globalização e de economia aparentemente mais estável, tendo em vista a política neoliberal e o novo plano econômico (real). A cultura da inflação levou o setor privado e público da elite regional a buscar saídas pela redução (crise) do desenvolvimento vivenciado em outros momentos no bojo da cultura materialista.

Frente a essas mudanças observa-se em Maringá novos canteiros de obras na região central e novos loteamentos na periferia, tal prática trouxe lucro e especulação imobiliária. E frente a essas novas mudanças em relação ao valor e melhor aproveitamento no espaço urbano surge a verticalização que segundo Mendes (1992, p. 32):

Um processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua apropriação e produção de diferentes formas de Capital, principalmente consubstanciado na forma de habitação como é o caso do Brasil. Além da associação junto às inovações tecnológicas que interferem no processo, alterando a paisagem urbana.

Maringá é considerada uma cidade moderna e planejada, que desde a sua fundação passa por diversos processos de (re) modelagem da sua paisagem urbana. Destes processos que modificam a paisagem urbana de Maringá destaca-se aqui a verticalização, que nas décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e mais recentemente em 2000, passou por quatro períodos de verticalização, denominados por MENDES (1999, p. 400-402) como:

Primeiro Período: “Acumulação Cafeeira e Comercial” (1960-1969) - Neste período os investimentos feitos no setor eram provenientes basicamente do acúmulo de capital, realizado por fazendeiros e comerciantes. Houve no referido período a construção de 10 edifícios, todos na área central da cidade; Segundo Período: “A Modernização da Agricultura” (1970-1979) - Aqui foram construídos 39 edifícios. O capital investido era originário de uma classe burguesa que emergia na cidade. Os edifícios foram construídos nas zonas 1, 3, 4, 7, 8 e 17, promovendo a descentralização do processo; Terceiro Período: “A Agroindústria” (1980-1989) - Neste período consolidou-se o processo de verticalização maringaense. Foram construídos 711 edifícios que se localizavam ao longo das zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 27, 29, 35 e 37 (MENDES, 1999).

Assim, no primeiro período de verticalização de Maringá, acima citado, não houve a construção de edifícios na Zona 7, só ocorrendo construções a partir do segundo período, e intensificando-se no terceiro período, devido aos incentivos gerados com os planos econômicos do período e novas políticas municipais. MENDES (1999, p. 402-403), ainda ressalta um quarto período

Quarto Período: “Maturidade da Verticalização” (1990-1996-2) - Levando-se em consideração algumas especificidades da realidade local, regional e nacional, esse período com mais de duzentos novos projetos foram aprovados, apresentou uma redução significativa daqueles quando comparados com a segunda metade dos anos oitenta. É provável que em função de uma conjuntura de fatores, destacadamente a instabilidade político-econômica do país nos primeiros anos da década de noventa, associados às distorções da sobrevivência no contexto do modo de produção capitalista. A política de financiamento levou o mercado imobiliário gradativamente a se adaptar às questões de globalização e de economia aparentemente mais

estável tendo em vista a política neoliberal e o plano econômico. A cultura da inflação levou o setor privado e público da elite regional a buscar saídas pela redução (crise) do desenvolvimento vivenciado em outros momentos no bojo da cultura do materialismo.

Diante dessas mudanças no espaço urbano maringaense ocorrido a partir de meados da década de 1980, havia um entrave na região central que necessitava de um melhor estudo cauteloso. Nos tempos do auge do povoamento e da produção cafeeira a Estação Ferroviária trouxe pessoas e progresso para Maringá, porém com a expansão urbana esse equipamento juntamente com os trilhos emperrava a região central da cidade. Em virtude disso foi criada uma comissão com o nome de Urbamar para dar solução na transferência deste pátio ferroviário, retirando-o da região central. Tal órgão formado por uma comissão mista denominada de Urbanização Maringá S/A tinha como principal incumbência a desapropriação do terreno e viabilizá-lo na urbanização central da cidade. Com esse intuito foi criada essa sociedade que na opinião de Corrêa Jr. (1998, p.124):

No dia 4 de setembro de 1985 foi autorizada pela Câmara Municipal maringaense a criação da Urbanização Maringá S.A., através da Lei 1934/85, como sociedade de economia mista com participação acionária majoritária do município. Seu fim específico: viabilizar com a Rede Ferroviária Federal S.A. a remoção e transferência do complexo ferroviário – pátio da estação – existente sobre a de 206.000 metros quadrados, situada na quadra 51-A da Zona 1 de Maringá.

A criação da Urbamar foi o início do denominado Projeto Ágora (ágora: mercado; espaço livre urbano, mãe de todas as praças, espaço livre amplo, local onde as pessoas se reuniam na Grécia antiga para discutir política e problemas urbanos, era a principal praça pública nas antigas cidades gregas). Arrojado, com a ousadia que tem caracterizado o pioneirismo norteparanaense e com pretensões tidas até como faraônicas no início de divulgação de seus propósitos, o planejamento dessa área incluía, segundo Corrêa Jr.(1998 p.125):

- 1- rebaixamento dos trilhos da rede férrea com construção , no subsolo de galerias para passagem dos comboios ferroviários , uma espécie de metrô misto, com trechos subterrâneos na sua trajetória pela área urbana e outros mais além, de superfície;
- 2- retirada do pátio de manobras da Rede e sua instalação com armazéns, estação de passageiros e demais dependências, para outro ponto da cidade, onde poderá ser projetada imponente estação rodoferroviária;
- 3- urbanização da área em visão futurística com nova projeção da área central maringaense, ajuste de sua malha viária no local e edificação de prédios destinados a shoppings, estacionamentos, hotéis, cinemas e para finalidades outras diversas.

Tal projeto arrojado e futurista foi encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer com o intuito de dar nova dinâmica ao centro tradicional, entre elas: o Projeto Ágora 1ª versão – uma obra monumental; o Projeto Ágora Plano Diretor – um projeto arrojado e o Projeto Novo Centro. O Projeto Ágora estabelecia áreas para o trabalho, lazer, moradia, circulação e atividades cívicas, segundo Mendes (2003, p.114):

Um dos pontos que nos chama a atenção, no desenho proposto inicialmente para o projeto, era a implantação de três superquadras, com distribuição de funções para cada uma delas. Na quadra central, denominada de Gleba C, estaria uma série de equipamentos públicos, como biblioteca, uma praça no local da atual estação ferroviária, com anfiteatro ao ar livre, espelhos d'água, rampas (área contemplativa), estacionamentos descobertos e um centro de convenções para a realização de eventos, atendendo a Carta de Atenas, quanto aos requisitos de equipamentos pra o lazer, atividade social e pública. Constatamos que, como no projeto de Brasília, o arquiteto procurou planejar uma grande área monumental, dividida através de zoneamento funcional. As glebas seriam, preferencialmente, uma residencial, uma comercial e uma pública.

Tal projeto passou por diversas fases e a atual administração optou em 12 de junho de 1986 firmar o Contrato de Empreitada entre a Urbanização de Maringá S.A e a Construtora Mendes Júnior S.A. para a execução dos serviços e obras necessárias à readequação do sistema ferroviário de Maringá (1ª fase) e implantação do Complexo Ágora (2ª fase). Estas etapas foram efetuadas na seguinte ordem, de acordo com Mendes (2003, p.117):

A primeira fase, iniciada em 1990, antes mesmo da aprovação do Projeto Ágora Plano Diretor, realizou as seguintes obras: a transferência do pátio e estação ferroviária para a antiga estação de transbordo de Itaipu, o que possibilitou as aberturas das avenidas Herval e Duque de Caxias, promovendo uma maior fluidez do tráfego no centro da cidade; remoção do pátio de combustíveis para uma área próxima ao Contorno Sul; e a construção de novas casas para abrigar os trabalhadores da Rede Ferroviária. A remoção do pátio e estação iniciou-se em 20/06/1990, tendo sido concluído em maio de 1991. A rede iniciou as operações em 04/06/1991, livrando o centro das incômodas manobras que interrompiam o tráfego de veículos. A inauguração oficial do novo pátio ocorreu apenas no dia 09/08/1991.

Na segunda fase, prevista inicialmente para o ano de 1991 (ainda que tal previsão não tenha se confirmado), seria utilizado o rebaixamento da linha férrea entre as avenidas Paraná e São Paulo; finalmente na terceira fase, prevista para 1992, o centro ganharia um novo visual.

Temos então uma área, que passou a ser produzida pelo poder público em associação com a iniciativa, que inicialmente estava direcionada a resolver os problemas da comunidade como um todo, como propostas que teriam um benefício mais geral



através da formulação de espaços públicos, equipamentos urbanos e de bens culturais, que ao longo do processo, através da dinâmica de produção do espaço, dos interesses envolvidos e dos conflitos estabelecidos, resultou em um espaço destinado à especulação imobiliária e à reprodução do capital. E que após várias mudanças administrativas e políticas, mudanças nos planos originais e troca de prefeitos, o Projeto *Ágora*, em curso durante os anos de 1990, foi o projeto do novo centro, inicialmente projeto *Ágora*, posteriormente convertido em Plano Diretor do Novo Centro (MORO, 2003).

Por construção do Novo Centro, entenda-se a reintegração, à malha urbana e viária, de um lote de 206.600 metros quadrados que, até então era ocupado pelo pátio de manobras da Rede Ferroviária, está incrustado no coração da cidade. Tal segmento só foi possível com a transferência do pátio de manobras da Rede Ferroviária e o rebaixamento da linha férrea. A transferência do pátio de manobras e construção do complexo viário, que compreendia o prolongamento das Avenidas Duque de Caxias e Herval, que saíam do centro e eram interrompidas nessa área, e a abertura de uma nova via, no sentido perpendicular denominada de Avenida Horácio Racanello. Desse modo estava delimitado o “Novo Centro”, localizado em área central foi palco de paralisações e de especulações imobiliárias que redefiniram o local como a área mais nobre da cidade com o metro quadrado mais caro de toda a região. Desta situação beneficiam os agentes imobiliários que, através de estratégias de “marketing”, convencem parcela razoável da sociedade a morar em apartamentos, por razões de custo, conforto, segurança, enfim, “melhor qualidade de vida” (MORO 2003).

A cidade de Maringá tem em sua história um cenário de transformações têmporo- espaciais, tanto na parte material, quanto na parte imaterial referente à cultura das pessoas, resultado de forças que atuam no passado ou no presente, construindo e reconstruindo o espaço urbano, portando, estruturando e reestruturando as formas para garantir contínua reprodução da sociedade, seja no lazer, esportes e cultura, articulações que dão novas formas ao espaço urbano. No bojo destas transformações surgem novos equipamentos que vão dando novas formas à cidade e uma posição central na região norte do Paraná. Diante deste fato, no final da década de 1990 Maringá passa a contar com novos equipamentos urbanos elencados por Moro (2003, p.83):

Neste sentido, ao final da década de 1990, novos agentes são implantados na estrutura do quadro urbano da cidade, cada um, em certa medida, concorrendo para expandir e acentuar a polarização emanada de Maringá. São eles: a Nova Rodoviária, a Estação Aduaneira do Interior (Porto Seco) e o Novo Aeroporto. A estes deve-se acrescentar a Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá e a Bolsa de Mercadorias e Futuro. A primeira em operação desde o começo da década de 1980 e a segunda desde fins da década de 1990.

A construção da nova Estação Rodoviária, na interconexão entre as Avenidas Mauá e Centenário com a Avenida Tuiuti, possibilitou desafogar e afastar o tráfego dos ônibus e passageiros do centro da cidade, como também ampliar o aporte de novas linhas intermunicipais e interestaduais, além de melhorar o conforto para os usuários.

Igualmente, a construção do Novo Aeroporto, a margem direita da PR-317, logo após a saída para Campo Mourão, permitiu a desativação do antigo aeroporto, que, com o tempo, passou a ser um espaço fora do lugar, em razão da expansão urbana. A Estação Aduaneira do Interior, localizada na Rua Bem-te-vi, próximo a sua conexão com a BR-376, na saída para Paranavaí, objetiva atender a demanda regional do comércio de exportação e importação, agilizando a operacionalização do transporte de cargas com os terminais marítimos e aeroviários do Estado. Contudo, o seu desenvolvimento e efetivação dependem, especialmente da internacionalização do Novo Aeroporto de Maringá.

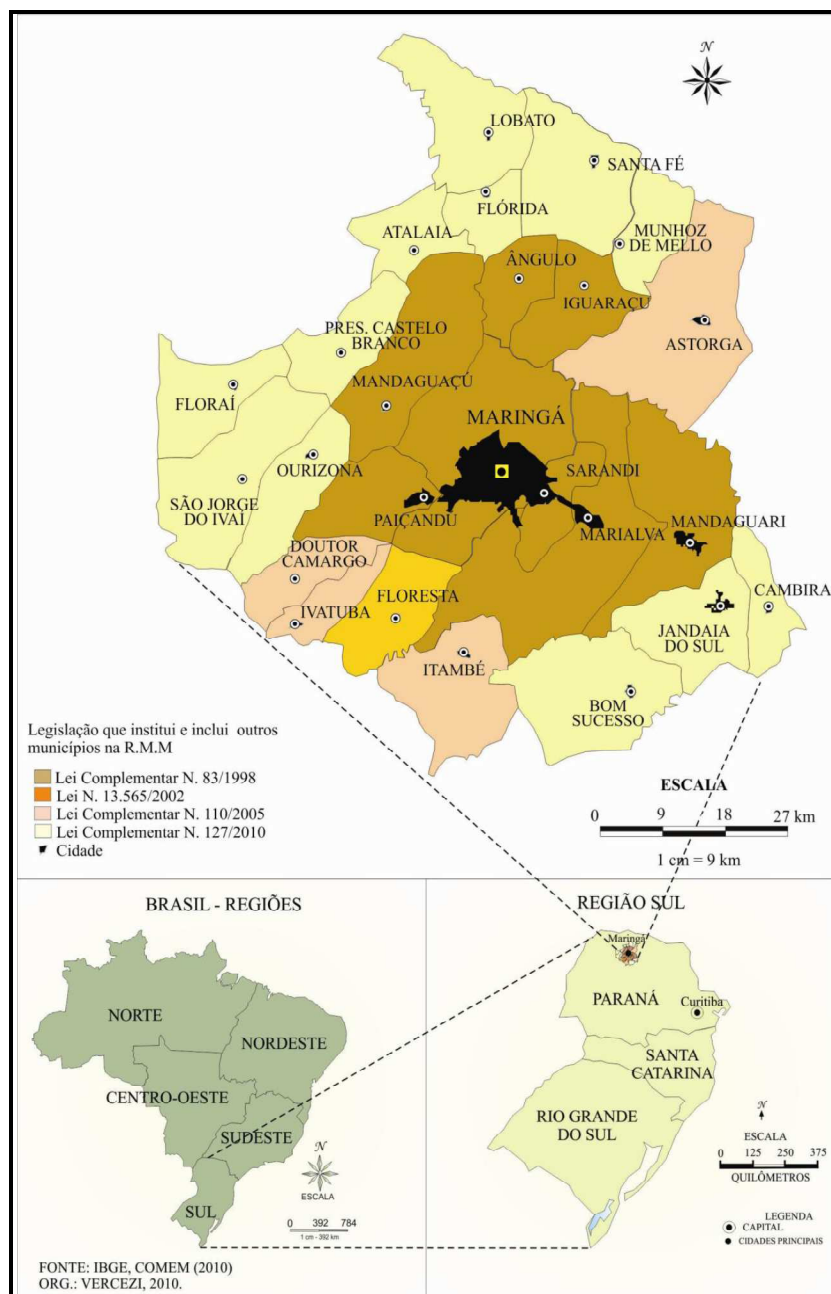
Tais equipamentos fizeram com que Maringá torna-se uma cidade pólo de grande influência regional, devido a sua importância econômica e seu rápido desenvolvimento urbano e populacional. Devido ao seu rápido crescimento e expansão da malha urbana com a incorporação de novos loteamentos Maringá se viu conurbada com as cidades vizinhas de Sarandi e Paiçandu. A cidade de Maringá, então, se transformou em um pólo regional, bem como uma das cidades mais importantes do Estado do Paraná.

Frente a esse acelerado crescimento do aglomerado urbano surge a necessidade de cooperação mútua e maior participação dos municípios acima citados. Para terem maior representatividade foi criado o METROPLAN, consórcio formado pelos municípios de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandu. Este consórcio intermunicipal foi criado nos anos noventa na tentativa de “criar para planejar o desenvolvimento regional e executar serviços e obras de interesses comuns, garantindo um crescimento ordenado e tratando as quatro cidades como uma só.”(METROPLAN, 1990).

Este seria a base do planejamento regional para a consolidação da Região Metropolitana de Maringá, infelizmente por motivos que desconhecemos o METROPLAN não foi adiante. A influência que a cidade exerce sobre os municípios ao seu entorno, gerou condições para que fosse institucionalizada a Região Metropolitana de Maringá.

Diante dessas interações espaciais que Maringá participava no quadro deste aglomerado urbano circundado por essas cidades vizinhas, dava início a um processo de metropolização, envolvendo diretamente, as cidades do aglomerado – Maringá, Sarandi e Paiçandu e, pontualmente, as cidades próximas, ainda não conurbadas por Maringá, mas funcionalmente articuladas, como Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu e Iguaraçu.

Porquanto, deve ressaltar que o governo estadual, em 1998, havia instituído oficialmente a Região Metropolitana de Maringá, englobando os municípios das cidades já discriminadas, mais o de Ângulo e, em 2002, o de Floresta (MORO, 2003). Definitivamente a Região Metropolitana de Maringá (RMM) é composta pelos municípios de: Ângulo, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Flórida, Jandaia do Sul, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí e Sarandi (**Mapa 3**).



**Mapa 3 - A Institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998-2006).**  
Fonte: Vercezi, J. et al, 2011.

Em virtude deste fato Maringá se destacaria como a cidade-sede da Região Metropolitana que na opinião de Milton Santos (2005, p.75), para esse autor, regiões metropolitanas são:

Áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infra-estruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas.

Não obstante a Região Metropolitana de Maringá (RMM) oferecia condições para sua consolidação, através de sua interação com os demais municípios de área

contigua ou não que buscam junto aos representantes políticos maior participação nos recursos estaduais e federais. Frente a essa maior participação a RMM foi criada em 1998 pela Lei Estadual nº 83/98 (RODRIGUES, 2004).

Claro que a influência política é primordial na organização do espaço, ainda mais quando este espaço compõe uma RM, neste quesito o planejamento do espaço territorial e a organização do mesmo espaço devem constituir obrigação do Estado, porque é de responsabilidade do Estado fornecer recursos para que haja uma melhor distribuição dos equipamentos básicos que compõem o pilar da sociedade, que são a educação, a segurança e a saúde. Neste contexto Mendes (1992, p.30) enfatiza que:

A cada novo momento da organização social, a ação do Estado se faz fundamentalmente pelo estabelecimento de políticas que visam a formulação de instrumentos de controle social, a fim de garantir tanto a ordem social como também regular e reduzir a importância dos conflitos sociais.

No entanto é preciso admitir que a RMM evidencia o crescimento do aglomerado urbano e das cidades circunvizinhas que necessitam de políticas públicas voltadas para o planejamento regional em busca de soluções comuns garantindo a essas cidades um crescimento ordenado pautado no desenvolvimento regional. E Maringá cidade-sede dessa metropolização e com grande participação política tem a obrigação de integrar e promover soluções para uma melhor organização territorial regional em busca de uma unificação dos municípios no intuito de promover políticas públicas que melhorem o fluxo de pessoas e mercadorias e dê maior representatividade a esta região com déficits sociais e econômicos que merecem um olhar mais atento por parte do Estado.

## **2.7 Evolução Populacional no Município de Maringá.**

Após os aspectos urbanos até então mencionados foram evidenciados algumas mudanças ocorridas no espaço urbano maringaense no que tange a infra-estrutura e aparelhos urbanos acrescidos na malha urbana desde a sua fundação. Porém necessário é que se faça uma discussão sobre os principais fatos relevantes que impulsionaram o crescimento populacional no município de Maringá. Porque é papel da Geografia estudar as formas e processos que geram dinamismo e transformações no espaço urbano e que na opinião de George (1983, p.16):

A geografia como ciência do espaço é chamada a fazer balanços do que representa globalmente este espaço para os homens que aí vivem. Não podem consegui-lo, senão partindo da análise de todas as peças e de todos os processos que constituem este espaço em seu dinamismo.

Não podemos deixar de destacar o papel da CMNP quando em 1944 passou a ser gerida por brasileiros e sob nova administração desenvolveu desde o início um trabalho visando a dotar a área colonizada de uma infra-estrutura de transportes rodoviários e a estabelecer núcleos urbanos polarizadores da zona rural que rapidamente se povoou. Como aponta Mendes; Grzegorzczuk, (2003, p. 90):

A cidade foi planejada apoiada em um sistema de transporte de cargas e de passageiros centralizado na área central, o que favoreceu a concentração de atividades que se beneficiam das vantagens locais e da intensa circulação de pessoas, o mesmo modelo das cidades que se desenvolveram após a revolução industrial. A estação ferroviária e a rodoviária foram instaladas uma em frente à outra, no eixo central da cidade

Então Maringá é fundada e passa a incorporar também essa ideologia de crescimento e desenvolvimento. A cidade recebeu um tratamento especial por parte da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A cidade foi planejada desde o seu início como uma das principais cidades da região, situada na porção central das terras da Companhia, recebeu todos os equipamentos urbanos necessários para efetivar essa função. Dessa forma tais equipamentos desempenharam suas funções quanto ao transporte de passageiros que aqui desembarcaram oriundos de várias regiões e também de outros países. Esse deslocamento de pessoas para o município de Maringá é discutido por Luz (1997, p.197):

A propaganda desenvolvida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a divulgação das oportunidades oferecidas pela exploração agrícola levaram a uma intensificação na migração de pessoas de todas as partes em direção à nova cidade e à região, principalmente de São Paulo. Também ali se radicaram indivíduos de diversas nacionalidades.

Com efeito, a forma como Maringá foi colonizada e planejada serviu de base para atrair um enorme contingente de pessoas devido a facilidade e a forma de parcelamento dos lotes rurais e também nos lotes urbanos. Com um zoneamento bem definido e eficiente foi realizado, de acordo com as funções de um núcleo urbano de proporções médias. Desse modo Maringá possuía equipamentos urbanos que centralizava as relações comerciais e sociais dentro de seu espaço urbano, congregando

um espaço consolidado de atração e influência regional, que na opinião de Endlich; Moro, (2003, p.24):

Com o surgimento dos papéis urbanos gerados pelos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, Maringá passa a adquirir maior expressão como espaço de relações interurbanas. À medida que as atividades sediadas no interior do seu espaço urbano passam a exercer influências e a atrair pessoas da região, verifica-se a composição de um espaço de relações.

Como já dissemos, o êxito do empreendimento capitalista promovido pela CMNP trouxe desenvolvimento regional e também possibilitou a chegada de uma massa de trabalhadores e investidores para essas terras. Porém tal empreendimento seria uma fracasso senão fosse as atividades econômicas desenvolvidas pelas pessoas que aqui vieram. Tal afirmação é pautada em Endlich; Moro, (2003, p.13):

É por essa razão que se atribui às companhias colonizadoras e ao Estado, um papel relevante na história regional. Entretanto, esses agentes não construíram sozinhos a história e a geografia em questão. Estas resultam de uma produção social. Os empreendimentos imobiliários teriam sido um fracasso se não houvesse a adesão dos trabalhadores rurais e dos cafeicultores. Eles produziam o café e povoavam o espaço rural, dando dinamismo à região.

Tal dinamismo deve-se em grande parte a expansão da cafeicultura e da chegada dos mineiros e paulistas que por aqui se fixaram e à medida que chegavam iam derrubando a mata ou queimando-a para formar os cafezais. Atrelado a esse ciclo econômico e às intempéries (geada negra) e a fatores trabalhistas como o Estatuto do Trabalhador, o café deslocou um grande número de trabalhadores e agricultores para a área rural maringaense e após esses fatores aqui citados ocorreu uma inversão no deslocamento, agora a direção dessas pessoas era voltada para a cidade.

A modernização da atividade no campo produzida pela indústria que implantava mais tecnologia, a mecanização que substituía a mão de obra e a crescente concentração fundiária favorecia a liberalização de importantes contingentes de trabalhadores do campo e com isso o êxodo rural de intensificava cada vez mais, cabendo a Maringá absorver toda essa nuvem de almas ansiosas por novas oportunidades. Cabendo a administração pública equipar a cidade com redes de água, esgoto, novos loteamentos e conjuntos habitacionais. Partindo desses fatores a população maringaense cresceria vertiginosamente com a substituição da cafeicultura e firmado na opinião de Moro (2003, p.57):

O êxodo rural instala-se com intenso vigor. Maringá define-se como pólo agroindustrial. Seu perímetro urbano original povoa-se. Novos loteamentos, alguns irregulares, são criados para atender à demanda dos retirantes do campo. A região como um todo perde população, ao contrario, as cidades pólos regionais atraem elevado número de novos habitantes. O futuro colocaria profundos desafios à administração pública para a gestão equilibrada do espaço urbano.

A economia da região tinha como expressão máxima o café, e, posteriormente, após passar por um processo de diversificação e modernização, em ambos os momentos com ganhos e com desenvolvimento efetivo, trouxeram para a cidade o capital necessário para seu desenvolvimento. É preciso compreender que Maringá, dentro da estrutura mencionada como centro regional, tinha a capacidade de apropriar boa parte desse capital em decorrência de sua estrutura e de seus serviços. As instituições bancárias, o comércio atacadista, as instituições universitárias e as cooperativas, entre outros serviços, permitiram que a cidade fizesse essa apropriação de capital e centralização de investimentos e pessoas. Dessa forma, a cidade passa a ter condições de desenvolver cada vez mais funções e serviços, o que lhe rende mais centralidade ainda. Grzegorzcyk, (2000, p. 11) destaca que:

O crescimento acelerado da cidade pode ser atribuído aos fatores já mencionados, mas também ao fato de que, no plano de colonização, a cidade havia sido projetada para ser um dos centros regionais e, portanto, já abrigava considerável número de atividades secundárias e terciárias, oferecendo melhores oportunidades de emprego do que as demais cidades da região .

Este aspecto foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, pois em decorrência da estação ferroviária, dos armazéns, pátios de manobras e toda a sua estrutura, a cidade começou a exercer certa polarização na região atraindo o excedente populacional que a região produzia. Este fato, em conjunto com a infra-estrutura que então se começou a montar através de empresas de comercialização da produção, atacados e bancos, além da infra-estrutura geral da cidade, entre outros aspectos, viabilizaram a concretização de Maringá como centro regional.

A soma de todos esses fatores, que remontam a forma de ocupação e colonização, o planejamento urbano seguindo técnicas modernas de urbanismo e fatores ligados a economia regional e a períodos de inovações técnicas de ordem estrutural e organizacional e baseado nas citações de Corrêa (2002, p.16):



Nosso interesse maior em conhecer e estudar aspectos relevantes sobre a cidade se deriva do fato de ser um lugar onde está a maior parcela da população, que contém o maior número de investimentos de capital e mais, este, é o principal espaço onde ocorrem os conflitos sociais.

Diante desses pressupostos, observamos que a cidade de Maringá foi planejada para abrigar 200.000 habitantes em 50 anos, em 1991, Maringá abrigava 234.079 habitantes na área urbana (CORDOVIL, 2010). Ou seja, Maringá com 44 anos já estava com mais de 34 mil habitantes acima de sua capacidade e para isso foram necessárias expansões significativas no seu plano inicial. Com base nos fatores acima mencionados elaboramos uma (**Tabela 1**) baseada nos censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tal tabela visa mostrar o crescimento populacional do município de Maringá desde a década de 1950 a 2010, com essa informação poderemos compreender a evolução da população maringaense.

<b>Tabela 1: População do Município de Maringá de 1950 à 2010</b>			
Censo Demográfico	População urbana	População rural	Total
1950	7.270	31.318	38.588
1960	47.592	56.639	104.131
1970	100.100	21.274	121.374
1980	160.689	7.550	168.239
1991	234.079	6.213	240.292
2000	283.792	4.673	288.465
2010	350.653	6.424	357.077

Fonte: IBGE / Censos demográficos e contagem populacional de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Org. Silvio Torrecilha, 2012.

Dentro desse aspecto, observa-se que no período correspondente de 1950 a 2010, a população total do município de Maringá aumentou vertiginosamente. É possível verificar que na década de 1960 o município apresenta um crescimento populacional bem expressivo, em dez anos o número de habitantes mais que dobra de quantidade, passando de 38.588 em 1950 para 104.131 em 1960. Neste ano, a zona urbana começa a se destacar no avanço populacional. Na próxima década, 1970, o urbano é cinco vezes mais habitado do que o rural. A partir dos anos de 1970 observa-se a grande disparidade da população rural com a urbana, devido à intensificação do êxodo rural.

Destes anos até o de 2000 a população rural de Maringá vem apresentando grandes quedas, destacando-se no município a predominante e alta taxa de urbanização. Tal fato confirma a forte polarização exercida por Maringá, o que ocorreu desde as primeiras décadas até os anos atuais.

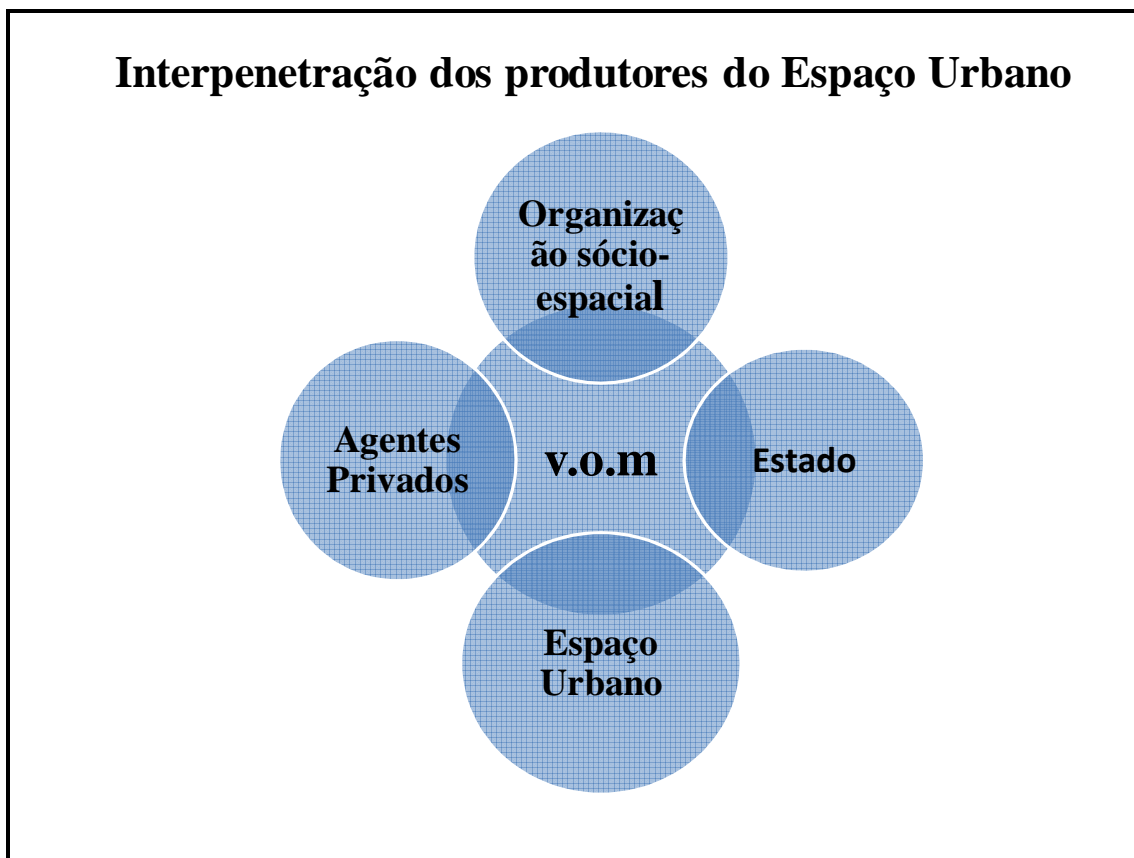
Toda essa evolução populacional observada no município de Maringá remonta à época da ocupação e colonização e frente aos fatores econômicos e mudanças ocorridas no espaço urbano maringaense, a cidade foi se tornando um pólo atrativo regional. O município de Maringá desde sua gênese foi planejado de um modo que os fluxos de pessoas e mercadorias da região fossem direcionados para seu interior, como foi o caso da produção do café e o êxodo rural. Com isso foi causando uma hegemonia econômica e social em relação a seus municípios vizinhos, características de uma cidade pólo regional.

Desse modo, o planejamento, os equipamentos urbanos, atrelados aos processos migratórios influenciaram na formação do crescimento populacional maringaense. Claro que todas essas mudanças tiveram participações de seguidas administrações, ou seja, várias gestões políticas que colaboram nas transformações até então descritas.

## **2.8 Os Agentes e a dinâmica espacial na Vila Olímpica.**

Após estudar os aspectos geo-históricos que nortearam este trabalho conseguimos identificar os agentes que produzem o espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá. O agente privado representado pela CMNP e o Estado, que através da administração municipal age, transforma e regula as atividades socioespaciais que ocorrem neste espaço em questão. Os agentes produtores do espaço urbano na Vila Olímpica são representados pela iniciativa privada e pelo poder público. Define-se por agentes as entidades privadas, pessoas físicas e jurídicas e políticas que atuam na produção material do espaço. Os agentes são vistos na produção do espaço através do cotidiano, das relações socioespaciais e do uso e apropriação do solo urbano, formando assim, uma organização socioespacial que culmina na produção do espaço urbano.

No bojo desta conjuntura conseguimos destacar que as metamorfoses ocorridas neste espaço em questão foram produtos da interpenetração (**Figura 19**) e ação dos agentes privados, representado pela CMNP, da ação do Estado, dos agentes sociais que propiciaram uma organização socioespacial e do espaço urbano que através das diretrizes foi produzindo o espaço urbano da Vila Olímpica de Maringá.



**Figura 19:** Interpenetração dos agentes produtores do espaço urbano na Vila Olímpica.  
Fonte: Silvio Torrecilha, 2012.

Desde a emancipação política de Maringá, quando ainda era distrito de Mandaguari, período que permaneceu de 1947 a 1952. Nestes quase cinco anos que Maringá permaneceu como distrito de Mandaguari o agente privado que administrava e transformava o espaço urbano maringaense era a CMNP. A companhia que equipou a cidade com toda a infra-estrutura que ela merecia ruas, avenidas, arborização, ou seja, ela que urbanizou a cidade. Neste contexto urbanístico, o centro esportivo já estava na planta da cidade mesmo antes de sua fundação, na proposta final na planta (**Figura 20**) de Jorge de Macedo Vieira. Nesta proposta enviada à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o engenheiro responsável pelo projeto já havia demarcado a localidade da Vila Olímpica na parte norte do eixo monumental. ... esse eixo é ao mesmo tempo espacial e temporal, espacial porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de indício menor, depois predominante, da prática e da história (LEFEBVRE, 1999). Neste sentido o espaço urbano pode ser o reflexo de uma sequência de formas espaciais que coexistem lado a lado, cada uma sendo originária em um dado momento (CORRÊA, 1997).

No bojo desta organização do eixo monumental que se origina desde a imagem do poder religioso simbolizado pela Catedral, seguido do fórum, correios e o poder político-administrativo, prefeitura, eis que surge a Vila Olímpica. Diante dessa simbologia urbana que se apresenta ornada de monumentos o eixo monumental organizado pela continuidade entre a praça da catedral, a Avenida Getúlio Vargas e o terminal rodoferroviário (hoje modificados) e vila olímpica, formam uma síntese. (STEINKE, 2007). Com isso poderemos descrever as nuances das relações socioespaciais que produziram o espaço urbano da Vila Olímpica de Maringá.



**Figura 20:** Planta do Centro cívico de Maringá com a futura Vila Olímpica ao norte, 1945.  
Fonte: Rego, 2012

Claro que as principais transformações começaram a surgir a partir de 1957 com a inauguração do Estádio Willie Davids com um jogo entre a Melhoramentos Futebol Clube e o Londrina Futebol Clube, onde o então prefeito Américo Dias Ferraz dá o pontapé inicial (AGPHM). Inaugurando a primeira partida de futebol no estádio que hoje é um dos maiores do Norte do Paraná. Neste período havia somente o campo de futebol cercado por grevélias (**Figura 21**).





**Figura 21:** Ao fundo o campo de futebol, ainda de propriedade da CMNP , 1960.  
Foto: Museu da bacia do Paraná, UEM.

A partir da inauguração do estádio de futebol em 1957 e várias sucessões políticas o complexo olímpico foi ganhando forma. Em 1972 (**Figura 22**), ainda que, de forma tímida o espaço urbano representado pelo Estádio Willie Davis começa a ganhar estruturas, cobertura, arquibancadas de madeira, etc.



**Figura 22:** Vista aérea do centro cívico de Maringá e início da estruturação do WD, 1972.  
Foto: Museu da Bacia do Paraná- UEM.

Na década de 1980 percebe-se uma evolução significativa na composição dos equipamentos que formam o Complexo Esportivo. Na (**Figura 23**) pode-se observar o Estádio Willie Davis concluído, assim como o Ginásio Chico Netto e a Central de Merendas, ainda faltaria terminar o Ginásio Waldir Pinheiro e construir as piscinas e o velódromo.



**Figura 23:** Vila Olímpica na década de 1980. Fonte: Cartão postal de Mônica Nascimento, 1985.

Claro que em uma cidade de porte médio como Maringá, existem outras prioridades que merecem mais atenção por parte das autoridades e também devido a conjuntura política e econômica que o país atravessava a Vila Olímpica pereceu por quase uma década sem alterações. Tal fato é percebido pela imagem captada pelo sistema *Google Earth* datada de 2002 (**Figura 24**), que se comparada com a de 1985, não ocorreu nenhuma mudança.





**Figura 24:** Vila Olímpica em 2002. Fonte: *Google Earth*

Desse modo, concluímos que a atuação do Estado, representado pelo poder municipal, está inserido como grande transformador do espaço urbano maringaense. Assim como os ciclos econômicos como a cafeicultura, a atuação da CMNP, a ferrovia, etc. O estado na personificação dos gestores municipais também teve grande responsabilidade sobre as mudanças ocorridas no espaço urbano maringaense e sobre as transformações e os equipamentos que foram dando novas formas à ocupação e ao uso do solo na Vila Olímpica de Maringá que na opinião de Corrêa (1999, p.29):

O Estado assim como os agentes privados também atua como produtor do espaço urbano. Seu papel tem variado tanto no tempo quanto no espaço, através do trabalho materializado, refletindo as mudanças na sociedade na qual é parte constituinte.

Somando esses fatores percebe-se a dinamicidade ocorrida ao longo do tempo neste espaço denominado Vila Olímpica de Maringá. Através de sua materialidade presente (**Figura 25**), observa-se a dinâmica espacial que envolve esta área e toda a organização socioespacial que faz parte do progresso maringaense.



**Figura 25:** Vila Olímpica de Maringá, 2010. Fonte: SESP.

A partir deste estudo, podemos compreender como ocorreu a dinâmica espacial deste espaço público em uma escala têmico-espacial, sendo que tais mudanças estão inseridas em épocas distintas e que a evolução espacial observada nesta área corresponde a um recorte espacial que ao longo dos anos foi modificando-se e ganhando novos instrumentos que foram dando forma a uma nova organização espacial.

Em meio ao que se observa através da dinâmica espacial que foi agregando novos equipamentos neste complexo esportivo, novas funções foram sendo atribuídas a este recorte espacial. Percebemos que desde a primeira “semente” plantada neste sítio urbano, que por intermédio de setenta e seis funcionários da CMNP, surgiu o primeiro campo de futebol e posteriormente este terreno foi doado a prefeitura. Com esta nova aquisição e algumas gestões este modesto campo foi se transformando no colosso Willie Davids, o estádio regional que sediou vários jogos e espetáculos que atraiu milhares de pessoas, sendo referência pela modernidade de sua estrutura e capacidade de público. Após muitas reformas, adequações e novas funções, hoje o Estádio Regional Willie Davids ainda passa por modificações que visam dar mais conforto e acessibilidade aos usuários. Tamanha relevância também merece o Ginásio Chico Netto e o Ginásio Waldir Pinheiro, pois ambos se completam e juntos colaboram no intuito de sediar jogos e competições importantes de âmbito regional e nacional. A tríade formada pelo Willie Davids, Chico Netto e Waldir Pinheiro forma o Complexo Esportivo Jaime Canet



Júnior. Após a implantação dos novos instrumentos olímpicos, velódromo, piscinas, quadras de areia e quadras poliesportivas, a este complemento deu-se o nome de Vila Olímpica de Maringá, porém o primeiro nome ainda é o oficial.

Claro que esta organização espacial que forma este complexo passou por diversas transformações e adequações. Tais mudanças foram feitas em épocas distintas e por diversas gestões administrativas, sempre com apoio do Governo Federal, se este espaço é o que ele representa hoje, é devido aos recursos e vontade política do poder público. Pois sem tal parceria esta materialidade não seria possível.

Diante destes aspectos relevantes elencados, a Vila Olímpica surge como uma nova centralidade (**Figura 26**), não aquela centralidade proposta por Christaller na década de 1930, onde os centros se configuravam através da centralização dos mercados e serviços. Neste contexto a Vila Olímpica está inserida e representada por uma hierarquia de centros urbanos de espécie derivados das teorias locacionais de Christaller (HARVEY, 1980).



**Figura 27:** Vila Olímpica ,uma nova centralidade, 2012.

A centralidade da Vila Olímpica ocorre devido a sua localidade e por se tratar de uma área de confluência que liga o terminal urbano à universidade, claro que este fenômeno é recente, pois como foi descrito anteriormente nos Aspectos Geo-históricos

da cidade de Maringá, a ferrovia atravessava a cidade e com isso segregava a parte norte da parte sul, impedindo seu desenvolvimento. Após o rebaixamento da linha férrea o fluxo de pessoas ficou mais acentuado. Essa premissa vem de encontro com a corrente lefebvreviana em relação à centralidade. Ora, o fenômeno urbano manifesta-se como movimento. Ele não pode, portanto se fechar. A centralidade e a contradição dialética que ele implica excluem o fechamento, isto é, a imobilidade (LEFEBVRE, 1999).

Diante do exposto, podemos afirmar que a Vila Olímpica na produção do espaço urbano favoreceu a mobilidade através da sua conexão junto aos outros equipamentos urbanos: terminal urbano, UEM e como lugar atrativo para as práticas sociais. Tais características são influenciadas pelos equipamentos sociais que a compõem. A questão da centralidade diz respeito à constituição de lugares como ponto de acumulação e atração de fluxos, centro mental e social que se define pela reunião e pelo encontro (CARLOS, 2001).

Com esse dinamismo socioespacial, são criadas novas funções no espaço urbano, formando novas centralidades através da organização do espaço urbano e sua dinamicidade impulsionada pela iniciativa privada, pelo Estado e pela organização socioespacial. Com isso, a Vila Olímpica se articula hoje, na cidade de Maringá, após um longo período de transformações como uma nova centralidade e um ponto atrativo devido aos equipamentos que a compõem.

Neste contexto procuraremos discorrer no capítulo seguinte que, assim como a cidade de Maringá tem em sua história um cenário de transformações têmporo-espaciais, tanto na parte material, quanto na parte imaterial referente à cultura das pessoas, resultado de forças que atuam no passado ou no presente, construindo e reconstruindo o espaço urbano, portando, estruturando e reestruturando as formas para garantir contínua reprodução da sociedade, seja no lazer, esportes e cultura, articulações que dão novas formas ao espaço urbano. A ação do tempo se fez presente na materialidade do espaço, porém, sem a ação dos agentes produtores do espaço urbano, os equipamentos da Vila Olímpica não estariam dispostos da forma que estão.

Através desses pressupostos, procuraremos demonstrar com esse estudo a importância da Geografia Urbana em resgatar esse recorte espacial e procurar compreender esta dinâmica não só do concreto, mas também da organização social que está inserida na Vila Olímpica como objeto de estudo.



### **CAPÍTULO III**

#### **Os vários usos do solo na Vila Olímpica de Maringá**

### 3 Os vários usos do solo na Vila Olímpica de Maringá

Neste capítulo, descreveremos os vários usos do solo que formam uma organização espacial localizada na área central de Maringá, precisamente na área denominada zona 07 (**Mapa 1**). Este espaço em questão que antes pertencia à CMNP e posteriormente foi doado à Prefeitura de Maringá apresenta diversos equipamentos que formam o Complexo Esportivo Jaime Canet Júnior. Este complexo até 1992 era formado apenas pelo Estádio Willie Davids, o Ginásio Chico Neto e o prédio do Restaurante Popular. Com a implantação de novos equipamentos como o Ginásio Waldir Pinheiro, o velódromo, as piscinas, as quadras de areia e a pista de caminhada, ficou denominada Vila Olímpica de Maringá.

A partir da análise desses equipamentos e do seu uso poderemos compreender a dinâmica espacial que engloba essa área localizada na região central de Maringá que foi sendo transformada na medida em que foram ocorrendo as sucessões do poder executivo municipal. Pois cada equipamento pertencente a este complexo foi sendo implantado por um gestor, ou seja, a Vila Olímpica é uma combinação de elementos implantados em épocas distintas. Desta forma, este arranjo espacial foi se transformando de acordo com a conjuntura política, social e cultural da sociedade maringaense. “Arranjo espacial, organização espacial, estrutura espacial, estrutura territorial é o conjunto de objetos ou formas espaciais criados pelo homem ao longo da história” (CORRÊA, 2003).

Não obstante, este cenário que compõe a Vila Olímpica apresentou uma escala têmporo-espacial que remonta desde a década de 1945. Tal combinação, espaço/tempo se traduz pela evolução espacial que os elementos pertencentes a este lugar foram dinamizando. Dinâmicas, construções, transformações, reformas, produziram do ponto de vista espacial a morfologia presente que faz parte da dinâmica espacial que foi ocorrendo ao longo do tempo. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto resultante da história da humanidade, reproduzido ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias (CARLOS, 2011).

Portanto cabe à Geografia estudar essas formas que este espaço apresenta por isso se fez necessário estudar as transformações e as conjunturas do passado para entender o resultado do presente e enfatizar o espaço urbano aqui representado pela Vila Olímpica. Se por um lado a cidade nos parece estável por algum tempo, por outro lado está sempre em constante transformação, com isso possibilita planejar e organizar o

futuro através das imagens do passado e do presente. Com isso conseguimos empiricamente demonstrar a dinamicidade da evolução do espaço urbano na Vila Olímpica. Desse modo, para a realização desse trabalho, procuramos argumentos na reflexão de Corrêa (2003 p.07), que remete ao espaço urbano como:

Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. E por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados.

Diante desse pressuposto teórico descreveremos a seguir as marcas impressas nas formas espaciais do presente. Neste caso as marcas impressas se materializam pelos instrumentos construídos ao longo de meio século de história que transformaram este espaço urbano em questão neste complexo esportivo que se originou a partir da dinâmica espacial ocorrida nesta escala temporal. Segundo o geógrafo Milton Santos (1988, p.95):

(...) o que hoje aparece como resultado é também um processo, um resultado hoje também é um processo que amanhã vai se tornar uma outra situação... Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo.

Com base nesses argumentos encontramos inspiração para descrever o processo da formação deste espaço urbano. Desse modo, para compreendermos melhor o resultado deste processo de evolução urbana, se faz necessário partir da análise de todas as peças que constituem este espaço e seu dinamismo. Pois segundo Carlos, (2011, p.68):

A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata. Esta se realiza no cotidiano social e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico – revelando a dimensão do lugar como espaço – tempo da prática sócio-espacial.

Com isso faremos uma retrospectiva histórica de todos os instrumentos que compõem este complexo esportivo na busca de uma melhor compreensão da dinâmica espacial e social que ocorre neste espaço. Pois faz parte da ciência geográfica traçar essa linha evolutiva para explicar a dinamicidade do espaço urbano e dizer que a produção do espaço nunca esta completamente concluída e que possíveis transformações futuras fazem parte do processo.

### 3.1 Estádio Regional Willie Davids

Para compreendermos melhor a evolução deste espaço urbano denominado Vila Olímpica de Maringá, iniciaremos nossa abordagem pelo primeiro equipamento a ser instalado neste espaço geográfico. Portanto destacaremos em ordem cronológica a gênese deste complexo esportivo partindo de uma análise histórico-geográfica. O surgimento do Estádio Willie Davids iniciou em 1953 quando setenta e seis membros se reuniram na CMNP e entraram com mil cruzeiros cada um, com essa sociedade formada por funcionários da Companhia, que surgiu a idéia de construir o estádio (Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá – AGPHM, 2012). A área em questão onde está localizada o estádio pertencia a CMNP. Como o núcleo central denominado Maringá Velho ficava a alguns quilômetros, o local do estádio era uma mata fechada e precisava que fosse desmatada primeiro para formar o campo e construir as estruturas.

Com a formação desta sociedade composta por funcionários da CMNP que iniciou nos fins de semana e horários de folga o plantio da grama para o campo de futebol. Com a própria madeira da derrubada da mata construíram a arquibancada, três vestiários, uma cabine de rádio para transmissão dos jogos e toda a cerca que separava a arquibancada do campo era feita de madeira, mais precisamente de “balaústras”, estrutura de madeira feita com ripas pontiagudas. Tal ornamento era utilizado antes do uso do cimento e do concreto que formam os atuais muros que separam e protegem os terrenos urbanos. Com o advento da urbanização e da alvenaria e a escassez de madeira, este ornamento de madeira foi perdendo espaço restando apenas às lembranças dos que viveram nesta época.

Passado este período de implantação e adequação das estruturas que mesmo sendo modestas serviam como fonte de lazer e diversão para a comunidade. Pois na época não existia opções tão populares como o futebol, que além de ser um esporte popular era também a forma gratuita que o maringaense encontrava para se divertir. Após a realização de algumas “peladas” entre os próprios funcionários e convidados, tal feito já servia de treino para o time da Companhia, eis que no dia 12 de maio de 1957 ocorreu a inauguração oficial do campo, o jogo inaugural foi entre Melhoramentos Esporte Clube X Londrina Futebol Clube (AGPHM,2012). Nesta solenidade estava presente o então Prefeito Américo Dias Ferraz que deu o pontapé inicial, o placar do jogo assim terminou em 2 X 2 , agradando o time da casa e os visitantes.

Como citamos anteriormente a área em que foi instalada este equipamento pertencia a CMNP e em homenagem a um dos fundadores da Companhia foi denominado Estádio Regional Willie Davids. Em 1924, no início da colonização do Norte do Paraná, Willie Davids então prefeito de Cambará já se despontava com o loteamento de áreas rurais para a venda de “datas”. Tal procedimento inspirou Lord Lovat a formar a CTNP, foi Willie Davids quem influenciou o inglês que a compra e a venda de terras seria um bom negócio. Após o sucesso da colonização e a implantação do núcleo urbano de Londrina Davids é convocado para ser diretor técnico da Companhia de Terras Norte do Paraná em 22 de maio de 1932 (OSTERROHT 2007).

Dr. Willie Davids como era tratado, não por ser doutor e sim por respeito frente a posição social que exercia, exerceu o cargo de prefeito de Cambará e era diretor da Companhia. Com tal posição e grande proprietário de terras foi o pioneiro na criação de bois e o primeiro a construir um matadouro em Londrina (OSTERROHT 2007). Com influência política e prestígio social fez que Willie Davids fosse o primeiro prefeito eleito em Londrina de 1935 a 1940.

Sendo ele um grande pioneiro e um homem que colaborou na formação das principais cidades do norte do Paraná, entre elas Londrina e Maringá, ficou decidido que em sua homenagem o estádio municipal de Maringá passaria a se chamar Estádio Regional Willie Davids, regional porque receberia times de Londrina, Maringá e de cidades da região.

Em 1961 o WD foi entregue à prefeitura de Maringá na qual era administrada pelo Prefeito João Paulino Vieira Filho (Gestão 1960-1964). As principais estruturas concluídas por João Paulino foi a construção de 3 túneis que davam acesso ao vestiário e ao campo e também construiu a “geral” (REIS, 1996).

Nesta época já existia o GEM (Grêmio Esporte Maringá) que fez parte da inauguração dessas novas estruturas com um jogo contra o Comercial Cornélio Procópio. Neste dia o Sr. Cláudio Vilela e o Sr. Domingos Vanhoni soltaram um galo, surgindo assim o apelido que perdura até hoje, “Galo do Norte”, codinome utilizado pelos torcedores e narradores esportivos. Infelizmente o resultado do primeiro jogo do Galo foi de 0 X 1 para o Cornélio Procópio.

Como o nosso intuito era descrever a história do estádio WD, seria impossível não falar do Grêmio Maringá, por isso faremos um breve relato deste time maringaense que embalou multidões e até hoje traz saudades para o povo maringaense. Sua fundação ocorreu em 08/09/1961 (AGPHM,2012).

As partidas de futebol eram um dia especial para o povo maringaense, muitos carros, ambulantes, bateria de fogos de artifício e aquele mar de pessoas embaladas na torcida pelo time do coração. Os jogos eram sempre acompanhados de famoso radinho à pilha e do saboroso amendoim, era típico dos torcedores gremistas, assistirem ao jogo ouvindo a narração pelo rádio e saboreando o amendoim.

O GEM teve diversas fases a que convém recordar, pois a história deste clube remonta às diversas fases econômicas e políticas que ocorreram na Cidade Canção. Para isso recorremos a Andrade (1979, p.189):

Para nos descrever toda a nuance esportiva que envolveu e que envolve a “cidade canção” nada melhor do que o relato do senhor Antonio Paulo Pucca a respeito de tais acontecimentos:

“Precisamos estabelecer dois aspectos importantes e distintos: em Maringá houve dois Grêmios, o primeiro, Grêmio Esportivo Maringá que foi tri-campeão do norte, bi-campeão do Estado e o atual é o Grêmio de Esportes Maringá. São nomes diferentes, estatutos diferentes, razão social diferente, CGC diferente; é uma outra entidade. O Grêmio Esportivo Maringá foi fundado no dia 8 de setembro de 1961. O Grêmio de Esportes Maringá, na época denominado Esporte Clube Operário, teve sua fundação a 7 de setembro de 1959. São duas associações, portanto, completamente distintas. Uma foi transformada para substituir a outra. (...) A camisa do Grêmio é a mesma atual, preta e branca, a sigla, a mesma também, GEM. Com o passar do tempo o Grêmio sagrou-se campeão do norte do Paraná por três vezes seguidas (1963 – 1964 – 1965) e bi-campeão do Estado (1963 – 1964).

Com o apoio da torcida e com a infra-estrutura que o WD oferecia, com um gramado impecável, arquibancada e localizado em uma próspera região cafeeira e com estradas e rodovias que traziam pessoas de toda a região para assistir os clássicos que aqui ocorriam. Campeão do norte do Paraná por três vezes seguidas, o GEM despertou interesses de times internacionais que vieram jogar com ele aqui na cidade canção. Tais jogos são relatados por Andrade (1979, p.189):

(...) Com o passar do tempo o Grêmio começou a somar títulos estaduais, títulos regionais, vitórias internacionais, inclusive contra o *Rapid de Viena*, um time penta-campeão da Áustria. Foi esse o primeiro grande amistoso internacional do Grêmio, o qual saiu vencedor por 4x3 e cuja partida realizou-se no estádio regional Willy Davids de nossa cidade. Depois do *Rapid de Viena* o Grêmio Esportivo de Maringá jogou contra a seleção da União Soviética, integrada por jogadores famosos como Yashin e Metreveli, vencendo também esta seleção por 3x2.

(...) Além dessas partidas o Grêmio jogou contra seleção Bulgária, seleção da Romênia, Guarany de Assunção (Paraguai) entre os amistosos internacionais. Quanto aos nacionais o Grêmio jogou com quase todos os clubes do Brasil, entre eles, o Santos, Palmeiras, São Paulo, Vasco da Gama, Bonsucesso, América do Rio de Janeiro, Corinthians Paulista, etc.



Porém, para manter essas viagens, hospedagens, salário da equipe técnica e jogadores e várias outras despesas tudo isto demandava uma certa quantia de dinheiro para cobrir esses gastos. Como à época os patrocínios não eram tão expressivos como atualmente, e as despesas eram maiores que as receitas, restando apenas o dinheiro provindo da arrecadação das bilheterias, o GEM foi se endividando e nos relatos de Andrade (1979, p.189):

(...) As dívidas foram se acumulando, principalmente as de ordem fiscal, como o Instituto Nacional de Previdência Social; o INPS foi aumentando, as autuações a ocorrer e depois destas, juros e correção monetária. A dívida hoje existe no INPS e deve passar da casa de quatro milhões de cruzeiros.  
(...) Então o grêmio em função dessas dívidas acabou paralisando suas atividades, pois naquela época era difícil dirigir uma agremiação esportiva.

Após várias fases e paralisações de suas atividades o Grêmio de Maringá que já teve várias sociedades com CNPJ distintos: Grêmio Esportivo Maringá, Grêmio de Esportes Maringá, Maringá Esporte Clube – MEC. Atualmente tenta retornar ao cenário futebolístico com o nome de Grêmio Metropolitano. Portanto, o GEM que outrora embalou multidões, hoje não desperta mais o fascínio que atraía os torcedores para o WD para assistirem seus jogos. Dessa forma, a história do GEM se confunde com a do Estádio Willie Davids sendo de grande relevância constar neste trabalho um breve relato da trajetória deste time que muito utilizou este estádio somando vitórias e derrotas, trazendo alegrias e tristezas para o povo maringaense.

Desde a sua inauguração ocorrida em 12 de maio de 1957 o WD passou por várias transformações, a primeira foi a instalação de refletores para iluminação dos jogos, que até então só eram realizados durante o dia. Tal feito ocorreu em 14/04/1967 e juntamente com os refletores, ocorreu a inauguração de uma pequena arquibancada de madeira (REIS, 1996). Neste dia o GEM jogou contra o Coritiba Futebol Clube o resultado foi 1X3, não foi um dia feliz para os gremistas. Para ocorrer esta melhoria no WD, os refletores e a arquibancada de madeira foi gasto dinheiro dos cofres públicos na gestão do Prefeito Luiz Moreira de Carvalho.

Somente em 1973 que o WD sofreria novas adaptações com novas arquibancadas, vestiários, túneis e o fosso que separaria o campo da torcida. Tais modificações tiveram início com o Prefeito Adriano José Valente em 1973 e só foram concluídas em 1975 na gestão de Silvio Magalhães Barros. Para inaugurar essas benfeitorias ocorreu uma partida noturna entre o GEM e o Santos de Pelé e companhia (AGPHM, 2012).

Com o bom momento que o futebol maringaense atravessava e a situação política e econômica de Maringá, o estádio foi sendo privilegiado por novas transformações que traziam conforto e atraíam cada vez mais torcedores para prestigiar as partidas que eram sediadas no WD. Em 1976, também na gestão do Prefeito Silvio Magalhães Barros o WD ganhou as arquibancadas cobertas, cadeiras numeradas, cabines de rádio e televisão (AGPHM, 2012). Novamente estas novas adaptações seriam inauguradas com uma partida de futebol entre o GEM e Curitiba com o placar de 1X0. Com este jogo o WD teve um público de 32.600 pagantes que aprovaram as novas estruturas. Tais modificações seguiram o projeto de arquiteto curitibano Jaime Lerner que anos mais tarde se tornaria governador do Paraná.

Entre os anos de 1980 a 1990 além dos tradicionais jogos que aconteciam no WD outros usos foram sendo dinamizados por este espaço público. Seguindo influências européias e americanas o estádio também foi sendo palco de shows e apresentações que atraíram grande número de público ao WD. Entre as que tiveram grande destaque foi a Turma do Balão Mágico, Os Trapalhões, a apresentadora Xuxa, Sandy e Júnior, Chitãozinho e Chororó e várias outras apresentações que utilizaram o WD (**Figura 27**).



**Figura 27:** Estádio Regional Willie Davids, 2012. Foto: Silvio Torrecilha, 2012.

Após várias transformações e que ainda estão em andamento o WD teve que se adequar ao Estatuto do Torcedor que regulamentou a capacidade dos torcedores em seu interior. Antes dessas normas existia a “geral”, espaço onde os torcedores assistiam aos jogos em pé. Antes desta regulamentação a capacidade era de 24.000 torcedores, hoje o máximo permitido é de 20.000 torcedores (SESP). Com a reforma da arquibancada foi feito um aterro que encobriu essa geral e ampliou o perímetro do campo para construir a pista de atletismo (**Figura 28**) oficial com 400 metros de extensão, que também conta com arremesso de peso, salto a distância e triplo e salto com vara. Com esta pista emborrachada, Maringá pode sediar competições nacionais e internacionais pelo deste equipamento atender as determinações oficiais.



**Figura 28:** Pista de Atletismo no interior do WD. Fonte: SESP, 2011.

O Estádio Regional Willie Davids está inserido na Vila Olímpica de Maringá localizado na Avenida Prudente de Moraes comporta 20.000 pessoas, sendo que 16.000 nas arquibancadas de concreto e 4.000 nas cadeiras (**Figura 29**).



**Figura 29:** Arquibancadas e cadeiras do Willie Davids. Fonte: SESP, 2011.

Como pudemos observar o Estádio Regional Willie Davids com mais de 50 anos de história é referência regional e nacional com sua infra-estrutura, bom gramado, acomodações para torcedores, imprensa, times visitantes e shows artísticos. No campeonato brasileiro de 2005, sediou jogos importantes, pois o estádio de Curitiba estava em reformas e os jogos foram transferidos para o WD. Times como São Paulo, Palmeiras, Corinthians e o Santos pisaram neste gramado. Jogos que marcaram época como o jogo ente era Santos e Paraná Clube, as arquibancadas estavam lotadas (**Figura 30**). Pois era despedida do jogador Robinho, que tinha assinado contrato como o Real Madrid e sua última partida pelo Santos foi aqui em Maringá.





**Figura 30:** Jogo do Santos X Paraná, Agosto de 2005.  
Foto:Silvio Torrecilha.

Assim como passei por vários momentos descontraídos neste estádio de futebol, milhares de paranaenses, maringaenses e torcedores de outras regiões guardam lembranças de Maringá quando o WD era uma arena onde só os mais fortes saíam campeões. Quem não se lembra daqueles 3 X 0 quando o Cianorte Futebol Clube derrotou o Corinthians pelo Campeonato Brasileiro. Foi uma vitória do Cianorte e também do Paraná, pois um time pobre, do interior, derrotar um time de São Paulo com toda aquela infra-estrutura e ver o Corinthians perder aqui em Maringá no WD foi uma grande alegria para o povo de Cianorte, Maringá e região. Tal jogo atraiu milhares de torcedores para o WD, pois jogo como este seria difícil de ver em outra oportunidade.

Conseguimos através desta análise histórico-geográfica e futebolística contar um pouco da trajetória deste equipamento que é referência para Maringá. O Estádio Regional Willie Davids com mais de 50 anos de existência, traz em sua história um cenário de transformações, reformas, mudanças que evoluíram com o tempo e faz do WD um estádio moderno (**Figura 31**).



**Figura 31:** Estádio Willie Davids, 2011. Fonte: SESP.

Através desta trajetória, observa-se que este equipamento se confunde com a história de Maringá, pois a gênese deste estádio iniciou-se com um modesto campo que pertencia a CMNP. Portanto, assim como a cidade foi evoluindo, o singelo campo foi agregando uma materialidade que foi dando forma ao Estádio Willie Davids. Claro que conforme citado anteriormente, essa materialidade só foi possível com o apoio do executivo maringaense e do comprometimento da comunidade em prestigiar este equipamento que traz boas recordações.

E como o espaço urbano é dinâmico, este equipamento continua se transformando. Já iniciaram as obras em julho de 2012 para a construção de um pórtico, novas escadarias, sanitários, praça de atendimento e alimentação, novos muros e grades externas, acessibilidade e paisagismo (**Figura 32**). Tais melhorias visam os jogos mundiais que estão para acontecer em 2014 e 2016 onde o WD pode servir de base para treinamento para alguma seleção estrangeira. Nota-se que o estudo geográfico da evolução do espaço urbano é infinito, pois o espaço está em constante transformação, fato esse observado empiricamente no Estádio Regional Willie Davids.



**Figura 32:** Novo pórtico sendo construído no WD, que abrigará praça de alimentação e sanitários.  
Foto: Silvio Torrecilha, 2012.

### 3.2 Ginásio de Esportes Chico Netto.

Seguindo a cronologia dos equipamentos que formam a Vila Olímpica de Maringá, resgataremos o uso do solo deste equipamento que foi o segundo a ser construído no interior deste complexo esportivo. Trata-se do Ginásio de Esportes Francisco Bueno Netto, popularmente conhecido como Ginásio Chico Netto. Este equipamento foi construído na década de 1970 pelo então prefeito Sr. Silvio Magalhães Barros e projetado pelo arquiteto Jaime Lerner. Em entrevista concedida pela esposa de Silvio M. Barros (in memoriam), Dona Barbara Kanyo Benedek (Barros) que após a morte de seu esposo casou-se novamente com o Dr. Kanyo que também já faleceu, ela nos conta que:

O Silvio queria homenagear um atleta que merecesse esse reconhecimento para dar seu nome ao ginásio. Para isso viajou ao Rio de Janeiro para verificar quem era o expoente do futebol no Brasil. Sugeriram então o Chico Netto que por coincidência era tio de sua esposa. (D. Bárbara, 2012).

Francisco Bueno Netto era tio de D. Bárbara e também um grande esportista e artilheiro que atuava no time do Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Nasceu em Mogi Mirim, Estado de São Paulo em 21 de novembro de 1892, faleceu em Maringá em

18 de junho de 1959. Seus restos mortais estão alocados no jazigo da família Barros, juntamente com o falecido prefeito Silvio Magalhães Barros.

Chico Netto foi um grande expoente do esporte amador, reconhecido como o maior lateral da época pela crônica especializada, era um jogador dotado de grandes qualidades técnicas. Foi Tri-Campeão nos anos de 1917, 1918, 1929, defendendo a equipe do Fluminense Futebol Clube e integrou a Seleção Brasileira em competições internacionais (SESP, 2012). Além de suas qualidades futebolísticas, Chico Netto era formado em Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em Minas Gerais. Com todas essas qualidades e por coincidência da procura do prefeito Silvio Magalhães Barros, que foi dado o nome a este equipamento de Ginásio Francisco Bueno Netto, o Chico Netto.

A inauguração deste ginásio ocorreu em 1976 na administração do prefeito Silvio Magalhães Barros. Este espaço em questão conta com quadra poliesportiva, piso emborrachado, três vestiários, sala de reuniões, sanitários, departamento médico, almoxarifado e arquibancadas. Sua capacidade era para 7.000 pessoas com as reformas e colocação de cadeiras esse número caiu para 4.500 pessoas.

Assim como o Estádio Willie Davids, o Ginásio Chico Netto (**Figura 33**) passou por diversas reformas para assegurar a segurança e o conforto de seus usuários. Este equipamento em questão já foi palco de grandes apresentações artísticas nos anos de 1970 a 1990, quando Maringá não contava com outros espaços para essas apresentações. Por esse ginásio já passaram bandas como a Legião Urbana do saudoso Renato Russo, Capital Inicial, RPM, Biquíni Cavado, Blitz, Baby Consuelo e Pepeu Gomes e o Maluco Beleza Raul Seixas entre outros artistas de renome nacional prestigiaram e atraíram grande público para o Chico Netto.





**Figura 33:** Ginásio Chico Netto. Fonte: SESP, 2010.

Outra função deste espaço foi a de acolher as colações de grau da Universidade Estadual de Maringá. Todos os anos milhares de formandos, familiares e autoridades passam pelo Chico Netto para participarem das solenidades de colação de grau. É um momento ímpar na vida dos universitários que alcançam mais um degrau na escalada evolutiva do conhecimento e do aprimoramento profissional. Aproveitando a oportunidade, gostaria de ressaltar que também tivemos o orgulho de participar da colação de grau da Turma de Geografia em 2008, tivemos como paraninfa a inesquecível Zilda Arns, (**Figura 34**), médica e sanitarista, coordenadora da Pastoral da Criança que desencarnou ajudando os desabrigados no Haiti. Quando em um terremoto uma viga de concreto caiu sobre ela dentro de uma igreja em Janeiro de 2010. Foi uma perda para o Brasil e para o mundo. Naquela ocasião, em que ocorreu nossa colação de grau, 1.698 formandos receberam o certificado de conclusão de curso (UEM, 2010).



**Figura 34:** Zilda Arns, paraninfa da Turma de Geografia- 2007.  
Fonte: UEM.

Também tivemos a honra de assistir várias palestras de Divaldo Pereira Franco, que com sua simplicidade e conhecimento a respeito da doutrina espírita e da imortalidade da alma atraiu grande número de simpatizantes de Maringá e também de outras cidades. Este propagador do Espiritismo que já psicografou centenas de livros, traduzidos em vários idiomas, também palestrou em várias partes do mundo, pelo Chico Netto também deixou suas mensagens de paz, respeito e amor ao próximo.

Claro que o uso principal deste espaço é voltado para o esporte, destacando o futebol de salão, basquetebol, handebol, vôlei e também o xadrez que está inserido em suas dependências, com o nome de Clube do Xadrez. No quesito de esportes o Chico Netto é referência nos campeonatos dos Jogos Abertos do Paraná, partidas nacionais e também internacionais. Pois já tivemos partidas de vôlei entre a seleção do Brasil contra a seleção dos Estados Unidos. Campeonato brasileiro de handebol, vôlei e também jogos amistosos onde tivemos a presença do time de salão do Santos com a presença do artilheiro Falcão.

De 2008 a 2010 o Ginásio Chico Netto ficou fechado para reformas, troca do piso das quadras, colocação das cadeiras, climatização, pinturas, etc. Por motivos burocráticos das licitações essas adequações demoraram além do prazo determinado. Os gastos destas reformas foram do município na pessoa do Prefeito Silvio Magalhães Barros II e do governo federal. Tais reformas eram imprescindíveis para o bom funcionamento deste equipamento que apresentava infiltrações em sua cobertura e

irregularidades no piso da quadra. Esta reforma custou 1.703.705,78 reais dos cofres públicos (**Figura 35**).



**Figura 35:** Custo da Reforma do Ginásio Chico Netto. Foto: Silvio Torrecilha, 2010.

Claro que a atuação do Estado, como foi dito anteriormente, é necessária para a conclusão destas obras, através dos recursos financeiros que são disponibilizados. Neste quesito o planejamento do espaço territorial e a organização do mesmo espaço devem constituir obrigação do Estado, porque é de responsabilidade do Estado fornecer recursos para que haja uma melhor distribuição dos equipamentos básicos que compõem o pilar da sociedade, que são a educação, a segurança e a saúde. É com esta obrigatoriedade que o Estado deve dar a sua contrapartida para responder aos anseios da sociedade visando melhorias para o Ginásio Chico Netto. Neste contexto Mendes (1992, p.30) enfatiza que:

A cada novo momento da organização social, a ação do Estado se faz fundamentalmente pelo estabelecimento de políticas que visam a formulação de instrumentos de controle social, a fim de garantir tanto a ordem social como também regular e reduzir a importância dos conflitos sociais.

É necessário que haja esses equipamentos para garantir um pouco de qualidade de vida para as crianças, jovens e adultos que necessitam deste espaço para assistir um espetáculo, um bom jogo de futebol de salão, um bom jogo de vôlei, enfim várias atividades que melhorem a qualidade física e mental da população. Neste quesito, o Chico Netto contribui no treinamento dos jovens e adultos que compõem os times que disputam os mais variados torneios, sejam eles escolares, regionais, nacionais e internacionais. E também traz bem estar aos torcedores em saber que existe um espaço coberto, limpo, com segurança que possa lhe proporcionar momentos de desconcentração para o torcedor e sua família. Uma das grandes aquisições deste ginásio foi a instalação de aparelhos para a climatização (**Figura 36**). Dessa forma o usuário deste espaço não seria mais incomodado pela sensação de calor que fazia no interior do ginásio.



**Figura 36:** Climatização no Chico Netto. Foto: Silvio Torrecilha, 2010.

O valor gasto com este equipamento de climatização foi de R\$ 558.201,00 (**Figura 37**) que teve a participação do governo municipal Silvio Magalhães Barros II e recursos do governo federal.





**Figura 37:** Custo da Climatização no Ginásio de Esporte Chico Netto, 2012.  
Foto: Silvio Torrecilha.

Este equipamento público no qual descrevemos é muito útil para na constituição deste espaço urbano, pois traz prazer e conforto e possibilita a realização de um conjunto de atividades que a sociedade possa desenvolver, participar ou assistir. Porém, cabe ressaltar que as reformas e aquisições que o Chico Netto conquistou ao longo destes 36 anos de atividades dependeu de vários fatores para o seu desenvolvimento e organização. Tal evolução e organização deste equipamento obedeceu a três níveis hierárquicos (municipal, estadual e federal) (**Figura 38**). Representando o governo municipal a direita da foto o Prefeito Silvio Magalhães Barros II, seguido do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, do Ministro do Esporte Orlando Silva, da Secretária Municipal de Esportes Edith Dias e do Governador do Estado do Paraná Orlando Pessutti. Com isso percebemos a atuação do estado neste espaço público na materialidade do Ginásio de Esportes Chico Netto. O estado assim como os agentes privados também atuam como produtor do espaço urbano, através do trabalho materializado (CORRÊA, 1999).



**Figura 38:**Três poderes: Municipal, Estadual e Federal.  
Fonte: O Diário, 2011.

Através de pesquisas e levantamentos bibliográficos junto a Secretaria de Esportes e Lazer de Maringá, Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá, entrevista a Dona Barbara Barros e pesquisa *in lócus*, conseguimos descrever o uso potencial deste equipamento urbano que compõem o complexo esportivo da Vila Olímpica de Maringá. O Ginásio Francisco Bueno Netto traz consigo uma trajetória de 36 anos de dinâmica social, econômica e política que faz deste espaço público uma testemunha das transformações urbanas que ocorreram na cidade de Maringá. Tal equipamento serve de referência, não só pela sua arquitetura, mas também pela sua representatividade. Ou seja, o Chico Netto é um lugar de realização da vida do povo maringaense ele participa do cotidiano das pessoas e traz recordações de momentos únicos do passado. Por isso este estudo se torna relevante quanto à função que este espaço público desempenha junto a comunidade, seja ela acadêmica, esportiva, torcedores, jovens e adultos. Este é o Chico Netto palco de muitas alegrias e recordações e de lembranças que marcaram o passado que estão inscritas no presente.

### 3.3 Restaurante Popular de Maringá

O Restaurante Popular foi inaugurado em 13 de agosto de 2010 com recursos federais e municipais, o prédio em questão que se localiza na Av. Lauro Werneck nº 500 no interior do complexo da Vila Olímpica já teve outras finalidades no passado. Na gestão do prefeito Ricardo Barros (1989 a 1992) este equipamento foi construído com o propósito de ser a Central de Merendas (REIS, 1996). Foi inaugurada em 09 de novembro de 1991, sua função era o preparo e a distribuição da merenda servida nas escolas municipais de Maringá. Com o fim da administração de Ricardo Barros, o prefeito que assumiu, por retaliação desativou a Central de Merendas e doou este prédio para a Delegacia de Polícia Federal que exerceu suas funções de 1995 a setembro de 2002. Com a saída da polícia federal após a inauguração do novo prédio da delegacia no Jardim São Silvestre novamente voltou a ser ocupado pelo poder municipal com a instalação da Secretaria de Esportes e Lazer de Maringá e posteriormente o restaurante popular. Nesta edificação, além do Restaurante Popular, funciona também a Secretaria de Esportes e o alojamento de atletas de Maringá e região que são abrigados nestas instalações que aproveitam e fazem suas refeições no restaurante. Este alojamento é composto por 20 unidades que acomodam 4 pessoas, totalizando 80 atletas.

Após essa breve retrospectiva das funções desempenhadas por este equipamento em épocas distintas, o Restaurante Popular que está inserido no interior da Vila Olímpica de Maringá, este instrumento urbano tem uma importante função dentro da comunidade, alimentar de preferência pessoas de renda mais baixa e garantir uma refeição diária com preço acessível para esta parcela da população que não teria acesso a uma boa refeição com um preço simbólico.

O restaurante popular assim como os demais equipamentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá funciona com recursos federais e municipais. Este projeto implantado pelo Governo Federal em várias cidades brasileiras vem preencher esta lacuna que antes havia em Maringá. O restaurante foi implantado por meio de um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) que tem sua sede em Curitiba que em parceria com a Prefeitura do Município de Maringá administra o restaurante. Em Maringá, o restaurante é administrado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). Para o funcionamento do Restaurante Popular (**Figura 40**) as refeições servidas têm um custo de R\$ 3,58, sendo R\$ 2,08 subsidiados pela prefeitura e R\$ 1,50 pagos pelo usuário.



**Figura 39:** Restaurante Popular, Av. Lauro Werneck 500.  
Foto: Silvio Torrecilha (2012).

Atraídos principalmente pelo preço e pela qualidade das refeições servidas no RP, isto faz com que este espaço em questão seja freqüentado por trabalhadores da região central, principalmente que trabalham na construção civil. Observa-se a presença de muitos idosos, por não pagarem a passagem de ônibus e o preço do almoço ser mais acessível se comparado com outros restaurantes no centro da cidade ou nos bairros. Claro que isso se deve ao principal objetivo deste equipamento público, que é fornecer alimentação às pessoas com menos condições de pagar uma refeição em um restaurante particular ou até mesmo fazer compras no supermercado. Tal função permite a presença de vários usuários diariamente em busca de uma refeição balanceada e com menor preço (**Figura 40**).





**Figura 40:** Usuários do restaurante popular. Foto: Silvio Torrecilha (2012).

O horário de funcionamento do RP ocorre de segunda a sexta-feira das 11:00 as 14:00, para que ocorra o bom atendimento das pessoas que diariamente passam por este local são necessários 18 funcionários (**Figura 41**) que trabalham para servir 1000 refeições diárias (SASC, 2012).



**Figura 41:** Funcionários do RP servindo almoço. Foto: Silvio Torrecilha, 2012

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), em 2011 foram servidos 231.877 refeições. Tal constatação revela a importância de manter este espaço que atende milhares de pessoas/ano com uma refeição balanceada de 1300 Kcal composta por guarnição, arroz, feijão, sobremesa (**Figura 42**).



**Figura 42:** Refeição servida no RP. Foto: Silvio Torrecilha, 2012.

A importância deste equipamento situado no Complexo Esportivo da Vila Olímpica de Maringá diz respeito à centralidade que este espaço representa. Próximo ao terminal urbano e a Universidade Estadual de Maringá, o restaurante popular congrega desde pessoas de localidades distantes, catadores de recicláveis e também estudantes universitários do campus da UEM. Isto mostra a capacidade do uso deste espaço urbano que tem como finalidade servir uma refeição descente aos seus usuários. Com isso, desde a sua inauguração em 13/08/2010 o Restaurante Popular vem desempenhando uma função social que faz deste espaço uma referência no atendimento à comunidade maringaense.

### **3.4 Ginásio de Esporte Waldir Pinheiro, Quadras de areia e Quadras Multiusos.**

O Ginásio de Esporte Waldir Pinheiro é o quarto equipamento a ser construído na Vila Olímpica de Maringá, situado na Av. Demétrio Ribeiro. Sua construção iniciou-se na gestão de Ricardo Barros (1989 a 1992), sendo que a mesma ficou parada por vários anos por falta de recursos. Porém após sua inauguração em 2002 este espaço vem sendo utilizado para vários fins, onde os jovens e a comunidade maringaense usufruem deste espaço para treinos e jogos de várias modalidades: basquetebol, handebol, futsal, ginástica rítmica e também cultos religiosos da Igreja “Só o Senhor é Deus” que anualmente no mês de abril, precisamente na semana santa reúne milhares de fiéis no interior e adjacências deste espaço que comporta em seu interior 2.500 pessoas sentadas.

O Ginásio de Esportes Waldir Pinheiro recebeu esse nome em homenagem a um jornalista esportivo muito conhecido e competente que atuou em rádios, jornais, devido a sua profissão ele acompanhava e comentava os jogos do Grêmio Esporte Maringá. Trata-se de Waldir Pinheiro Pinto jornalista e comentarista esportivo que participou da história do esporte maringaense e principalmente da história do Estádio Willie Davids, local onde trabalhou por muitos anos comentando os jogos que ocorriam em Maringá. Além de ser comentarista esportivo mantinha diariamente uma coluna chamada “De olho em Tudo” no “O Jornal” de propriedade de Verdelírio Barbosa.

Conseguimos com a ajuda de Verdelírio Barbosa contatar a família de Waldir Pinheiro, em entrevista com sua irmã (E.A.S) ficamos conhecendo um pouco mais sobre este jornalista, radialista, comentarista que fez história na imprensa esportiva maringaense. Filho de José Pinheiro Pinto e Rosa Pireti Pinto fazia parte de uma família de quatro irmãos. Nascido em 21/12/1948, “Dinho” como era chamado em casa, chegou em Maringá com 12 anos de idade, começou a trabalhar como entregador de jornal aos 14 anos de idade em cima de uma bicicleta cargueira. O primeiro emprego foi no Jornal Folha do Norte, de propriedade de Dom Jaime, bispo de Maringá.

Quando terminava suas entregas ficava dentro do jornal ora lendo, ora ajudando na impressão e também auxiliando o linotipista que formava a placa mestra que iria para impressão. Também auxiliava o editor de esportes gravando os jogos que passavam na televisão para posteriormente preencher as fichas técnica com o resultado dos jogos, escalação e fatos curiosos que ocorriam nas partidas. Não tinha curso de datilografia, seu trabalho era digitar essas informações na máquina de datilografar *Remington*, nesta hora utilizava apenas os dedos indicadores, o popular “catar milho”.

Durante toda a sua vida, Waldir Pinheiro foi ligado à imprensa. Depois da Folha do Norte trabalhou no O Jornal de Maringá, O Diário, rádios Cultura, Difusora e Atalaia e Jornal do Povo. Em uma de suas viagens para comentar um jogo do Grêmio em Anápolis (GO), Waldir sofreu um acidente de carro na qual lhe causou graves seqüelas, principalmente em uma de suas pernas que lhe causou uma forte infecção. Mas mesmo impossibilitado continuava com seu trabalho e mesmo acamado e “catando milho” não fugia de suas obrigações.

Este apaixonado por futebol e corinthiano de coração chegou a ser editor esportivo e um dos sócios do Jornal “O Diário”, onde trabalhou junto com Franklin Silva outros companheiros de renome como Tata Cabral, Paulo Pucca e Ary Bueno de Godoy. Entre seus companheiros era chamado pelo codinome de “Mugui”, alguma brincadeira da época em que trabalhava na imprensa maringaense. Era um dos repórteres mais queridos no meio esportivo, principalmente pelos gremistas. Em uma de suas trajetórias como repórter esportivo chegou a entrevistar o Rei Pelé que por Maringá passou para jogar contra o Grêmio no Willie Davids.

Após o acidente e com a saúde debilitada depois de várias cirurgias, Waldir sentiu-se um pouco abandonado pelos colegas de imprensa. Segundo consta, no acidente que sofreu em Goiás ele havia perdido a carteira de trabalho com isso dificultou sua aposentadoria. Somente com a ajuda de seu ex – patrão Verdelírio Barbosa que ele conseguiu se aposentar. Seu falecimento ocorreu em 29/12/2000, com 52 anos de idade, deixando esposa e três filhos. Esta foi a trajetória de um dos mais competentes e respeitados jornalistas esportivo que passou por Maringá e que em sua homenagem foi nomeado um dos equipamentos que faz parte da Vila Olímpica de Maringá.

O Ginásio de Esportes Waldir Pinheiro, como já foi dito, teve sua construção iniciada na gestão de Ricardo Barros (1989 a 1992) e inaugurada em 2002 no governo petista de João Ivo Caleffi. Como é de costume político em várias cidades brasileiras os espaços públicos são pintados de acordo com as cores da campanha do prefeito eleito. Observa-se na (**Figura 43**) as cores amarela e vermelha que simbolizavam a gestão da época, neste caso localizado a esquerda da fotografia o Ginásio Waldir Pinheiro.



**Figura 43:** Ginásio Waldir Pinheiro, gestão petista. Foto: Silvio Torrecilha (2006).

Com a eleição de Silvio Magalhães Barros II para prefeito de Maringá (2004 a 2008, 2008 a 2012) este ginásio (**Figura 44**) passou por novas mudanças, a começar com a nova pintura, verde e bege, marca padrão da gestão atual e por lei das futuras também. Essa cor é padrão da cidade de Maringá e por força de lei não pode ser mudada.



**Figura 44:** Ginásio Waldir Pinheiro, gestão Silvio Barros. Foto: Silvio Torrecilha, 2010



Isto mostra que mesmo sendo um ginásio de porte pequeno se comparado com o Willie Davids, este equipamento em questão passou por quatro gestões até ser concluído na gestão de Silvio Barros II. Tal fato demonstra que, por motivos políticos o gestor atual reluta em concluir uma obra iniciada por seu antecessor, mesmo que essa obra trará benefícios para a comunidade. Apesar dos anos perdidos e da ociosidade que este equipamento sofreu, hoje ele conta com 3 quadras de piso sintético que possibilita o treino e competições de jogos escolares e jogos regionais. Com isto, o Ginásio Waldir Pinheiro vem contribuir com a prática esportiva que antes sobrecarregava o Chico Netto.

Este espaço fortalece o esporte maringaense, pois oferece condições para a realização de jogos de futebol de salão em campeonatos escolares e também amistosos. O futebol de salão (**Figura 45**) convida especialmente aos jovens a exercitarem o esporte, a competitividade e principalmente o trabalho em equipe. Esta modalidade em questão utiliza o Ginásio Waldir Pinheiro tanto com competições masculina e feminina.



**Figura 45:** Jogo de Futsal no Ginásio Waldir Pinheiro. Fonte: SESP, 2011.

Outra modalidade que utiliza deste equipamento é o vôlei, praticado por equipes do sexo feminino e masculino. Este esporte vem somar o preparo físico, o trabalho em equipe, momentos de lazer e descontração e a busca da boa forma. O voleibol, assim como o basquetebol são modalidades marcantes que utilizam deste espaço público. Sendo que o horário pode ser agendado por equipes mistas, escolar e pessoas da

comunidade que queiram jogar, treinar ou praticar essas modalidades. Com isto o Waldir Pinheiro vem contribuir, dando oportunidade e mais essa opção de localidade para a prática esportiva e o voleibol (**Figura 46**) se faz presente no que tange ao uso deste ginásio que tem como finalidade abrigar jovens e adultos que buscam iniciar, praticar e competir em uma dessas modalidades.



**Figura 46:** Jogo de Vôlei no Ginásio Waldir Pinheiro. Fonte: SESP, 2011.

Além dessas modalidades tradicionais como o vôlei, futsal e o basquetebol, o ginásio em questão é utilizado como centro de treinamento e apresentações de ginástica rítmica (**Figura 47**). Este esporte em questão não tem muita publicidade como os demais citados, porém torna-se importante no preparo físico das meninas e quem sabe Maringá possa descobrir alguma ginasta para as futuras Olimpíadas.



**Figura 47:** Ginástica Olímpica no Ginásio Waldir Pinheiro. Fonte: SESP, 2011.

Sendo assim, concluímos que este equipamento em questão, o Ginásio Waldir Pinheiro desempenha, assim como os demais componentes da Vila Olímpica de Maringá uma forte contribuição como espaço público voltado para a prática de esportes. Tal ginásio vem somar junto com o Estádio Willie Davids e o Ginásio Chico Netto, sendo mais uma opção aos jovens maringaenses. Assim como os demais instrumentos, o Ginásio Waldir Pinheiro dependeu da atuação do estado para o seu amplo funcionamento e observamos empiricamente que este espaço é bem utilizado e que devemos ter mais lugares como este para tirar os jovens das ruas, pois, assim como a educação o esporte é mais um aliado para o bom desenvolvimento e encaminhamento do jovem maringaense.

Finalizando os equipamentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá encontramos as quadras de areia e as quadras multiusos, ambas situadas no interior do complexo esportivo. As quadras de areia são formadas por 4 quadras que podem ser utilizadas pela comunidade em geral, após um prévio agendamento. Além disso este espaço também funciona como escolinha de vôlei de praia para jovens e adolescentes. Mas o seu principal uso fica a cargo da Seleção de Vôlei de Praia de Maringá, local este onde são realizados os treinos oficiais para um melhor condicionamento físico dos atletas que competem em nível nacional na modalidade de vôlei de praia. Em virtude da



infra-estrutura que este local oferece, as quadras de areia da Vila Olímpica servem de base para treinamento de várias equipes da Região Sul do Brasil (SESP). Estas quadras oferecem iluminação e drenagem, o que possibilita um maior aproveitamento nos treinos e no aprendizado de forma geral. Com isso este equipamento colabora para o desenvolvimento físico dos jovens e adultos e possibilita aos atletas maringenses competir no mesmo nível com equipes do litoral, pois como sabemos, Maringá não tem praia.

As quadras multiusos são utilizadas pela comunidade em geral, não há restrições. É permitido andar de skate, patins, bicicleta, passear com o cachorro, jogar bola, enfim uma série de atividades que servem para a família maringense utilizar este espaço de segunda a domingo. Isto faz deste espaço um lugar descontraído que proporciona alegria e diversão, ou seja, um espaço público onde os munícipes utilizam conforme suas afinidades. A quadra multiuso (**Figura 48**) é um desses lugares onde a democracia e o bem estar andam juntos, onde o sol é para todos e com isto é um dos lugares opcionais para passear com a família principalmente nos fins de semana.



**Figura 48:** Quadras Multiusos no interior da Vila Olímpica. Fonte: SESP, 2010.

### 3.5 Piscinas e Velódromo.

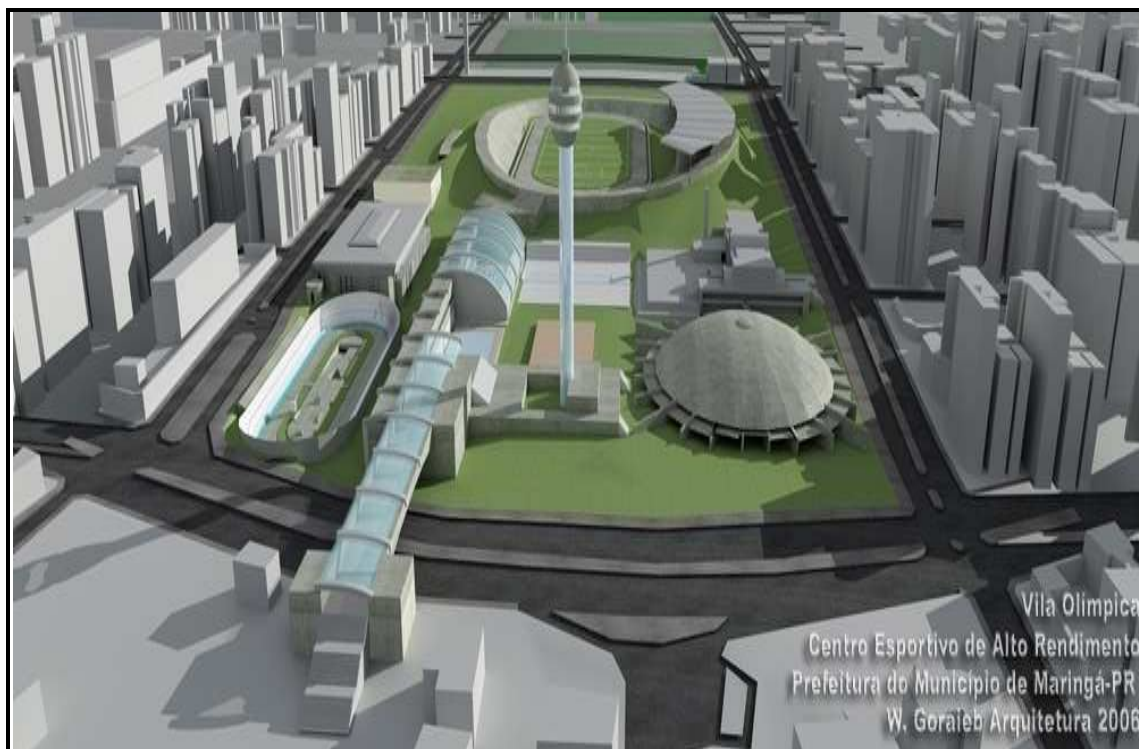
Estes equipamentos em questão são os mais recentes componentes deste complexo esportivo. Foram construídos na gestão do prefeito Silvio Magalhães Barros II (2004 a 2008). Assim como os demais equipamentos que compõem a Vila Olímpica, estes foram erguidos com recursos federais e municipais. As duas piscinas que fazem parte deste complexo têm dimensões oficiais que atendem aos padrões internacionais de competições nacionais e internacionais. Trata-se de uma piscina olímpica de 25 metros de largura por 50 metros de comprimento e 2,20 m de profundidade no raso e 2,50 no fundo (SESP, 2011). A outra é uma semi-olímpica, um pouco menor que a primeira mede 12,5m de largura por 25 m de comprimento. Estes equipamentos foram ganhando materialidade desde a escavação do terreno até completar o nível da água (**Figura 40**).



**Figura 49:** Construção das piscinas olímpicas, de 2006 a 2010. Fotos: Silvio Torrecilha.

Por enquanto estas piscinas ainda não estão cobertas, mas consta no projeto que em um futuro próximo (**Figura 50**) isso possa vir a ocorrer. Tais piscinas servem para treinar as equipes que representam Maringá em competições nacionais e também como

escola de natação, porém a mesma não é para ensinar e sim para aperfeiçoar o nado livre, o crawl, nado de costa, borboleta, etc. Este equipamento em questão vem despertando interesses dos jovens atletas que treinam estas modalidades aquáticas e estas piscinas inovam por oferecer mais estas opções de esporte ao jovem maringense.



**Figura 50:** Projeto prevendo futuras transformações na Vila Olímpica de Maringá.  
Fonte: Projeto Arquitetônico de Walter Goraieb, 2012.

Quanto ao velódromo este é um equipamento a parte, alvo de muitas críticas pelos maringenses já chegou a ser chamado de “elefante branco”, pois até então não havia utilidade para aquela estrutura armada em concreto, com 250 metros de extensão, 11 metros de largura e inclinação máxima de 42 graus, o velódromo de Maringá se enquadra nas especificações exigidas pela Confederação Brasileira de Ciclismo (SESP, 2010). A estrutura compreende além da pista de concreto, arquibancadas, dependências da Secretaria, boxes das equipes, oficina, torre de controle e cronometragem, vestiários, sanitários, depósitos, túnel de acesso, etc. Assim como as piscinas olímpicas, também acompanhamos a produção deste espaço urbano materializado no velódromo (**Figura 51**).





**Figura 51:** Construção do Velódromo de 2006 a 2010. Fotos: Silvio Torrecilha.

Assim como as piscinas olímpicas este equipamento vem agregar com mais esta opção de esporte individual e somar através dos campeonatos o setor turístico e hoteleiro de Maringá. Devido à complexidade deste equipamento e as normas de uso do velódromo somente ciclistas em treinamento ou em competições oficiais podem usar este equipamento. Atualmente Maringá está inserida no calendário da Confederação Brasileira de Ciclismo e anualmente o velódromo serve de referência para o Campeonato Brasileiro de Ciclismo (**Figura 52**). Dessa forma o velódromo coloca Maringá no ranking quanto o assunto é ciclismo de velocidade e de cronometragem.



**Figura 52:** Campeonato Brasileiro de Ciclismo, velódromo de Maringá. Foto: Silvio Torrecilha, 2011.

Portanto esses dois equipamentos colocam Maringá como referência para estes esportes, pois este é o único velódromo existente na região Sul do Brasil. E Maringá entra na vanguarda com a inauguração, muitos atletas que utilizam esses equipamentos são maringaenses. Em entrevista com o Sr. Walter Goraieb, arquiteto responsável pela Vila Olímpica de Maringá o mesmo nos informou que estes equipamentos foram exigências do Governo Federal e do Ministério do Esporte. O objetivo da construção desses novos equipamentos é enfatizar os esportes individuais, pois o Brasil e Maringá já estão repletos de centros esportivos coletivos. Pois na visão deles era em vez de construir 8 quadras de basquete, fazer um velódromo, duas piscinas, etc. (Goraieb, 2012). E com isto dar mais esta opção ao Brasil de conquistar medalhas olímpicas nestas novas modalidades.

### 3.6 Pista de Caminhada e ATI.

Circundando a Vila Olímpica de Maringá, a pista de caminhada é uma das alternativas encontrada pelo maringaense de se exercitar, caminhar, correr e manter a boa forma e saúde. Por estar localizada em uma área central da cidade, a pista de caminhada da Vila Olímpica (**Figura 53**) é palco de uma grande mobilidade social, devido ao intenso número de pessoas que por ali circulam diariamente, devido ao fato de estarem localizados alguns equipamentos atrativos para a população maringaense, como o Estádio Willie Davids, a Feira Livre do Produtor e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). A esses fatores e a sua centralidade, faz da pista de caminhada uma referência para os praticantes da caminhada e utilização deste espaço público alternativo para a comunidade maringaense.



**Figura 53:** Pista de caminhada no entorno da Vila Olímpica. Foto: Silvio Torrecilha, 2010.

Mesmo sendo um equipamento aparentemente de baixo custo, a pista de caminhada e a pavimentação asfáltica custou aos cofres públicos o montante de R\$ 634.571,58 (**Figura 54**). Novamente a presença do Estado se faz crucial na transformação do espaço urbano, através de recursos que possibilite a acessibilidade dos



municipes, pois se não fosse à ação do Estado, os usuários desta pista de caminhada fariam suas atividades no “chão batido”. Claro que pelo tamanho da obra achamos o preço final um pouco elevado, mas a metragem também contribui para o encarecimento da obra, afinal foram utilizados mais de 17 mil metros quadrados de manta asfáltica e concreto nas reformas para as melhorias na pista de caminhada.



**Figura 54:** Custo da Reforma da pista de caminhada. Foto: Silvio Torrecilha, 2010.

Aliado dessa prática encontra-se também no interior da Vila Olímpica uma Academia da Terceira Idade (ATI). Ao todo na cidade de Maringá existem 46 destas academias, trata-se de alguns equipamentos de ginástica moldados em ferros retorcidos que simulam atividades praticadas em academias particulares. Estas academias surgiram da parceria de uma indústria de tubos retorcidos com a prefeitura de Maringá que aceitou a idéia e a batizou de ATI (**Figura 55**).

O interesse da prefeitura em instalar esses equipamentos na cidade está no fato do bem estar e na qualidade de vida que estes aparelhos proporcionam. Porque as maiores despesas com dinheiro público que a prefeitura arca está na saúde municipal. Com a implantação das academias da terceira idade, a prática de exercícios, aliada com

as caminhadas proporcionou aos idosos maringaenses uma maior disposição e com isso menos consultas aos postos de saúde.



**Figura 56:** Academia da Terceira Idade, Vila Olímpica. Foto: Silvio Torrecilha, 2010.

Em virtude destes fatores estes equipamentos, pista de caminhada e academia da terceira idade vem proporcionar aos seus usuários um condicionamento físico, gratuito e preventivo no que tange a qualidade de vida das pessoas que usufruem destas atividades. Anexo à Vila Olímpica, esses equipamentos vêm somar juntamente com os outros instrumentos uma maior acessibilidade da comunidade e uma maior participação, pois como citamos anteriormente o uso de alguns componentes deste espaço é restrito. E na pista de caminhada e na academia o uso é mais democrático, é apenas dar o primeiro passo e iniciar sua atividade física. Desse modo o uso deste espaço se torna mais um atrativo para a prática de exercícios e caminhada uma maior mobilidade humana dentro deste complexo que forma a Vila Olímpica de Maringá.

Nosso intuito não foi apenas descrever os instrumentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá e sim utilizar a compreensão geográfica no que tange a produção do espaço urbano. Entretanto, não estamos apenas descrevendo o espaço urbano e sim elaborando um trabalho sobre a evolução deste espaço em questão e sua utilização



enquanto espaço público. Pois é através da apropriação do espaço que se dá as relações sócio-espaciais. Por isso objetivamos que é papel da Geografia estudar o espaço e as relações sociais, ou seja, as interações sejam elas políticas, privadas ou apenas um espaço lúdico onde ocorrem as formas de socialização. A palavra “lúdico” exprime a multifuncionalidade que este espaço em questão consegue suportar para agradar diferentes públicos. Na opinião de Lefebvre (2001, p.47), a palavra “lúdico” exprime:

O termo deve ser tomado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais “profundo”. O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem a dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida.

Neste capítulo III, descrevemos os usos e equipamentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá. O uso deste complexo é de exclusividade para atividades esportivas, jogos, treinos que visem o aperfeiçoamento dos atletas para competições nacionais e internacionais. Porém, além desses equipamentos que citamos esta área também serve de localização para a Feira Livre do Produtor, Avemar (Associação dos Vendedores de Veículos de Maringá) e também serviu para o comércio dos ambulantes fixos, tais como: garapeira, bancas de revistas e cachorro quente. Como esses tópicos não fazem parte oficialmente deste espaço em questão, decidimos discuti-los no capítulo seguinte.



#### **CAPÍTULO IV**

#### **Novas territorialidades do espaço urbano na Vila Olímpica**

#### **4 Novas territorialidades do espaço urbano na Vila Olímpica**

Além de servir como centro poliesportivo, a Vila Olímpica de Maringá abriga outras atividades que não estão incorporadas à sua verdadeira finalidade, que é a de proporcionar a prática de esportes, bem estar e lazer. Porém com o passar dos anos este espaço foi sendo apropriado por novas territorialidades, a saber: a feira do produtor, a comercialização de carros usados “a pedra”, alguns ambulantes fixos que por sinal já foram realocados, manifestos sociais simbolizados nas pichações dos equipamentos e além dessas apropriações delimitadas no espaço urbano da Vila Olímpica, conseguimos também demonstrar que até a imagem da Vila Olímpica foi apropriada pelos promotores imobiliários, utilizando dessa imagem para atrair investidores para o mercado imobiliário maringaense.

Como podemos observar, todas essas apropriações têm um caráter capitalista voltado para a aquisição ou o valor de troca e de uso, que origina com o comércio da feira, dos carros, dos usuários que compram as drogas e até mesmo pelo ato da pichação, pois estão cobrando algo, como por exemplo, o aumento das passagens municipais. Diante deste exposto, conseguimos evidenciar que a produção do espaço urbano também ocorre através desses atores que produzem e reproduzem o espaço através de seus conflitos, dominações e compromissos. Com isso o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto completo de forças mobilizado por diversos atores sociais (HARVEY, 1980).

Por essas razões, concordamos com o autor acima citado que a soma dessas forças sociais contribuem para uma organização sócio-espacial que dinamiza a espacialidade e torna o espaço urbano da Vila Olímpica uma arena, um palco que serve tanto para a sobrevivência de alguns indivíduos ou a necessidade de realizar alguma atividade ou reivindicação social. Com isso o uso do solo da Vila Olímpica apresenta várias particularidades e singularidades na produção do espaço urbano. Partindo desse pensamento, concordamos com Carlos (1994, p.85) que afirma :

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço, ele envolve o ato de produzir o lugar.

O ato de produzir o lugar é consequência do ato da existência do ser humano, ora neste estudo de caso, o indivíduo só está produzindo o lugar para satisfazer suas necessidades, sejam elas materiais ou psicológicas. Pois o uso do solo tem valor em uso e realiza-se no processo de “consumo”. Os valores de uso, conseqüentemente “servem diretamente como meios de produção de existência (HARVEY, 1980).

Em virtude deste caráter sócio-agregador que a Vila Olímpica exerce na cidade de Maringá, percebemos a função de centro atrativo que ela exerce sobre as pessoas que utilizam deste espaço de acordo com as suas necessidades. Pois, diferentes pessoas movimentam-se e apropriam do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, também determinados historicamente (SPÓSITO, 2011).

Após essa breve introdução faremos uma descrição apoiada no pensamento geográfico dos usos e apropriações que envolvem o cotidiano dessa estrutura territorial, que do ponto de vista cartográfico parece ser pequena, mas para o olhar geográfico é muito grande e rica de percepções, sensações e de conceitos. Tais constatações visam demonstrar o caráter multifuncional da Vila Olímpica de Maringá.

#### **4.1 A Feira do Produtor**

Desde que foi fundada, a cidade de Maringá sempre teve um bom entrosamento como o campo, ou melhor, uma reciprocidade. A partir da implantação do núcleo urbano no “Maringá Velho” iniciou uma parceria entre o meio rural e o meio urbano, onde os produtores vendiam sua produção e adquiriam ferramentas e insumos de que necessitavam. Claro que esse sistema só foi possível com o modelo de colonização de que a Companhia utilizou na organização do território maringaense, pois ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A proposta era de que esse cinturão verde que rodeava a cidade pudesse abastecê-la com a produção de hortifrutigranjeiros. Como já foi dito, esse projeto de abastecimento das cidades por *green belts* tem origem na concepção de cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Com o crescimento urbano e populacional da cidade de Maringá e a constante demanda por gêneros alimentícios para alimentar a grande massa eis que surge uma nova opção de comércio de hortifrutigranjeiros. A Feira do Produtor, fundada em 13 de

março de 1982 através do Decreto Municipal nº 148/82 (EMATER, 2012). Essa organização espacial está localizada no terreno do Complexo Esportivo da Vila Olímpica de Maringá ao lado do Estádio Willie Davis e faz parte do nosso estudo sobre a produção do espaço urbano, pois é uma nova territorialidade que foi sendo agregada ao Complexo Esportivo.

Iniciamos o capítulo IV com a Feira do Produtor por se tratar de uma organização socioespacial (**Figura 56**) de grande relevância para a nossa pesquisa. Conseguimos alguns dados significativos junto à EMATER que serve como ponto de partida para compreender a dinâmica que envolve a feira do produtor localizada na região central de Maringá. Em 1982 os agrônomos Antonio Rodante, Jorge Ogassawara e Luiz Caetano Vicentini iniciaram o projeto de implantação da feira do produtor. Em posse dessa ideia, conclamaram os produtores e outros segmentos da sociedade a saber: Lions, Rotary, UEM, CEASA, EMATER, Prefeitura Municipal e imprensa. Com o apoio dessas entidades e a boa localização da feira o sucesso estava garantido.

Claro que todo começo gera um pouco de desconfiança por parte dos produtores, pois na primeira feira ocorrida em 13 de março de 1982 foram inscritos 121 produtores, destes apareceram apenas 48, a segunda feira ocorrida na semana seguinte, apenas 27 (EMATER, 2012). Para o produtor participar da feira é necessário fazer um cadastro junto a Emater e aguardar o surgimento de vaga, pois até o momento são 258 produtores cadastrados e o número de associados participantes é de 135. Além da geração de renda, a feira promove a fixação do homem no campo e somando os membros da família que trabalham na feira e os empregados, a feira serve de atividade e renda para 1200 pessoas (EMATER, 2012).

Composta por pequenos produtores, pois o tamanho médio das propriedades é de 3 hectares, porém o tamanho não quer dizer que a produtividade seja pequena. Segundo dados da Emater, a média de volume de produtos comercializados na feira é de 158.570 Kg que gera um montante médio em reais de R\$ 267.850, formando uma média mensal de R\$ 2.232,00 por produtor. Através desses dados percebemos a importância socioeconômica que a Feira do Produtor tem para as famílias dos produtores e em contra partida a qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores.

Diante dessa progressão volumétrica que a feira foi produzindo, fez-se necessário o aumento de vezes de sua exposição. No início era apenas uma vez por semana no período vespertino, somente em 12 de agosto de 1992 passou para o período

noturno às quartas-feiras. Atualmente seu horário de funcionamento ocorre nas segundas e quartas das 16:45 às 21:30 horas e aos sábados das 6:00 às 10:30.



**Figura 56:** Organização sócioespacial da Feira do Produtor, 2012. Fonte: Silvio Torrecilha.

Para melhor compreensão sobre a Feira do Produtor e seu funcionamento buscou-se junto à sede da Emater localizada na Rua Arthur Thomas nº 252 centro de Maringá onde fomos atendido pelo agrônomo Jorge Ogassawara que com sua disponibilidade e presteza nos forneceu os dados estatísticos que movimentam a feira do produtor. Outra fonte de pesquisa que muito contribuiu para nosso trabalho foi a entrevista com um dos fundadores da feira, o Sr. Antonio Rodante, que além de ser agrônomo, também trabalha na feira vendendo laranjas<sup>8</sup> (**Figura 57**). Nascido aos 25/06/1946 e formado em agronomia pela Universidade Federal do Paraná foi um dos idealizadores da criação da Feira do Produtor em Maringá. Em 1973 quando entrou na Emater trabalhou junto aos pequenos produtores em busca de uma pequena propriedade mais produtiva através da diversificação e da olericultura. No começo, a intenção era abastecer o CEASA, toda a produção de hortifrutigranjeiros era entregue no CEASA e uma das vantagens de se criar uma associação de pequenos produtores e fundar a feira

<sup>8</sup> Após 30 anos de participação e contribuição para o bom andamento da Feira do Produtor, Antonio Rodante vende seu sítio e para de trabalhar na feira em outubro de 2012.



do produtor era tirar o intermediário da cadeia produtiva. Com isso, o pequeno produtor venderia direto ao consumidor produtos mais frescos e com um preço que não seria tão abusivo e ao mesmo tempo geraria mais lucro para o feirante.



**Figura 57:** Antonio Rodante em sua barraca na Feira do Produtor. Fonte: Silvio Torrecilha, 2012.

Em entrevista realizada em 12 de março de 2012, o Sr. Antonio Rodante nos conta com mais detalhes a realidade e as dificuldades que ocorreram no início da fundação da feira:

Quando não havia a feira, era assim. O produtor vendia por 10 e comprava por 20. O negócio era tirar o intermediário da jogada. Eu levei essa idéia aos produtores, o trabalho que ia ter é levantar cedo 2 vezes por semana. Negociei com a prefeitura, na época era o Said e a Câmara aprovou. Eu sabia que vinha pauleira, pois o comércio não queria produtor no centro da cidade. Fizemos um trabalho de divulgação e convidamos a comunidade para vir aqui, pois era um evento novo. Na primeira feira tinha 50 inscritos, só veio 28 produtores, cada um trouxe um pouquinho, em vinte minutos não tinha mais nada. A turma veio pra conhecer e o preço também era bom, não só preço como a qualidade. Os produtos eram colhidos no dia ou na véspera. O bonito foi ver a evolução desse pessoal com a comunicação e o desenvolvimento, eles aprenderam rápido, eles são ativos. Por que eu vou vender pro mercado se eu posso vender direto ao consumidor. A segurança do produto da feira é muito maior. A nossa região não tinha muita tradição em frutas. O produtor sempre foi massacrado e o pequeno então nem se fala. O que eu mais fico contente é que hoje 150 municípios vem pra inserir essa ideia em suas cidades.

Tirei muito pequeno produtor que se não fosse a feira já teria vendido sua propriedade. Eu tenho 10 alqueires de terra e não me sinto explorado pelo sistema. Já faz dez anos que produzo laranjas, já produzi mamão, manga, hoje tenho dois funcionários e vendo de 1400 a 1500 Kg de laranja por feira. Muita coisa mudou desde a primeira feira, antigamente havia muita discriminação, o verdureiro era o que estava na situação pior, hoje ele consegue com sua produção ter um pouco de conforto, financiar um carro, sustentar a família.

Como podemos observar através das palavras de um dos fundadores da Feira do produtor, como que ocorreu essa organização socioespacial, a partir do momento que os produtores começaram a se organizar e encontraram na feira uma nova alternativa para comercializar sua produção. Com isso há uma reciprocidade, uma parceria entre a cidade e o campo através da oferta de produtos hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios, flores e algumas opções artesanais (**Figura 58**). A diferença entre cidade e campo não pode ser reduzida a uma projeção espacial, mas entendida do ponto de vista demográfico e das desigualdades econômicas e culturais, possuindo, portanto, um valor mais abstrato do que material (SPÓSITO, 2004).



**Figura 58:** Diversidade na oferta de produtos na Feira do Produtor.  
Fonte: Silvio Torrecilha, 2012.



Diante dessas perspectivas, a feira do produtor favorece o produtor associado inserindo-o no mercado capitalista ampliando seus lucros e evitando os intermediários e beneficiando o consumidor com produtos de qualidade com preço. Para definição dos preços toma-se inicialmente os preços dos produtos no atacado (a nível de CEASA-Maringá) e acrescenta 20%. Esse preço será o máximo que o produtor poderá negociar sua mercadoria no varejo (RODANTE, 1985). Como já foi exposto anteriormente, o órgão responsável pela fiscalização, organização e orientação aos feirantes é feito pela EMATER e no artigo 14º do estatuto da Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá consta que:

Art. 14º-Será fornecido pela EMATER-Pr, a cada produtor inscrito uma carteira de identificação, documento único que lho provará a condição de produtor no recinto da Feira, dando direito a uma banca ou local de venda. A não apresentação do documento ao fiscal dar-lhe-á o direito de impedir o produtor a comercializar na feira, até que seja regularizada a situação.

Tal regulamentação visa uma melhor organização e evita que pessoas não-cadastradas e fora do perfil de produtor possam utilizar da feira. Além de promover o associativismo, a EMATER também presta assistência técnica ao produtor, orienta na classificação e padronização dos produtos e comercialização dos produtos. Desse modo, o interessado deve comprovar sua condição de produtor, declarando o lugar de suas culturas e tipos de produtos a vender (RODANTE, 1985).

Diante dessas afirmações conseguimos observar a riqueza que envolve a Feira do Produtor de Maringá, não a riqueza material e sim a importância que ela exerce sobre a vida das pessoas, não só os produtores, como também os consumidores, as pessoas que nela circulam, pois ela é um ponto de encontro, um lugar de aromas e sabores que aproxima e integra as pessoas. Nesse contexto, a feira está inserida também na produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá, pois o espaço urbano torna-se o lugar de encontro das pessoas, da troca (LEFEBVRE,1999). Diante dessa produção socioespacial que se observa a feira tornou-se um lugar atrativo para as pessoas, um ponto de referência que gera lucro para os feirantes e maximiza a mobilidade intra-urbana no centro de Maringá. E segundo Corrêa (1997, p.113), a feira:

Envolve fluxos de mercadorias, pessoas e informações, e através dela, realizasse a integração entre áreas rurais, pequenas, médias e grandes. Ligada ao mercado, associa-se a acumulação, mas também na feira a sociabilidade se manifesta.

Observa-se que a Feira do Produtor, além de ser um ponto de comercialização dos produtos oriundos da área rural, ela também exerce um caráter de reunião de pessoas através das trocas e da movimentação social. Através da observação no local em questão percebemos que a comercialização que ocorre na feira é diferente do que nos mercados. Seja pelo horário, nas manhãs de sábado ou nos finais de tarde durante a semana, o consumidor parece não ter a mesma pressa, não tem aquela correria de pegar filas no caixa, na mesma barraca que você compra, você paga. O tempo que você passa na feira parece ser mais agradável, como já disse, talvez pelos aromas ou sabores e parafrazeando um célebre autor, “o ar da feira liberta”.

Diante desses pressupostos dos novos usos e apropriações do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá, a Feira do Produtor faz parte de uma organização socioespacial que produz e consome o espaço anexado ao lado do estádio Willie Davis. Desse modo, concordamos com Corrêa (1987, p.55):

Ao fixar no solo os seus objetos frutos do trabalho social e vinculados às suas necessidades. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).

Com isso os feirantes e os consumidores que utilizam esse espaço urbano estão produzindo e reproduzindo o espaço em questão (**Figura 59**). Através da comercialização e do uso do solo para as práticas sociais inseridas na divisão do trabalho. Pois de acordo com Rolnik (1988, p.25):

Tudo isto se refere a um tipo de espaço, que, ao concentrar e aglomerar pessoas, intensifica as possibilidades de trocas e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva, isto ocorre através da divisão do trabalho.



**Figura 59:** Produção e reprodução do espaço na feira do produtor. Fonte: Silvio Torrecilha, 2012.

Por essas razões, a Feira do Produtor desempenha um importante papel na produção do espaço urbano no que tange aos novos usos e apropriações do espaço na Vila Olímpica de Maringá. Devido a relevância social, a feira representa uma dinâmica social extraordinária dentro de uma organização socioespacial e numa escala temporal (30 anos) também presenciou as transformações que ocorreram nos equipamentos do complexo esportivo.

#### **4.2 Comércio de carros usados, “A Pedra”**

A AVEMAR (Associação dos vendedores de autos novos e usados, motos, máquinas agrícolas e tratores da região de Maringá) é popularmente conhecida como “Pedra” codinome utilizado entre os corretores de veículos e a população maringaense que frequenta este espaço para negociar comprar, vender e trocar principalmente carros e motos usados. Tal associação também está localizada no terreno da Vila Olímpica de Maringá, nas imediações do Estádio Regional Willie Davis, tal espaço foi apropriado como uma “garagem” a céu aberto, sem custas e sem tributos, simplesmente este espaço

público foi sendo apoderado para fins de negociação dos autos por esta entidade composta por vendedores autônomos.

Por estar inserida na área delimitada de nosso objeto de estudo faremos uma breve descrição desse uso do solo na Vila Olímpica, porém esta associação é um assunto muito polêmico e por isso já foi estudado no meio acadêmico<sup>9</sup>. Causa de vários impasses, “A Pedra” já foi alvo de várias reclamações dos moradores da Zona 07, geradora de conflitos, ações judiciais e favorecimentos políticos. Tal apropriação, iniciou-se na década de 1980, concomitante com a Feira do Produtor, os “picaretas”, assim eram chamados os corretores autônomos que se instalaram nas imediações do estádio e da feira do produtor aproveitando o fluxo de pessoas e a centralidade que envolve este território geográfico, com o intuito de negociar os carros usados.

Porém, como era de esperar, o poder político cede à pressão dos corretores e legitima a posse dessa área para a AVEMAR. Podemos verificar um exemplo desse apoio na Lei nº 2.132/87, assinada pelo Prefeito Said Felício Ferreira em 08 de abril de 1987, onde ficou declarada como de utilidade pública a AVEMAR (GALVÃO, 2012).

Dando sequência ao apadrinhamento político em favor da associação, eis que é feita outra lei, assinada pelo então Presidente da Câmara Municipal, Vereador Jamil Josepetti, Lei nº 2.749/90, que concedeu o uso de um terreno de 200 m<sup>2</sup> na área do estacionamento do estádio Willie Davis, para que a AVEMAR construísse uma edificação de 38,88 m<sup>2</sup> (GALVÃO, 2012). Tal edificação servia como escritório administrativo e contava com sanitários e área coberta para os corretores se abrigarem da chuva. Com isso, a apropriação deste espaço público estava efetivada, escritório novo, localidade central, próximo dos bancos e cartórios, ou seja, o melhor local para uma empresa privada montar seus negócios. Claro, que se tratando de espaço público, não deve haver exceções e como tudo que é bom dura pouco, em 2002 a Justiça mandou derrubar essa edificação na gestão do Prefeito José Cláudio (PT). Devido à ordem judicial, a “Pedra” deveria deixar o local, mas não foi isso que ocorreu, a associação simplesmente transferiu seu escritório para um simples cômodo situado em frente o estádio na rua Lauro Werneck, e a comercialização dos carros continuou normalmente (**Figura 60**).

---

<sup>9</sup> Sobre a problemática da “Pedra”, este assunto já foi amplamente discutido por GALVÃO, Altair Aparecido. Políticas Públicas Urbanas, Espaço Público e Segregação em Maringá - Pr. Tese de Doutorado PGE – 2012.



**Figura 60:** Comercialização de carros usados no estacionamento do estádio.  
Fonte: Silvio Torrecilha, 2012.

Tal apropriação torna-se conflituosa por causa da ocupação indevida e da obstrução da pista de caminhada pelos corretores, além do mais este espaço poderia ser usado por outras atividades que envolvessem o esporte, o lazer, mas o que vemos são dezenas de carros e motos estacionados em uma área pública. Claro que a culpa não ocorre somente sobre os corretores, pois os carros em questão não pertencem a eles e sim são de propriedade dos próprios maringaenses que transportam seus veículos até este local, para que o mesmo seja vendido, ou se for o caso, para efetuar uma compra de carro usado. Desse modo, como ocorre em outras áreas da Vila Olímpica, o Estado, através do poder Legislativo e Executivo deveria fiscalizar e implantar normas para que este espaço em questão fosse utilizado de maneira mais coerente e socialmente em prol de atividades pertinentes ao espaço em questão.

### 4.3 Ambulantes Fixos e sua retirada

Neste tópico trataremos dos ambulantes fixos que estavam instalados no perímetro da Vila Olímpica, mais precisamente na pista de caminhada e diferentemente do que ocorre com a AVEMAR, tais ambulantes foram retirados a mando da prefeitura e reinstalados em outra localidade. Denominamos de ambulantes fixos por causa de seu tamanho e forma como são estruturados, ou seja, não são edificações e sim *trailers*, caminhonete antiga ou estruturas metálicas pré-fabricadas. Inseridos no complexo esportivo, os ambulantes eram representados por diversas atividades de cunho capitalista que aproveitavam o fluxo de pessoas para comercializarem seus produtos. Tais ambulantes eram formados por duas Bancas de Jornal, duas garapeiras e dois trailers de cachorro quente. Como essas atividades foram impedidas de ocorrer em espaço público e esses comerciantes foram retirados do espaço em questão, conseguimos entrevistar apenas os dois proprietários das bancas de jornal e um proprietário da garapeira.

Para melhor compreensão sobre a realidade socioespacial que envolveu esses comerciantes descreveremos a seguir as entrevistas, pois tais depoimentos tornam-se relevantes, pois estas pessoas presenciaram vários momentos da produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá e dessa forma também contribuíram para a produção e reprodução do espaço em questão. Pois assim como a Feira do Produtor, estes pequenos comerciantes com seus estabelecimentos também foram palco de encontros de amigos, de casais, de amantes do futebol e da política, principalmente nas Bancas de Jornal, onde eram vendidos os ingressos para assistir os jogos no estádio e as trocas de informações diante das manchetes vinculadas na parte externa das bancas.

Iniciaremos nosso relato com o depoimento de um proprietário da banca de jornal e por razões de sigilo e ética seu nome será abreviado M. F. V. P, natural de Maringá, nascido no ano de 1958 ainda trabalha com a banca, pois a mesma ainda está localizada próxima à Vila Olímpica, porém do outro lado da avenida onde nos foi relatado sua trajetória e sua despedida do local onde a era a antiga banca. Com tom de saudosismo M.F nos recebeu para esta entrevista em 27/07/2011 e nos contou:

Após trabalhar no comércio por mais de 20 anos na antiga Lojas Prosdócimo eu tinha sonho de ter a Banca de Revista, quando em 1994 o Said (prefeito) doou a banca pra mim. Quando mudei para cá, isso aqui era um buraco. Aqui era um lugar cheio de indigente, ai veio o PT e plantou uma grama, foi dando uma maquiada, entende?

Só com a entrada do Silvio que foi construindo o Waldir Pinheiro, dando uma arrumada, só que ele resolveu tirar o comércio da Vila. Não vieram com autoridade, me ajudaram a arrumar outro lugar. Mas gostava de ter continuado lá, lá era melhor pra mim. Depois que mudou o binário, a rua ficou só com um lado, se eu pudesse eu voltava pra lá. A gente que tava ai era gente trabalhadora, gente de bem, eu o pessoal do cachorrão, da garapa, vendiam água, refrigerante...

De acordo com o comentário de M.F a retirada de sua banca de revista foi pacífica, mas não compensadora. No seu ponto de vista, ela não teria mudado e sim permanecido na Vila Olímpica, pois o movimento era maior, ou seja, o fluxo de pessoas que passavam na pista de caminhada é maior do que do outro lado da rua, porque as pessoas que saem do terminal em direção à UEM ou à Vila Olímpica, dificilmente atravessam a rua. Tal relato vem somar com a importância da Vila Olímpica no que tange à centralidade que ela exerce e a mobilidade intraurbana que flui neste espaço urbano.

Continuaremos com mais um relato de outro proprietário de Banca de Jornal, para em seguida fazermos uma análise mais sucinta e geográfica deste episódio que fez parte da produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá. H. N. natural de Três Passos, Rio Grande do Sul, adquiriu a banca em 1997, trabalhando dentro do complexo esportivo até março de 2011. Esta entrevista foi realizada em 05/08/2011 no interior da nova banca, pois ele também foi realocado do outro lado da rua. Neste dia H. N. nos relata sua opinião sobre a mudança que foi obrigado a fazer:

A esquina em que eu estava já era tradição com a banca, eu sou o segundo dono. Banca é cultura, qualquer competição que tiver na Vila Olímpica as pessoas vão correr para a banca pra tirar informação. No meu ver a banca devia fazer parte da Vila Olímpica. A prefeitura veio e me mandou sair. Os fiscais só disse que tinha que sair do espaço da Vila Olímpica ou você sai ou a vamo derrubá. Eu fui o último a sair. Fiz um documento escrito para a prefeitura, sugeri até que eles me orientassem num projeto inovador para melhorar a Banca e ficar mais bonito. Até mandei foto no computador, o engenheiro fez pra mim, fiz de acordo pra combinar com a Vila.

Também de forma contrariada, H.N foi obrigado a deixar o antigo local de sua banca para um local menos atraente, assim como o anterior, do outro lado da rua. Claro que todos os ambulantes que foram retirados da pista de caminhada serão unânimes em suas declarações, ou seja, a Vila Olímpica seria o melhor lugar para manter seus negócios, porém como se trata de um espaço público sua permanência não condizia com



a finalidade e acabava atrapalhando o fluxo de pedestres na pista de caminhada, ou seja, eram vistos como rugosidades à beira do caminho.

Por último e não menos importante do que os demais conversamos com um proprietário da garapeira que também teve que sair do complexo esportivo e fixar sua garapeira também na esquina, do outro lado da rua. Trata-se de J.P., natural de Monte Mor-SP, veio para Maringá em 1942, motorista de caminhão aposentado viu na garapeira um meio de melhorar sua renda. Sentado em um banco de madeira ao lado de sua Picape Willy ano 69 ele nos contou como foi essa transição:

Eu vim pra Maringá em 1942, era tudo mato pra cima do Posto Maluf. Desde os 14 que eu trabalhava com caminhão, tenho 54 anos de habilitação. Vi tanta violência nas estradas que resolvi vender o caminhão e comprar a garapeira. Comecei aqui na Vila em 2002. Só que, a data não me lembro bem, mas foi no começo de 2010, os fiscais vieram e me deram um prazo de 6 meses para eu deixar o local, eles vieram com um ofício aí eu falei, me diz um lugar pra ir que eu vou. Fiquei quase um ano no sol quente. Eles disseram que a garapeira ia estrovar os que fazem caminhada aí, podia machucar eles. História pra elefante encoiê a tromba. Aqui só Deus pra ter misericórdia. Tive muito prejuízo com essa mudança, minha venda caiu 50%, lá eu vendia 250 por dia, aqui vendo 100, 120.

Em posse desses relatos colhidos junto aos ambulantes que foram retirados da Vila olímpica, percebe-se que mesmo tendo ocorrido de forma ordeira e pacífica há um sentimento de perda do local de origem para o local indicado pela prefeitura. O que ocorre é que o Estado, representado pelos fiscais e pela prefeitura interferiu decisivamente neste espaço urbano, pois sem a presença dele, os ambulantes permaneceriam do jeito que era antes. O poder controla o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares (CARLOS, 2001). Claro que tais interesses entram em conflito por causa da localidade e do uso e ocupação do solo urbano. Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais (SPÓSITO, 2011).

Também ouvimos o arquiteto da prefeitura e responsável pela Vila Olímpica o Sr. Walter Goraieb e o mesmo nos relatou que após o rebaixamento da linha férrea e a construção de novos equipamentos na Vila Olímpica fez com que aumentasse muito a circulação de pessoas e os ambulantes eram um obstáculo para os pedestres.

Não estamos aqui para fazer apologia aos ambulantes ou a Prefeitura, nosso intuito foi apenas descrever esse processo que mudou a paisagem urbana na pista de caminhada da Vila Olímpica de Maringá. Como localidade central este espaço urbano



em questão gera uma forte atração de pessoas, tornando um local viável para as práticas capitalistas, neste caso, o comércio praticado pelos ambulantes fixos na venda de jornais, revistas, água, garapa, cachorro quente e refrigerantes. A concentração de atividades nesta área representa, pois a maximização de externalidades, seja de acessibilidade, seja de aglomeração (CORRÊA, 1997).

Não obstante, as entrevistas aqui realizadas vêm agregar ao nosso trabalho sobre a produção do espaço urbano na Vila Olímpica. Porque tais experiências vividas pelos comerciantes retirados pela prefeitura fazem parte de um processo que teve um início, meio e fim, ou seja, primeiro houve a apropriação do espaço, depois a reprodução do espaço urbano, através das práticas sociais que esses ambulantes propiciaram com as trocas, usos e o fluxo de pessoas e informações e por último e menos usual a desapropriação, a retirada dessas pessoas com seus equipamentos para serem realocadas em outro lugar. Dessa forma, esse trabalho pretende demonstrar a passagem que estas pessoas e suas relevantes contribuições para a produção do espaço urbano na Vila Olímpica através da organização sócioespacial.

#### **4.4 Pichações: manifesto e simbolismo urbano**

Desde o Período Paleolítico Superior que o homem vem expressando as formas de como ele vê o mundo, as emoções, as sensações e o cotidiano, essa forma de expressão que se originou nas paredes rochosas e nas cavernas é chamada de arte rupestre, que exprime a visão que o homem pré-histórico tinha da realidade do seu ambiente e ao mesmo tempo a sua consciência mágica do mundo (MARCONI, 1987). Com o advento da urbanização essa prática também evoluiu, o que antes era feito com carvão, barro e sílex hoje utiliza-se a tinta e os sprays através da arte denominada grafite e também das pichações, que são as mais comuns. Entendemos por pichações as manifestações artísticas sobre variados assuntos, política, religião, futebol ou o simples ato de marcar um muro ou parede sem nenhum tipo de protesto, a pichação difere do grafite por esta não ter a autorização do proprietário para que ela seja feita. Tal prática de pichar muros residenciais e prédios públicos tornou-se comum em várias cidades mundiais e no Brasil, tal fato geralmente é feito nas madrugadas longe dos olhares da polícia e da guarda municipal e só é percebido quando o sol aparece.

Durante nossa pesquisa sobre a produção do espaço urbano na Vila Olímpica nos deparamos com várias pichações (**Figura 61**) expressando as mais diversas opiniões

sobre os mais variados assuntos. Claro que devido à sua localidade, como já descrito anteriormente, a Vila Olímpica é um local de grande visibilidade e por isso torna-se um imenso *outdoor* para os praticantes dessa arte ou manifesto impor seu ponto de vista.



**Figura 61:** Pichações e manifestos na Vila Olímpica. Fonte: Silvio Torrecilha, 2011.

Como esse capítulo foi reservado para descrever as novas formas de apropriação do espaço urbano, achamos conveniente colocar essas formas de expressão em nosso trabalho porque o espaço urbano é um campo de lutas e de conflitos e tal constatação foi observada nas frases ditas acima que exprimem na maior parte das vezes descontentamento e manifestações sobre a realidade maringaense, seja com relação à política ou com o preço das tarifas do transporte público. Esta constante luta de classes é expressada nestas pichações. O espaço da cidade é assim, é também o cenário e objeto das lutas sociais, pois estas afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. O espaço urbano converte-se assim em um campo de lutas (CORRÊA, 1997).

Neste caso, o campo de lutas é representado pela ideologia política, na cobrança de direitos do cidadão e na função de despertar através do senso comum o senso coletivo, neste ponto entra o manifesto urbano materializado nas pichações expressadas

nos equipamentos do complexo esportivo da Vila Olímpica de Maringá. Tais impressões estão inseridas nos simbolismo urbano marcado pelas diferentes formas de impor o poder, como afirma Bordieu<sup>10</sup> (2000, p.11):

As diferentes classes e fracções da sociedade de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo as tomadas de decisões ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Sendo assim, a Vila Olímpica é palco e cenário de lutas simbólicas por uma pequena camada das classes sociais que tentam incutir no senso coletivo suas opiniões ideológicas expressas nas pichações dos equipamentos esportivos. Ao nosso ver essa também é uma forma de apropriação, mesmo que indébita do espaço urbano, porém, uma forma de demonstrar certo descontentamento ou opinião a cerca da realidade social maringaense.

#### 4.5 Uso da imagem pelos promotores imobiliários

Como o nosso intuito nesta parte do trabalho era descrever as novas formas de usos e apropriação do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá, conseguimos ao longo de nossa pesquisa uma nova forma de apropriação do espaço urbano, mas não do concreto e sim o imaterial. Tal fato foi constatado pelo uso da imagem da Vila Olímpica pelos promotores imobiliários no Caderno de Ofertas Imobiliárias (2011), em posse dessa imagem (**Figura 62**) consegue-se visualizar a estratégia de marketing para atrair novos investidores para morar e investir em Maringá.

Claro que relatos históricos mostram que a CMNP bem antes da fundação da Cidade-Menina, como era conhecida Maringá na época, já utilizava de publicidade para vender seus lotes ou *datas urbanas*, que segundo Gonçalves (1999, p.102) relatou que:

Em seus panfletos e cartazes de propaganda espalhados nos anos 30-50 pelos vagões de trens e pelos edifícios onde havia grande circulação de pessoas nas capitais e nas cidades do interior do país, ela alardeava que suas terras, além de serem fertilíssimas, não tinham as temíveis saúvas e serviam para numerosas culturas, dentre elas o café.

---

<sup>10</sup> Em seu livro: O poder simbólico, 2000. Pierre Bordieu discorre sobre a luta de classes e o jogo de poderes no simbolismo urbano.



**Figura 62:** Apropriação da imagem por parte dos promotores imobiliários.  
Fonte: Jornal de Ofertas Imobiliárias, 2011.

A estratégia da Companhia era usar a publicidade como instrumento para alcançar o maior número de interessados para comercializar suas terras. Amplamente difundida principalmente no eixo São Paulo-Minas Gerais, a empresa colonizadora e os agentes imobiliários (também chamados de *picaretas* na época) usavam de expressões de prosperidade para designar as terras do Norte do Paraná. Tais codinomes lembravam regiões citadas no Velho Testamento como, Nova Canaã e Terra da Promissão. E também Eldorado, cidade lendária procurada pelos espanhóis na América Latina, tal lenda dizia que a referida cidade era recoberta de ouro. Tais expressões aguçavam o

imaginário das pessoas e atraídas por essa publicidade migraram para essa região em busca de terras férteis com facilidade de pagamento.

Como nessa época, as empresas não contavam com recursos midiáticos que alcançassem um número maior de compradores com um baixo custo, a Companhia tratou de disseminar suas ofertas através desse meio impresso junto às rodoviárias e estações de trens. Pois nesses espaços públicos havia grande concentração de pessoas e potenciais compradores oriundos de diversas partes do Brasil e exterior.

Desse modo, observa-se que essa tática de marketing imobiliário remonta a longas décadas e como fez sucesso na época da colonização, os promotores imobiliários continuam com essa prática de publicidade impressa para a comercialização dos imóveis maringenses (TORRECILHA, 2010). Tal prática visa alcançar o máximo de possíveis consumidores para seus produtos, sejam eles de locação, compra ou venda. Claro que devemos analisar que neste período a conjuntura econômica mundial era diferente da atual e a Companhia não adotava de recursos tão modernos como televisão e a internet, veículos de comunicação que têm um longo alcance publicitário.

Isto é facilmente despreendido do marketing imobiliário (MENDES, 2000). Tais argumentos como a localização e a valorização futura são evidenciados pelos promotores imobiliários com o intuito de agregar valor ao preço e uso do solo, neste contexto utilizam dos meios de comunicação e em especial este Jornal de Ofertas Imobiliárias para exporem suas opções. Os promovedores raramente podem apregoar o passado ou a cultura de sua cidade; por isso a ênfase tende a ser dada a excelências abstratas e geométricas, como a mais “central”, a “maior”, a mais “adiantada” e a mais alta (TUAN, 1983).

Partindo dessa premissa, o mercado imobiliário traça algumas estratégias e atrativos para conquistar seus consumidores, dentro desses atrativos podemos destacar a proximidade com a Vila Olímpica. Os locais de trabalho, de estudo, de lazer, o quadro de nossa vida cotidiana são concebidos como mercadorias para seduzir e atrair o consumidor (SANTOS, 2004).

Tal prática é percebida na Zona 07<sup>11</sup>, bairro onde está localizada a Vila Olímpica. Tornando essas áreas como pontos de referência, localização central e também elevado índice de especulação imobiliária. Que na opinião de Corrêa (2003, p.19):

---

<sup>11</sup> Sobre o desenvolvimento da Zona 07, Odilon Groxiatti Tudini, A arborização de acompanhamento viário e a verticalização da Zona 07. Dissertação de Mestrado que mostra o potencial de crescimento dessa região.



Estas características em conjunto tendem a valorizar diferencialmente certas áreas da cidade, que se tornam alvo da ação maciça dos promotores imobiliários: são as áreas nobres criadas e recriadas segundo os interesses dos promotores, que se valem da maciça propaganda.

Em prol deste material de publicidade percebemos que as estratégias de marketing imobiliário ainda continuam e as expressões “Maringá bom para morar, melhor para investir” juntamente com a imagem da Vila Olímpica são bem atrativas para o consumidor. Assim, a cidade aparece como um bem material, como uma mercadoria consumida de acordo com as leis de reprodução do capital (CARLOS, 1992).

Por essas razões inserimos esta nova apropriação da Vila Olímpica de Maringá por acreditarmos que o fator atrativo desse complexo esportivo influencia o restante da cidade e porque não a valorização imobiliária da Zona 07. Serve também para referenciar a cidade de Maringá como símbolo urbano de qualidade de vida e de investimento como aponta a imagem apropriada da vila olímpica pelos promotores imobiliários. E como já citamos anteriormente a produção deste espaço urbano em questão por intermédio do poder local ao intervir no processo de produção da cidade reforça a valorização e atrai novos investidores para Maringá.

Diante do que foi exposto, encerramos o Capítulo IV de nosso trabalho dissertando sobre as novas formas de uso e apropriação do espaço urbano na Vila Olímpica. Claro que estes novos usos e apropriações deste espaço em questão estão manifestados na produção do espaço através do cotidiano, das relações socioespaciais e do uso e apropriação do solo urbano, formando assim, uma organização socioespacial que culmina na produção do espaço urbano. Ao estudarmos essas especificidades que fazem parte da dinâmica espacial da Vila Olímpica percebemos que as forças produtivas vêem a vila como um espaço de consumo individual e coletivo dentro de uma visão materialista do espaço de uso e de troca, o que difere do seu uso principal, que é a prática de esporte e lazer para a sociedade maringaense. Sendo assim, a Vila Olímpica também foi produzida dentro de uma divisão social e territorial do trabalho.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano remonta a 3.500 a.C, tal fato teve sua gênese com o surgimento da agricultura nas margens dos rios Tigre, Eufrates e posteriormente no vale do Rio Nilo. Tal fato deve-se a abundância da água e fertilidade das terras agricultáveis que propiciaram o surgimento das primeiras aldeias e das relações sociais. Após longos períodos e o aprimoramento das técnicas de engenharia e arquitetura as cidades foram ganhando novas formas com monumentos suntuosos que demonstravam o poder e a riqueza que emanavam da urbe. Com o advento da industrialização as obras faraônicas continuaram, desta vez impulsionadas com novas tecnologias que chegam quase a alcançar o céu. Das antigas aldeias à verticalização, das ocas aos arranha-céus, é o homem o grande agente transformador da paisagem.

Diante deste tema tão amplo e rico que é o espaço urbano, a Geografia nos fornece pistas para estudar esta temática que está incorporada à Geografia Urbana e aos processos que envolvem a produção da cidade, as formas e as apropriações do solo urbano. Tais prerrogativas nos inspiraram em fazer um estudo descritivo da Produção do Espaço Urbano na Vila Olímpica de Maringá, para isso foi necessário fazer uma justaposição de vários níveis da sociedade. Os resultados alcançados nesta pesquisa revelam os principais agentes produtores do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá. A começar pela sociedade privada representada pela CMNP, o Estado hierárquico (Federal, Estadual e Municipal) e a organização socioespacial que desenvolve o cotidiano, a realização da vida humana.

Deve-se primeiramente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e aos seus funcionários o início da produção do espaço urbano na Vila Olímpica e principalmente ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira que demarcou o terreno destinado para a futura vila olímpica. Na proposta enviada à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o engenheiro responsável pelo projeto já havia demarcado a localidade da Vila Olímpica na parte norte do eixo monumental. Assim como a companhia transformou o espaço urbano maringaense com loteamentos, aberturas de ruas e avenidas, ela também teve o cuidado de reservar espaços públicos para as praças, órgãos públicos, hospitais, escolas e o próprio centro cívico onde está localizada a planta original de 1945 onde já constava o espaço destinado à Vila Olímpica.

Não obstante, a Vila Olímpica de Maringá, está inserida em um terreno de 139.000 metros quadrados que pertencia a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.



Era um lote que servia de para os funcionários da CMNP jogarem futebol nas horas de folga. Tal área em questão ficava longe do núcleo central o “Maringá Velho” e segregada pela ferrovia a cidade ficava ao Sul e área em questão ficava o norte da ferrovia, ou seja, na época um terreno de pouco valor comercial. Entretanto após o desenvolvimento da cidade e das funções urbanas esta área foi doada para a prefeitura e após várias sucessões políticas na gestão municipal, esta área foi ganhando novos instrumentos até chegar a sua forma atual.

Por isso se fez necessário resgatar as ações e estratégias da Companhia Colonizadora com o intuito de compreender a formação espacial e o planejamento urbano, pois como foi descrito nos aspectos geo-históricos o núcleo central ficava a quilômetros da futura vila olímpica, o “Maringá Velho”. Como era denominado antigamente, ela ficava no “arrebalde”, ou seja, fora da centralidade urbana, mas na visão futurista da Companhia não tardaria muito para essa área se incorporar ao núcleo urbano, tal fato não demorou muito para ocorrer, principalmente com o rebaixamento da linha férrea. Com o crescimento vertiginoso de Maringá esse local geográfico foi transformando e valorizando-se de acordo com as conjunturas políticas e econômicas que foram sucedendo-se.

Devido à divergências políticas e cobrança elevada no Imposto Territorial Urbano (IPTU), a CMNP doa o terreno da Vila Olímpica de Maringá para a prefeitura em 1961, à partir deste momento o Estado se fez presente na produção deste espaço urbano até o presente momento. Quando falamos Estado, estamos nos referindo ao conjunto de poderes (três níveis), mas as transformações ocorridas no complexo esportivo são de responsabilidade do agente local representado pelo Poder Executivo Municipal que busca recursos e administra as verbas federais e atua como gestor das normas e diretrizes que compõem o espaço urbano. Conseguimos através de pesquisa bibliográfica e junto ao Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá elencar que as principais mudanças ocorridas na Vila Olímpica ocorreram em várias administrações municipais, pois este espaço em questão foi testemunho de várias mudanças políticas e urbanas e assim como a cidade de Maringá evoluiu, a Vila Olímpica também foi mudando com o surgimento de novos equipamentos urbanos.

A soma de todos esses fatores, que remontam a forma de ocupação e colonização, o planejamento urbano seguindo técnicas modernas de urbanismo e fatores ligados a economia regional e a períodos de inovações técnicas de ordem estrutural e organizacional juntamente com os usos e apropriações deste solo urbano, faz com que a

produção deste espaço revele as especificidades recorrentes ao recorte temporal descrito ao longo destas páginas.

Diante dos aspectos apresentados, o referencial teórico metodológico e a busca pelo conhecimento empírico, conseguimos apreender as nuances que envolvem esta temática. Graças aos precursores que estudaram a produção do espaço urbano foi possível compreender os aspectos norteadores das transformações ocorridas na Vila Olímpica de Maringá. E indubitavelmente aos vários autores e acadêmicos dos cursos de Geografia e História que imortalizaram as várias metamorfoses do espaço urbano maringaense nas últimas décadas, tais obras serviram de base e inspiração para escrever este trabalho, que posteriormente também servirá como fonte de estudo e pesquisa para esta área em questão.

Mediante tais argumentos, os resultados ora alcançados só foram possíveis de início, através das fotografias obtidas no Museu da Bacia do Paraná – UEM. Posteriormente com fotografias mais recentes, foi possível fazer uma sequência temporo-espacial. Assim como o homem, o tempo é um grande agente transformador, ele transforma a paisagem urbana, nesse caso representada na materialidade da Vila Olímpica de Maringá. Assim sendo, o uso da fotografia como fonte histórico-geográfica da evolução espaço-temporal presta uma inestimável contribuição aos estudos da dinâmica espacial. Pois como instrumento metodológico serve como testemunha fidedigna de um espaço que através de um processo temporal, pode-se observar as mudanças no espaço a todo instante, tal fato mostra a dinamicidade observada na Vila Olímpica de Maringá e demonstra que a produção do espaço urbano é algo inexorável e ininterrupto.

Buscou-se ao longo deste trabalho descrever em escala local as transformações ocorridas neste recorte espacial e mostrar que esta pesquisa se faz relevante em afirmar que a produção do espaço urbano na Vila Olímpica de Maringá só foi possível através da CMNP, da ação transformadora do Estado, da organização socioespacial no que tange ao uso e ocupação deste espaço e das diretrizes do espaço urbano que nortearam tal produção espacial. Diante do que foi exposto, esta dissertação vem somar aos demais trabalhos acadêmicos sobre a produção do espaço urbano maringaense e assim como foi utilizado várias fontes de pesquisa, espera-se que futuramente esta também venha a ser consultada, seja como fonte histórico-geográfica ou apenas como lembranças de um passado que foi impresso na materialidade das formas urbanas representado pelos equipamentos que compõem a Vila Olímpica de Maringá.

## REFERÊNCIAS

**Acervo da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá.** Secretaria Municipal de Cultura-Prefeitura Municipal de Maringá.

ANDRADE NETO, Arthur de Oliveira. **Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã.** Maringá Pr, 1979. São Paulo-SP: Editora Rumo.

BARROS, Bárbara Kanyo Benedk. Depoimento concedido em maio de 2010. Entrevistador: S. M. Torrecilha, Maringá, 2010.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **A (RE) Produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto 2001.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

CODEM (Comissão de Desenvolvimento Municipal). **Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá.** CODEM. Convênio CODEPAR – DATM 1967. Edição 1977, Maringá Pr.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2ª Edição-1977. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 a 1982.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), USP - Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2010.

CORRÊA JÚNIOR, J. A. **O Trem de Ferro.** Maringá, 1991: Editora 5 de Abril Ltda.

\_\_\_\_\_. **A Maria Fumaça:** Maringá, 1998: A verdade Histórica,

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano.** 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

- \_\_\_\_\_. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, Ática 1987.
- DIAS, Edith. Secretária de Esportes e Lazer do Município de Maringá. Depoimento concedido em setembro de 2010. Entrevistador: S. M. Torrecilha, Maringá, 2010.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Clichetec, 2008.
- DISPERATTI, Atílio A. **Obtenção e Uso de fotografias aéreas de pequeno formato**. Curitiba, 1991: FUPEF, UFPR.
- EMATER. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Avenida Cerro Azul, 268. Maringá-Pr, 2012.
- ENDLICH, Angela Maria; MORO, Dalton Áureo. Maringá e a produção do Espaço Regional, in: MORO, Dalton A. (org.) **Maringá Espaço e Tempo**, Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEM, 2003.
- FABRIS, Ana T. **Fotografia: Usos e funções no século XIX**. 2ª Edição. São Paulo, 1998: Editora da Universidade de São Paulo
- FELDMAN, Beatriz. B. **Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas:1998. Editora Papirus.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4ª Edição. Curitiba: 2009. Editora Positivo.
- FERREIRA, Conceição C. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa, Editora Gradiva. 1986.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo, 1983: DIFEL,.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Dias; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- GORAIEB, Valter. Arquiteto responsável pelos projetos da Vila Olímpica. **Depoimento concedido em julho de 2010**. Entrevistador: S. M. Torrecilha, Maringá, 2010.
- GRZEGORCZYK, Vanderlei. **Novo Centro de Maringá: Estratégias e conflitos na produção do espaço urbano**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Campus Presidente Prudente, 2000.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano do século XX**. Pérola de Carvalho (trad.). 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOWARD, Ebenezer, (1850-1928). **Cidades-Jardins de Amanhã**. Trad. Marco Aurélio Lagonegro. 2ª Ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Trad. de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Edição Prefeitura Municipal de Maringá, 1997, USP. 1980.

MAGALHÃES, Angela. **Fotografia no Brasil: um olhar das origens ao contemporâneo**. FUNARTE, Rio de Janeiro. 2004.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MENDES, César Miranda. **O edifício no jardim: um plano destruído**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. O Capital e o Governo na produção do espaço. **Acta Scientiarum**, Maringá, UEM, vol.1 Nº 22, p.211-222, 2000.

MENDES, Cesar Miranda; GRZEGORCZYK, Vanderlei. Centro, Centralidade e Verticalização em Maringá. *In*: MORO, Dalton Aureo (org.). **Maringá Espaço e Tempo: Ensaio de Geografia Urbana**. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEM, 2003.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **Desenho urbano e qualidade de vida: o caso de Maringá-Pr**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2001.

METROPLAN. **Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento de Maringá**. Maringá, 1991.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. *In*: DIAS, Reginaldo Dias; GONÇALVES, José Henrique

Rollo (org.). **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Trad. Neil R. da Silva. 5ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KOSSOY, Boris. **A Fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, SICCT, 1980.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá, meio século de História**. Editora Central *Ltda.* 1997.

OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. **Eleitores e Eleitos – Composição e Comportamento Maringá 1956 – 1964**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1981.

OSTERROHT, Edgar Werner, 1934 – **Maringá: passado e futuro**. Maringá: Midiograf *Ltda.*, 2007.

QUEIROZ, Deise Regina Elias. **Atlas Geoambiental de Maringá – da análise à síntese: cartografia como subsídio ao planejamento de uso e ocupação do espaço**. Maringá: Clichetec, 2003.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná**. Londrina: Humanidades, 2009.

\_\_\_\_\_. Ideias viajantes: o centro cívico e a cidade como obra de arte – do City Beautiful ao coração de Maringá. *In*: José Bernardino Freitas, Eneida Maria Souza Mendonça, (orgs.). **A construção da cidade e do urbanismo: ideias tem lugar**. Vitória: EDUFES, 2012.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos. De Inocente Vilanova... a Said Ferreira**. Um perfil das principais realizações de cada gestão – Maringá. Editora Clichetec. 1996.

RODANTE, Antonio. **Feira dos Produtores de Maringá e seus reflexos na economia regional**. Monografia (Bacharelado em Economia), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1985.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: Segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais da Política), Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O que é a Cidade**. Editora Brasiliense, 1988. São Paulo.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Spósito (orgs.). – São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo.** Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, com vistas à realização do Concurso de Livre Docência, 2004.

SALGUEIRO, Heliana Ângela (Org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço urbano.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** 5ª Edição – USP, 2004.

SERRA, Elpídio. **Cocamar sua história, sua gente.** Maringá-Pr, 1989.

Stábile, Márcio. Diretor de Esportes da Secretaria de Esportes e Lazer do Município de Maringá. **Depoimento concedido em maio de 2010.** Entrevistador: S. M. Torrecilha, Maringá, 2010.

STEINKE, Rosana. **Ruas Curvas versus Ruas Retas: a trajetória do Urbanista Jorge de Macedo Vieira.** Maringá: Eduem, 2007.

TOMAZI, Nelson Dácio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In:* DIAS, Reginaldo Dias; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional.** Maringá: EDUEM, 1999.

TORRECILHA, Silvio Marcos. Fotografia: ferramenta metodológica na compreensão da dinâmica espacial da Vila Olímpica de Maringá-Pr, no período de 1972 a 2010. **Anais.** *In:* IX Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, Goiânia. 2011.

TORRECILHA, Silvio Marcos; MENDES, Cesar Miranda. Jornal de Ofertas Imobiliárias de Maringá-Pr. Ferramenta estratégica do marketing imobiliário. **Revista Geingá,** v. II, nº 2, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.